

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM
LINGUAGEM NO CONTEXTO SOCIAL

**Teatro e variação:
a colocação pronominal
em duas versões de *A Viúva Pitorra*,
de João Simões Lopes Neto.**

Ester Mambrini

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Stahl Zilles

Dissertação apresentada
como requisito parcial
à obtenção do título de
Mestre em Estudos
da Linguagem.

Porto Alegre, fevereiro de 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM
LINGUAGEM NO CONTEXTO SOCIAL

**Teatro e variação:
a colocação pronominal
em duas versões de *A Viúva Pitorra*,
de Simões Lopes Neto.**

Ester Mambrini

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Stahl Zilles

Banca Examinadora

Profa. Dra. Márcia Ivana de Lima e Silva (UFRGS)
Prof. Dr. Mathias Schaff Filho (UFRGS)
Prof. Dr. Luís I. C. Amaral (UFPEL)

Porto Alegre, fevereiro de 2004.

Agradecimentos para

Ana Zilles, pela aposta, investimento e orientação; pela segurança e tranquilidade no processo construído: agora, ele me compõe.

Luciene Simões, pela conciliação entre brilhantismo e generosidade intelectual.
Pedro Garcez, pelo status de ação ao silêncio.

Cláudia Antunes, pela disponibilidade e acesso aos originais de Simões Lopes Neto.
Gilberto Heemann, pela consulta ao espólio de Cláudio Heemann.

Canísio Scher e *Márcia Jaques*, do PPG, pela presteza.

Cidadãos brasileiros não sonegadores de impostos, pelo financiamento dos meus estudos, do pré-primário à pós-graduação.

Tânia Vergueiro, pela acolhida no andar de cima. *Eduardo Fortes*, pela ironia luminosa. *Vera Moura*, pelos diálogos editáveis sobre a dor. Aos três, pela calorosa amizade.

Uma dádiva a

Rosa Magrinelli

conversas na cozinha, performances no fogão, amor junto com pão

Ofereço para

Paulo Coimbra Guedes
professor maior

Marcos Bagno
que me fala

Alunos da UFRGS (1998-1999)

Alunos da Unit-Aracaju/SE (2000-2002)

aprendizado

Maria Antonieta Lavoratti Greice e Alexandre Schneider
Carmem Pilatti Álvaro Kleinowski

Nelci Zanon-Collange Eugênio da Silva Susana Gastal

Jairo Procianoy Rosângela Mignone Fernanda Miranda Álvaro Carlini
amor humano amor

Remy, Clary, Mônica e Moisés Mambrini

pelas chaves de casa e braços abertos, nas partidas e nos retornos

Cloé Buscapé

amor peludo amor

Escrevo
melhor do que calo,
ouço e vejo
melhor do que falo,
toco e sinto
melhor do que digo,
faço melhor
em silêncio.

Em todo o caso,
te convido:
me
escuite.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

Primícias e milícias

1	INTRODUÇÃO	12
2	A LINGUAGEM NO TEATRO, NA LITERATURA E NA LINGÜÍSTICA	21
2.1	O “Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro”	23
2.2	O texto teatral como fonte para pesquisa variacionista	29
2.3	A linguagem na passagem do século XIX para o século XX: a literatura - o oral e o coloquial	39
2.3.1	O oral, o coloquial e a norma gramatical brasileira na crítica literária	44
2.3.2	O oral, o coloquial e a “cor local”	47
2.4	O teatro no século XIX - a crítica e a linguagem (José de Alencar, Martins Pena, Qorpo Santo e Simões Lopes Neto)	49
2.4.1	A obra teatral de João Simões Lopes Neto	58
2.4.2	<i>A Viúva Pitorra</i> e as outras viúvas: os cinco originais	63
2.5	A linguagem na passagem do século XIX para o século XX: a lingüística	75
2.5.1	As gramáticas tradicionais e a colocação dos pronomes oblíquos átonos	79
2.5.2	A pesquisa lingüística variacionista e a colocação pronominal	84
2.5.3	O cotejamento de textos	102

3	METODOLOGIA	107
3.1	Descrição do <i>corpus</i>	107
3.2	Pelotas/RS, final do século XIX	108
3.3	Procedimentos de análise	109
3.3.1	Variável social: o gênero do personagem	112
3.3.2	Variáveis lingüísticas	113
3.3.3	Análise quantitativa	117
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	118
4.1	Alterações em formas verbais	120
4.2	Alterações na ordem sintagmática	125
4.3	Comparação entre as duas versões e <i>A Viúva Pitorra</i> : a colocação dos pronomes oblíquos átonos	126
4.3.1	Arranjos promovidos na V2: exclusões e inclusões de pronome e manutenção e substituição da posição do clítico	132
4.3.2	Análise da ocorrência de próclise segundo as formas verbais e nas díades com criança na V1 e na V2	149
4.3.3	Análise da ocorrência de próclise na V1 e na V2: grupos de fatores com significância estatística	154
4.3.4	O gênero textual: a colocação pronominal na comédia, no drama e no conto	165
5	CONCLUSÕES	173
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	185
	ANEXO A	191
	Relação de peças teatrais integrantes dos <i>corpora</i> citados na revisão da literatura	
	ANEXO B	193
	Quadros sinópticos da revisão teórica: a colocação pronominal	

RESUMO

Esta pesquisa investiga a colocação pronominal em duas versões da peça *A Viúva Pitorra*, de João Simões Lopes Neto, tendo por perspectiva problematizar o texto teatral como fonte de estudos da sociolinguística variacionista em função do caráter oral e coloquial atribuído a estes textos, tanto pela lingüística, como pela crítica teatral e literária. Temos como *hipótese geral* que os arranjos promovidos na colocação pronominal na segunda versão da peça refletem uma reescrita orientada para a variedade falada, indicando, por extensão, o comportamento de próclises e ênclises no plano geral da língua e a sensibilidade lingüística do autor não só para a linguagem em uso, mas também para a força coercitiva da norma gramatical. Como *hipóteses específicas*, temos que 1) a ocorrência de próclises e ênclises na peça reflete as características do português falado no Brasil e que 2) sobre as formas enclíticas, atua fortemente a coerção da norma cultuada. A revisão teórica propõe um diálogo entre a crítica literária e a teatral, identificando as (in)definições da área para os termos *oral* e *coloquial*; na área da lingüística, resenhamos as pesquisas cujos *corpora* são formados de peças teatrais e nos apoiamos nos estudos de variação e mudança que abordam diacronicamente a colocação pronominal, instituindo especificidades do sistema gramatical do português brasileiro em relação ao português europeu. Os dados são analisados descritivamente em relação aos arranjos promovidos na segunda versão e quantitativamente (programas Varbrul/Varbwin) em relação aos fatores definidos para análise. No geral, os resultados indicam 1) o favorecimento da próclise em ambas as versões, refletindo as características do português brasileiro falado e 2) a incidência da norma nas formas enclíticas. Dos quatro fatores selecionados como estatisticamente significativos, destacamos os fatores a) *gênero do personagem* e b) *sujeito expresso x sujeito nulo*, ambos ausentes na literatura lingüística resenhada. O fator a) acrescenta um dado sociolinguístico às pesquisas cujos *corpora* são formados a partir de peças teatrais, e o fator b) indica a necessidade de pesquisas pontuais sobre a relação indicada como estatisticamente significativa. Acrescentamos à discussão a colocação pronominal em dois outros textos do autor gaúcho: um drama e duas versões de um conto, objetivando fundamentar a inadequação do termo *oralidade* e oferecer o termo “linguagem verossímil” para caracterizar traços lingüísticos da variedade falada em diferentes gêneros literários.

Palavras-chave

colocação pronominal, coloquialidade, comédia, drama, variação lingüística, oralidade, teatro, verossimilhança.

Abstract

This research investigates the pronoun collocation in two versions of the play *Viúva Pitorra*, by Simões Lopes Neto. The perspective is to discuss the theatrical text as a source of sociolinguistic variationist studies in terms of the spoken and colloquial nature attributed to these texts, not only by linguistics but also by theatrical and literary critics. Our *general hypothesis* is that the arrangements promoted by the pronoun collocation in the second version of the play reflect a spoken oriented version, indicating, by extension, the behavior of proclitic and enclitic pronouns in the general system of the language and the author's linguistic sensitiveness caring not only for the language in use, but also for the coercive force of the grammatical rules. As *specific hypothesis* we believe 1) that the occurrence of proclitic and enclitic pronouns in the play reflects the spoken Portuguese in Brazil and 2) that over the enclitic forms, there is a strong coercion of the grammatical rule. The theoretical review proposes a dialogue between the literary and the theatrical critics, identifying the (in)definitions of the field for the terms *spoken* and *colloquial*; in the linguistic field we draw up a summary of the researches which *corpora* are formed by plays and make use of variationist and change studies which deal diachronically with the pronoun collocation, establishing the particularities of Brazilian Portuguese grammatical system related to European Portuguese. The data are analyzed descriptively in relation to the arrangements promoted in the second version and quantitatively (Varbrul/Varbwin programmes) in relation to the factors defined for the analysis. In general, the results indicate 1) the major use of proclitic pronoun in both versions, reflecting the spoken Portuguese characteristics and 2) the incidence of the rule in the enclitic forms. Among the four statistically significant selected factors, we point to two: a) the gender of the character and b) Explicit x Null subject, both absent in the linguistic literature revised. Factor a) adds sociolinguistic information to the researches which *corpora* are formed by plays, and factor b) indicates the necessity of punctual researches about the relation indicated as statistically significant.

We also add to the discussion the pronoun collocation in two other texts from the same author: a drama and two versions of a short story, in order to base the inadequacy of the term *spoken* and suggest the term "verisimilar language" to distinguish linguistic traits from the spoken variety in different literary genres.

Key words

Pronoun collocation, colloquialism, comedy, drama, spoken language, theater, linguistic variation, verisimilitude.

Primícias e milícias

1905 - Com 12 anos, o menino Graciliano Ramos é colocado num internato. Na cartilha, "A preguiça é a chave da pobreza. Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém". Ele se pergunta: "Quem era Terteão? um homem desconhecido." O professor iria mandar Graciliano explicar Terteão e a chave?

1906 - Ao receber Euclides da Cunha [1866-1909] na Academia Brasileira de Letras, Silvio Romero disse que preferia os escritores que colocassem bem as idéias aos que colocassem bem os pronomes.

1992 - Um pesquisador participa de uma coletânea sobre a história gramatical do português do Brasil com um capítulo sobre a mudança na posição dos clíticos. Quando lê as provas da publicação, percebe a correção das próclises. "Tive que usar um pouco de retórica para restituir o texto à sua forma original. Teria sido engraçado, justamente no capítulo sobre mudança na posição dos oblíquos, o texto aparecer convertido em enclítico."

2000 - "Me parece muito instrutivo comparar a Gramática Tradicional à Alquimia e à Astrologia", escreve Marcos Bagno em sua *Dramática*.

2003 - Numa banca de mestrado em Lingüística na UFRGS, acompanho a apresentação projetada na parede. No texto escrito, os pronomes estão enclíticos. São falados pela mestrandia na posição proclítica.

2004 - Errata do Correio do Povo, 02 de janeiro, p. 16: "Ao contrário do publicado no último dia 31, não trata-se de um novo, mas sim de um único edital (...)".

E na digitação, o corretor automático do Word sublinha em verde o erro na colocação do pronome.

Numa cartilha escolar do início do século XX, uma mesóclise é tão estranha ao aluno que ele a lê como se fosse um nome próprio (Graciliano Ramos, in *Infância*, s/d:104). Na Academia Brasileira de Letras, na mesma época, o discurso de Romero (In *Nascentes*, 1946:152) não só é o contra-tom à herança gramatical portuguesa na colocação pronominal, como também resume a permanência da questão, iniciada e alimentada sobretudo por Alencar e os críticos da língua nacional do Romantismo brasileiro. Quase um século depois, um lingüista pesquisa a mudança dos clíticos no português brasileiro e tem suas próclises trocadas por ênclises (Pagotto, 2001: 56). Um pouco mais tarde, um outro lingüista publica sua tese de doutorado, usando próclise em início de frase (Bagno, 2000: 22). Três anos depois, numa banca de mestrado em Lingüística na UFRGS, a mestranda diz próclise onde está escrito ênclise. E iniciamos o ano novo com um texto jornalístico a usar uma ênclise que ignora a saliente regra dos atratores. E interessantemente, dispomos há mais de três anos de um corretor gramatical do editor de texto que indica o erro na colocação pronominal.

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem origem na proposta de olharmos o teatro produzido por João Simões Lopes Neto por duas perspectivas amplas: uma, na direção de problematizar o texto teatral, tomado como fonte para a pesquisa de variação e mudança lingüística, genericamente, sem ser considerado o estatuto particular desse tipo de texto, escrito para ser falado; outra, na direção de investigar se há marcas lingüísticas no teatro simoniano germinando a linguagem que, posteriormente, colocou o autor pelotense em destaque na literatura de ficção com os *Contos Gauchescos* (1912).

A primeira perspectiva tem na base dois problemas, que justificam nosso estudo: 1) o texto teatral é tomado como fonte para estudos variacionistas, num grande acordo tácito em torno do que é complexo apontar e resolver: um texto hibridizado pelas modalidades falada e escrita da língua, e o caráter dito *oral* e *coloquial* atribuído ao texto do teatro; 2) os termos *oral* e *coloquial* permeiam a crítica literária, a teatral e são mesmo tomados como argumentos para justificar a formação dos *corpora* para a pesquisa lingüística.

Lhes falta entretanto, uma configuração conceitual, que embora não seja objetivo deste estudo, nem por isso deixará de ser apontada, problematizada, pois entendemos, e tentaremos mostrar, que *oral* e *coloquial* não devem ser tomados

como sinônimos quando a questão em jogo é a remissão a textos escritos ditos representativos da língua falada de uma determinada época: o conservadorismo da escrita estará presente, por mais permeável que o texto teatral se deixe estar às formas vernáculas. Prova disso, e para nos aproximarmos da nossa proposta, é a comparação entre o que vai escrito em um texto contemporâneo de teatro e o mesmo texto, gravado em uma de suas apresentações: o fato lingüístico “sujeito nulo x sujeito preenchido” (Duarte, 1993) apresenta diferenças de realização entre o texto que está escrito e o texto que foi encenado. Em outras palavras, o ator em cena diz, em princípio, o que está escrito no *script*, mas nessa transposição, a força imanente da linguagem – e principalmente, das mudanças lingüísticas em curso ou consolidadas, mas ainda assim proscritas pela norma gramatical conservadora – pode atuar no sentido de, no caso, preencher na fala, o sujeito que no texto escrito está nulo. Tal preenchimento vai na direção da variedade brasileira que traz no eixo da diferenciação do português europeu o preenchimento obrigatório de sujeito na estrutura da oração.

A visibilidade das diferenças, promovidas pelo exemplo acima, também pode ser engendrada e qualificada quando temos duas versões de uma mesma peça teatral; a comparação entre os dois textos pode mapear os rastros deixados por dois sistemas lingüísticos simultaneamente atuantes na escrita e na reescrita da peça: a mudança lingüística no português brasileiro e a coerção da tradição gramatical.

Assim, examinaremos aqui a primeira e a segunda versões da peça *A Viúva Pitorra*, de João Simões Lopes Neto, escrita e encenada no final do século XIX, período apontado pelos lingüistas como aquele em que emerge uma gramática brasileira com um número de traços sintáticos que possibilitam a descrição do sistema gramatical do português brasileiro diferenciado do português de Portugal (Tarallo, 1993; Pagotto, 1993).

Entre os traços a diferenciar as duas variedades, a colocação dos pronomes oblíquos átonos está relacionada com a reorganização do sistema pronominal do português brasileiro e tem sua presença garantida na pauta das querelas gramaticais que se configuraram particularmente durante o século XIX, exatamente pela força opositiva da diferença lingüística: a tônica dos argumentos é a colocação conforme a boa regra portuguesa em oposição aos “brasileirismos”, epíteto que por si só é um prenúncio do tom prescritivo e proscritivo com que a questão é tratada.

Com a segunda perspectiva em vista – em termos lingüísticos, como é a linguagem do teatro simoniano – nosso estudo se debruçará especificamente sobre *a colocação proclítica ou enclítica dos pronomes oblíquos átonos em função de complemento nas duas versões da peça A Viúva Pitorra*, como indício possível de uma criação literária alavancada na sensibilidade lingüística de João Simões Lopes Neto, sobretudo ao legitimar a variedade falada da língua brasileira, em oposição às

prerrogativas cultistas e cultuáveis da norma portuguesa, abonada pela tradição literária, no que ela pode ser de mais conservadora.

Nos lançamos neste percurso apresentando ao leitor um evento nacional, que, em larga medida, entendemos reproduzir a postura gramatical mais conservadora. Vejamos: em 1956, três décadas, portanto, depois de inaugurado o movimento modernista, e meio século depois da produção teatral de Lopes Neto, ocorre em Salvador o Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro: ora, como veremos na primeira seção do Capítulo 2, o Congresso decide padronizar a língua falada no teatro – encenado nos palcos do território brasileiro – a partir da variedade falada no Rio de Janeiro, por considerá-la a mais adequada para representar o padrão nacional. Elege, assim, uma variedade ao *status* de padrão de linguagem para o teatro, e com isso, o Congresso atua com relação à língua falada brasileira com a mesma postura que orienta a tradição gramatical, que elege como padrão lingüístico a língua escrita, sobretudo a escrita literária que verte da pena dos “bons escritores”, negando à língua falada e a outras variedades – da escrita e da fala – sua legitimidade, mesmo depois das pesquisas da Lingüística, cuja divulgação se dá mais intensamente a partir do final dos anos 1980.

Com esse ponto de partida, veremos na seqüência o texto teatral como fonte para a pesquisa variacionista (seção 2.2), onde emergirá o problema do *oral* e do *coloquial* e seus desdobramentos para o campo da lingüística, da crítica literária e teatral, e

de forma especial a da crítica simoniana: a da literatura e a do seu teatro, esta última surgida só recentemente, associada à publicação tardia das peças de João Simões Lopes Neto (Instituto Estadual do Livro, 1990), sobre cuja existência, até então, se tinha notícias esparsas e contraditórias (seções 2.3 e 2.4).

Na seção 2.5, focalizaremos as características da linguagem na passagem do século XIX para o XX, segundo a gramática tradicional e os estudos da ciência lingüística referentemente à colocação dos pronomes oblíquos átonos. Da prescrição para a descrição e análise lingüística, veremos alguns resultados da pesquisa variacionista que apontam para a questão dos clíticos pronominais como associada à mudança que estabeleceu a distinção entre o português do Brasil e o de Portugal. Nessa diferenciação, a variedade brasileira da língua portuguesa incorporou traços lingüísticos do português europeu, cuja mudança se deu em outra direção, e dele se afastou, movimento que se polariza entre o caráter conservador e inovador do português brasileiro.

Com isso, recolocamos a questão da colocação pronominal por uma perspectiva lingüística *stricto sensu*, acrescentando o cotejamento de diferentes versões dos salmos bíblicos e de duas constituições brasileiras, pois esse recurso de pesquisa utilizado pelos autores permite rastrear – num e noutro (os mesmos) textos – as formas lingüísticas que testemunham a mudança.

É nesse sentido que o processo comparativo entre as duas versões de *A Viúva Pitorra* nos permitirá identificar se a segunda versão resulta de uma reescrita que a) ou converge para formas vernaculares da variedade falada na colocação pronominal, ou b) converge para um texto reescrito para ser publicado, finalidade que implicaria provavelmente em um menor número de traços da língua falada no texto escrito.

Em outras palavras, a *hipótese geral* é a seguinte: os arranjos promovidos na colocação pronominal da segunda versão da peça podem ser tomados como indicativos de uma reescrita orientada para a língua falada. Os arranjos que incidiram na segunda versão – manutenção e substituição da posição dos clíticos; exclusões e inclusões de pronomes oblíquos átonos – podem refletir dois aspectos: a) o comportamento de próclises e ênclises no plano geral da língua e b) a sensibilidade lingüística do autor não só para a linguagem em uso, mas também para a força coercitiva da norma cultuada.

Assim, as *hipóteses específicas* são as seguintes: 1) a ocorrência de próclise e ênclise na peça *A Viúva Pitorra* reflete as características do português brasileiro falado; 2) sobre as formas enclíticas remanescentes, atua fortemente a coerção da norma cultuada.

Tais hipóteses orientaram a definição do arquivo de especificação de fatores, a partir dos quais analisaremos as ocorrências dos clíticos, conforme veremos no Capítulo 3, onde apresentaremos a Metodologia que orientou esta pesquisa, descrevendo os procedimentos realizados e os critérios que os definiram.

No Capítulo 4, serão apresentados os resultados da comparação de ênclises e próclises nas duas versões de *A Viúva Pitorra*, de forma que possamos dialogar com as hipóteses desta dissertação de mestrado: a de que a ocorrência de formas proclíticas e enclíticas neste texto teatral de Simões Lopes Neto corresponde à fixação do sistema de colocação pronominal predominantemente proclítico na variedade brasileira, e de que a escolha entre ênclises e próclises nos arranjos promovidos na segunda versão da peça resulta de concessões à norma e da coerção da norma.

A crítica literária e teatral – que alega o traço da *oralidade* a configurar a linguagem simoniana no teatro e nos contos – é resgatada da revisão teórica para ser explorada em vista de dados quantitativos de duas diferentes versões de *O Negro Bonifácio*, um dos contos que integram os *Contos Gauchescos*. Já a perspectiva lingüística, melhor dizendo, a justificativa de tomar o texto teatral como fonte para a pesquisa lingüística, com base no consenso de que esse tipo de texto licencia o aparecimento de formas vernaculares da língua, é resgatada e questionada a partir

de dados quantitativos da peça *Nossos Filhos*, o único drama entre a produção teatral simoniana conhecida.

Ausente nos trabalhos resenhados na revisão teórica da seção 2.5, no Capítulo 4 estabelecemos a associação entre gênero do personagem e colocação pronominal, pretendendo contribuir para os estudos da sociolingüística, acrescentando argumentos relativos ao papel social de homens, mulheres e crianças na mudança lingüística. E dizemos acrescentar, pois as escolhas lingüísticas são do autor Simões Lopes Neto que legitima, na fala dos personagens, a associação que há entre os falantes e a mudança lingüística, ou ainda em outras palavras: mesmo que a fala deles seja uma representação da fala – no que a sociolingüística interacional nomearia como um uso secundário da linguagem – as escolhas lingüísticas do autor relativamente à colocação pronominal são reflexo do trabalho de homens, mulheres e crianças na mudança lingüística.

Antecipamos que, na nossa análise no Capítulo 4, os dados referentes à colocação pronominal de *A Viúva Pitorra* encontram equivalência percentual somente nos *corpora* dos dados do século XX dos artigos resenhados, possibilidade de que tenhamos aqui um indício robusto – e concreto – do visionismo lingüístico simoniano; em outras palavras, e conforme argumentaremos no Capítulo 5, da linguagem teatral de Simões Lopes Neto como precursora daquilo que veio

configurar a linguagem de Blau cinqüenta anos antes da linguagem de Riobaldo, ou poderíamos dizer, de *RioBlau do Simões*.

2 A LINGUAGEM NO TEATRO, NA LITERATURA E NA LINGÜÍSTICA

Subjacente à proposta desta dissertação está a dissociação entre duas áreas que tomam em comum o texto teatral como objeto de estudo: a crítica teatral e a sociolingüística quantitativa.

Na crítica teatral, mais por reiterar o senso comum do que por posicionamento teórico, os críticos afirmam a importância da linguagem no texto teatral. Mas não se identifica, na crítica teatral que aborda a linguagem, uma discussão embasada teoricamente. Se assim o fosse, a discussão sobre a linguagem no texto teatral estaria orientada provavelmente pela perspectiva dos estudos lingüísticos, associando-os à crítica literária. Os críticos da literatura, por sua vez, indicam a oralidade e a coloquialidade como características daquilo que viria a ser nomeada como língua literária brasileira, bandeira acenada pelos românticos e programática no Modernismo.

Assim, oralidade e coloquialidade, são, como veremos, temas caros à crítica literária, à crítica teatral e aos estudos lingüísticos variacionistas. No entanto, uma pesquisa ampla, mesmo que não esgote as fontes possíveis, deixa um rastro de indefinições relativamente à oralidade e coloquialidade, ou como querem alguns, ao coloquialismo, termos cuja inconsistência conceitual encontra ecos inclusive na área da lingüística.

Mas o que, exatamente, caracteriza um texto teatral sobre o qual se diz aproveitar da oralidade? Ou o que o caracteriza ao se dizer que aproveita da linguagem coloquial? Na linguagem teatral, o coloquial e o oral têm o mesmo estatuto? Tais perguntas resultam da indistinguibilidade dos termos associados ao texto teatral, tomado como *corpus* para os estudos de variação lingüística (conforme seção 2.2) sob o argumento de serem o que mais se aproxima da fala de estados lingüísticos anteriores ao século XX¹.

Nesse sentido, o estudo específico da colocação dos pronomes oblíquos átonos em duas diferentes versões da peça teatral *A Viúva Pitorra*, de João Simões Lopes Neto, permite problematizar a questão do oral e do coloquial, tendo em vista uma ampla pesquisa lingüística que refere o sistema pronominal como um dos que diferenciaram suficientemente as variedades do português europeu e as do brasileiro, na passagem do século XVIII para o XIX, a ponto de se configurarem como dois sistemas lingüísticos. Este processo, como veremos, será permeado pela relação entre fala *x* escrita, ou em outras palavras, pelas formas vernaculares da posição dos clíticos, incorporadas ao texto escrito.

Assim, a proposta deste capítulo é rastrear a crítica literária, teatral e os estudos lingüísticos que se ocupam do texto teatral, problematizando a genérica não distinção entre oralidade e coloquialidade como características lingüísticas desses

¹ Além deles, a correspondência pessoal de caráter íntimo, os diários pessoais, autos de processos judiciais, relatos de viagens, por exemplo, também são tomados como *corpus* para esse tipo de pesquisa, em função do mesmo argumento.

textos. Mas antes disso, apresentaremos um panorama do *Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*, com vistas a encaminhar a discussão orientada pelo seguinte aspecto: à época da realização do Congresso, a Lingüística já se constituía como ciência o suficiente para que uma discussão nacional sobre a língua falada no teatro fosse pautada pela incorporação da terminologia lingüística, que àquela altura, pelo menos, não tomava o termo *pronúncia* como sinônimo de língua oral; entretanto, isso é negligenciado, como veremos a seguir.

2.1 O “Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro”

Realizado em Salvador, em 1956, o evento que nomeia a presente seção objetivou a padronização de uma pronúncia não marcada regionalmente, tudo indica que a exemplo do que pretendeu evento do mesmo tipo, realizado em São Paulo, em 1937, mas em relação à língua cantada².

Uma visada no índice dos anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro (1956) cria uma expectativa que não se cumpre: língua falada, aqui, é tomada como sinônimo de pronúncia, objeto da maioria dos textos da publicação. Além disso, dependendo do parecerista que aprecia o texto apresentado e dependendo do autor que o submete, o eixo argumentativo se situa em dois pólos opostos: um, pela via dos diferentes falares regionais,

² Lembramos que o contexto político brasileiro nas duas décadas é de forte nacionalismo.

(des)considerando a variedade de sotaques brasileiros de norte a sul do país; o outro, pela perspectiva da pronúncia à portuguesa.

Vejamos o índice: formação de duas Comissões, A e B, que a depreender da leitura dos títulos não se organizam segundo um critério temático. Temos, por exemplo, as formas de tratamento nas comédias de Martins Pena, na Comissão A, e a linguagem dramática em peça de Gonçalves Dias, na Comissão B. Nesta, constam também um histórico sobre o primeiro teatro do Brasil, considerado no aspecto físico das instalações, e um dicionário de termos referentes ao teatro – idioleto e jargões técnicos – no texto nomeado como *Linguagem de Teatro*. Ainda na B, textos sobre o teatro uruguaio, sobre o *Universo poético e universo dramático de Federico Garcia Lorca*, sobre *O problema da linguagem no rádio* e, finalizando a seção, a comunicação de um professor do teatro do SESC da capital baiana sobre o trabalho da instituição na área teatral. Sete textos incluídos na Comissão B; 13 na Comissão A. Destes, focalizaremos *Uma língua padrão para o teatro nacional*, pois entendemos ser o único que dá conta da proposta do Congresso, conforme palavras de encerramento do evento do secretário geral da secção carioca, Antonio Houaiss, ao ressaltar “o sentido e a significação com que ficará inscrito na história dos estudos da nossa língua e no de sua interpretação para fins artísticos na boca de cena” (id.:87).

Já na introdução, a autora Maria José de Carvalho ressalta não ser nem filóloga nem especialista no assunto:

apenas pesquiso, na medida de minhas possibilidades, certos problemas de dicção e de linguagem, que o interesse pelo teatro, o exercício da crítica teatral e a experiência na escola de Arte Dramática de São Paulo, como professora de dicção e coros falados, em mim despertaram. Diante disso, é natural que a minha exposição se ressentia da falta de uma terminologia adequada e de problemas mais técnicos (id.:51).

Refere o desenvolvimento do teatro no eixo Rio-São Paulo e afirma que não se pode

adiar por mais tempo a solução do problema da padronização da linguagem (...) A escolha de uma pronúncia padrão (...) é um problema bastante sério. Mesmo que se eleja o falar de uma determinada região, não se pode, a meu ver, no caso do teatro, aceitar apenas a forma mais generalizada ou da maior parte da sua população, pois é preciso não esquecer que a linguagem do teatro, excetuados os casos em contrário, de regionalismo ou naturalismo de falares, é por sua própria natureza, uma linguagem artística, exigindo, portanto, cuidados especiais de apuro, correção e musicalidade. É, por conseguinte, o falar culto, sem preciosismos, é claro, o que se deve pleitear para o teatro (id.:150).

Argumentando sobre a evolução da língua, como organismo vivo que é, diz que fatores sociais, históricos e até geográficos a enriquecem ou empobrecem, acrescentando que, no caso brasileiro, “de um povo jovem e desamparado de uma tradição artística sólida, capaz de orientá-lo nos setores estéticos”, há a necessidade “premente de uma disciplina que dê homogeneidade e qualidade à linguagem do nosso teatro, impondo-a como uma escola do bem falar, a exemplo do que acontece em países nesse setor já estabilizados”. Descarta o falar culto da capital paulista, que considera provinciano, e com relação às características do falar do nordeste,

não lhe parecem apropriadas ao teatro: “embora gramaticalmente mais correto e mais rico, conserva suas peculiaridades de pronúncia excessivamente cantada, de vogais muito abertas e ritmo mais ou menos lento e igual (...)” (op. cit.:151). Refere desconhecer o falar de outras regiões do país mas considera a evidência do desenvolvimento do teatro na região São Paulo-Rio, “assim como os fatores econômicos-políticos e culturais que [do Rio de Janeiro], atualmente, fazem o eixo do país, [constituindo] argumento válido para justificar a escolha da sua linguagem para o teatro” (id. ib.).

Na seqüência, a autora recomenda a adoção do que foi decidido no Congresso Nacional de Língua Cantada, transcrevendo as decisões do mesmo:

- a) Considerando que a irregularidade de pronúncia dum língua afeta perigosamente as artes do dizer e do canto;
- b) considerando que o estabelecimento e fixação dum língua-padrão virá pôr termo à anormalidade da pronúncia que atualmente se verifica no teatro, na declamação e no canto da língua nacional;
- c) considerando que a fixação dessa língua-padrão é um elemento civilizador e um processo de cultura;
- d) considerando que a fixação dessa língua-padrão será mais um fator patriótico de unidade nacional;
- e) considerando que dentro das pronúncias regionais do Brasil faz-se mister escolher uma que apresente ao mesmo tempo as melhores credenciais nacionais, filológicas e artísticas;
- f) considerando que a pronúncia “carioca” do Distrito Federal³, apresenta-se como a mais evolucionada dentre as pronúncias regionais do Brasil;
- g) considerando ser ela a mais rápida e conseqüentemente a mais incisiva de todas;
- h) considerando ser ela a que mais apresenta “tonalidades próprias de bastante relevo”, no dizer do professor RENATO MENDONÇA;

³ Em 1937, o Rio de Janeiro era sede do governo federal.

- i) considerando ser ela a de maior musicalidade da pronúncia oral, ao mesmo tempo que dá menos impressão do “falar cantado”, na observação do professor MÁRIO MARROQUIM;
 - j) considerando ser a pronúncia carioca a mais elegante, a mais essencialmente urbana dentre as nossas pronúncias regionais;
 - l) considerando ser ela provavelmente, por ter se fixado na capital do país, um produto inconsciente, uma síntese oriunda das colaborações de todos os brasileiros, e por isso mesmo, a mais adaptável a todos eles;
 - m) considerando ser ela, por ser a da capital a que os brasileiros mais afluem, a mais fácil de ser ouvida e propagada e a que mais probabilidades tem para se generalizar;
- O Primeiro Congresso de Língua Nacional Cantada resolve considerar a pronúncia carioca a mais perfeita do país e propô-la como língua-padrão a ser usada no teatro, na declamação e no canto eruditos do Brasil. O Primeiro Congresso de Língua Nacional Cantada obtempera, porém, que as pronúncias regionais, quando sirvam para efeitos de caracterização, podem e mesmo devem ser usadas no teatro, na declamação e no canto regionais, e mesmo no caso de aparecerem personagens regionais no teatro erudito. (id.:158-159).

As deliberações do referido Congresso são exemplares para nossa discussão, pois ao vincular a língua-padrão ao lusitanismo, ou mais ampla e não menos ingenuamente, a uma tradição artística obviamente europeizada, sanciona os falares regionais quando servirem à caracterização de personagens no teatro, mas ao mesmo tempo propõe fixar uma língua padrão, cuja referência modelar é a língua falada no Rio de Janeiro. À época sede da capital federal e ponto de convergência cultural, sua densidade demográfica e provável porcentagem de alfabetização parecem satisfazer os critérios e argumentos que permeiam as deliberações.

A ressalva, porém, que incide sobre as pronúncias regionais a serviço da caracterização de personagens, de que “*podem e mesmo devem* ser usadas no teatro, na declamação e no canto regionais, e mesmo no caso de aparecerem personagens regionais no teatro erudito” (id.:159, grifos acrescentados) é o mais interessante. Como mostra Pagotto (2001), a incorporação do falar regional na literatura – na linguagem teatral, portanto, tomada como manifestação literária⁴ – resulta um efeito marginalizante de variedades lingüísticas, pois o corporativismo cultista e purista as coloca em contraste com a língua padrão, processo esse que agudiza ainda mais o fosso existente entre elas. Diga-se de passagem que isso é percebido, ou melhor, dado à evidência, pelos trabalhos que se ocupam da língua:

ao lado da construção do conhecimento científico do português do Brasil, um momento como o do modernismo de 22, que propunha a ruptura do cânone lingüístico, apenas reforça esse cânone, ao olhar o português do Brasil sob a lente desse mesmo cânone, conferindo-lhe o estatuto de existir no texto escrito apenas como paródia⁵ (Pagotto, 2001:55-56).

Assim, a interdição de variedades lingüísticas não-padrão ao estatuto de língua literária implica que só na paródia esse dizer tenha um lugar. Não é por acaso que os textos teatrais em que se apóia o *corpus* lingüístico dos estudos variacionistas são sobretudo comédias.

⁴ Conforme Candido, A. e J. A., Castello. *Presença da Literatura Brasileira – do Romantismo ao Simbolismo*. Rio de Janeiro/São Paulo, DIFEL, 1978.

⁵ O comentário do autor me remete ao meu dialeto vêneto, de descendente de imigrantes italianos: na minha vida escolar, o *talian* só teve lugar em palcos onde se fazia graça, completamente banido no discurso escolar.

2.2 O texto teatral como fonte para pesquisa variacionista

Tal como procuraremos mostrar na seção 2.4, a literatura crítica sobre o teatro reserva à linguagem dos personagens um tópico específico, reconhecendo-a como fator constitutivo. Embora não seja objetivo daqueles ensaístas, a crítica sobre a linguagem teatral acaba indiretamente evidenciando a sensibilidade lingüística dos autores das peças para o que há de concreto na língua: o uso que dela fazem os falantes. E no funcionamento da língua, as particularidades do português brasileiro (daqui em diante, PB) em relação ao português europeu (PE).

Esse amplo panorama parece indicar motivação suficiente para justificar o exame do texto teatral como fonte para estudos da lingüística variacionista, especialmente a que investiga as diferenças entre o PE e o PB.

A título de introdução à matéria, trazemos o trabalho de Morel Pinto (1988), a respeito da história da língua portuguesa no século XVIII. Já para esse período, embora não estivesse em pauta a discussão entre PE x PB, o autor indica o teatro da época como a melhor fonte para o conhecimento da modalidade oral da língua do século XVIII (Morel Pinto, op. cit.:44).

As peças da época eram geralmente chamadas de “óperas” em função dos números musicais intercalados à encenação, e tinham por objetivo “divertir pela

comicidade, explorando o ridículo do gosto cultista e conceptista, ainda subsistente, e as idéias e costumes frívolos da sociedade lisboeta” (id.:45). Indica que a estrutura das peças se assemelha ao esquema da comédia tradicional peninsular sob a influência do teatro francês e italiano, conhecidos em Portugal. Mas a originalidade reside no fato de serem em prosa.

Segundo Morel Pinto (op. cit.), e ao contrário do verso rimado, cultista e conceptista, ainda vigente à época, o fato de os diálogos serem em prosa licencia o aparecimento de inúmeras informações sobre o modo de falar do povo. O autor considera que mesmo levando em conta o “exagero proposital que levava à caricatura, verificável no falar das *personagens típicas*, é fértil a contribuição da língua popular, tanto pelo emprego dos plebeísmos e termos chulos, como pelo aproveitamento oportuno de frases feitas, modismos e provérbios (...)” (grifos originais, id.:45). As peças de Garção, por exemplo, escritas em 1766 e 1770,

(...) trazem, como marca de oralidade, alguns termos pejorativos e frases feitas, provérbios e ditos populares (...): “Té o lavar dos cestos é vindima”; “-Tem mão, olá! Jofre, que fazes?”; “-Não ouves, marotão? Anda, patife” etc. (id. ib.).

O dito popular “Té o lavar dos cestos é vindima” nos dias de hoje, que sentido teria, se estivesse “na boca do povo”? No nosso entendimento, algo como “a colheita não é só colher as uvas, e sim ir até o fim, lavando os cestos em que elas foram recolhidas”, portanto, completar um processo, uma ação, sem deixá-la pela metade e/ou sem precipitar-se aos fatos. Mesmo que a interpretação seja plausível,

nunca ouvimos⁶, e nem lemos, o ditado popular. Isso indica duas possibilidades relacionadas: reflete a desatualidade do dito popular e, ao contrário, o provável uso produtivo à época da produção do texto teatral. Em consulta posterior ao Caldas Aulete (1958), no verbete *vindima* encontramos: “*Até ao lavar dos cestos é vindima*, provérbio que aconselha a esperar até o fim de qualquer ato ou sucesso; que se não deve⁷ desesperar nem ser impaciente; que se não deve formar juízo logo pelos primeiros fatos, mas sim só depois da conclusão”.

Para além da desatualidade do dito popular, a dupla redução evidenciada em *té* ← *inté* ← *até* é outra marca a indicar traços da fala, muito produtiva em expressões reduzidas. Por sua vez, “Tem mão, olá! (...)” reforça o caráter restrito da expressão popular: em Caldas Aulete (1958) - ter mão em alguma coisa: contê-la, segurá-la; em Houaiss (2001) - ter mão/ antigo/ sustar o que se estava fazendo ou estava para fazer; reprimir. Nos dias de hoje, a forma que corresponderia a “Tem mão, olá!” seria talvez “Peraí, meu” ou ainda “Vê lá, hein?”.

Podemos perceber – embora não esteja explicitado – que o licenciamento dessas expressões na prosa do texto teatral é tomado como uma frincha através da qual

⁶ Nem mesmo na minha terra natal, Flores da Cunha/RS, onde *vindima* nomeia o verão, festas e feiras da comunidade, e onde, portanto, o ditado poderia ser comum.

⁷ Chamamos a atenção para a ordem na colocação do clítico, uma das formas que desaparecerá no português brasileiro a partir do século XVII, conforme veremos em Pagotto (1993). Antecipamos, entretanto, que não causa surpresa encontrar neste dicionário a forma *clítico negação verbo*, pois se trata da edição brasileira, em 1958, de um dicionário português, cuja primeira edição é de 1884.

as formas vernaculares da fala podem ocorrer. Tal perspectiva, no nosso entendimento, é pressuposta pela pesquisa lingüística.

A linguagem do teatro do século XIX é o foco do estudo em *O Objeto Indireto no Português Brasileiro no século XIX*, de Berlinck (1997)⁸; o teatro produzido por Martins Pena e Simões Lopes Neto⁹ no período compõe o *corpus* para a análise da realização do objeto indireto (OI), com vistas ao estabelecimento de diferenças entre o PE e o PB. A autora informa sumariamente sobre a formação do *corpus*.

Buscando determinar como se deu a mudança na expressão do OI em PB, estabeleci um *corpus* diacrônico dessa variedade, que inclui peças teatrais¹⁰, cartas, relatos de viagens e autos de inquéritos dos séculos XVIII e XIX (Berlinck, 1997).

A realização de objeto indireto através de um pronome pessoal oblíquo é exemplificada pelas falas: “Tem gostado muito da Josefina, e pediu-*ma*” (Martins Pena); “Você *me* dá bastante marmelada?” (Lopes Neto).

Já as falas em Martins Pena: “Prometo [\emptyset], sim.” e em Simões Lopes Neto: “Eu vi sim! A mamãe chegando, eu vou contar [\emptyset].” exemplificam a ocorrência de objeto indireto nulo, isto é, a não lexicalização do complemento recuperável, indicada

⁸ Esse texto foi capturado na Internet em arquivo sem paginação numerada; por tal razão, as citações vão indicadas apenas com o uso de aspas, sem a seqüência *ano:página*.

⁹ No Anexo A consta a relação de peças teatrais estudadas por Berlinck e também pelos outros lingüistas que trouxemos para as considerações teóricas desta dissertação.

¹⁰ O artigo em questão faz menção a outros trabalhos da autora, nos quais os demais *corpora* são integrados à análise; neste, a ênfase são os dados obtidos nas duas peças de teatro.

pelo símbolo [Ø]: um complemento não lexicalizado, mas recuperável anaforicamente.

Em *A distribuição dos pronomes de segunda pessoa do singular na fala carioca ao longo do século XX*, de Paredes Silva (2003)¹¹, a autora analisa 18 peças de teatro produzidas entre 1844 a 1992.

Neste trabalho apresenta-se um panorama da variação do pronome sujeito para referência ao ouvinte na fala carioca, desde o século passado até os anos noventa deste século, num *corpus* de 18 peças teatrais. A análise quantitativa aponta a substituição paulatina do pronome **tu** pelo pronome **você**. Ao mesmo tempo, os dados revelam o retorno, nos últimos anos, do pronome **tu** seguido de flexão verbal não padrão e indicam seus contextos de uso.

A autora registra que esse gênero de discurso, ou seja, o texto da peça teatral, torna-se objeto de pesquisa em função da ausência de registros gravados, com a expectativa de que o registro lingüístico na escrita reflita o que seria a língua falada, à época da produção das peças.

Para a composição do *corpus* de 18 peças teatrais¹², incidiram os seguintes critérios:

a) autores cariocas ou peças cujo tema retrate aspectos da vida carioca, para tentar obter alguma homogeneidade quanto à variante dialetal estudada; b) o tema tratado, preferindo-se peças que exploravam “as relações e intrigas familiares,

¹¹ Idem à nota 8.

¹² Para as peças que integram o *corpus*, consultar o Anexo A.

reunindo em cena personagens de diferentes gerações, para que se pudesse observar o comportamento dos interlocutores quanto ao uso de formas de tratamento mais íntimo”.

Tal como ocorre para o estudo das formas usadas para a segunda pessoa na fala informal, os critérios acima anunciados são relevantes, pois circunscrevem um território geográfico – restringindo a diatopia possível para a variável em estudo – e pressupõem a diacronia – as formas de segunda pessoa usadas pelos falantes de diferentes idades – e a diafasia, isto é, os usos lingüísticos dos personagens numa situação comunicativa familiar.

Em outro trabalho cujo *corpus* é constituído por peças de teatro, Duarte (1993) investiga a trajetória de mudança lingüística do sujeito no PB, na qual estão fortemente implicadas a alteração dos paradigmas flexionais de conjugação verbal e a fixação da ordem *sujeito verbo* na variedade brasileira. Neste trabalho, a autora analisa trechos de sete peças teatrais¹³, as duas primeiras produzidas ainda no século XIX e as demais nas décadas de 10, 30, 50, 70 e 90 do século XX. Em cada período foi considerado apenas um autor que tenha desenvolvido suas atividades literárias no Rio de Janeiro. Assim, os resultados “servirão para indicar uma tendência de uso de cada época, dada a popularidade dos textos analisados” (Duarte, 1993:108).

¹³ Idem à nota anterior.

Para nosso trabalho, o mais interessante no artigo de Duarte é a comparação estabelecida entre a ocorrência de sujeito no texto escrito da peça de 1992 e o mesmo fenômeno no texto proferido pelos autores na apresentação da peça ao público. A expectativa da autora se confirmou: os índices de sujeitos nulos¹⁴ na apresentação caíram ainda mais, “refletindo uma tendência encontrada na língua coloquial (...)”. Após apresentar os índices de redução de sujeito nulo, acrescenta que “não houve, entretanto, um só caso de pronome pleno [do texto escrito] passando a nulo [na encenação da peça]” (id.:122-123). A autora conclui a seção e começa a seguinte dessa forma:

A comparação entre língua escrita e língua oral apresentada (...) serve para mostrar que, num estudo diacrônico que busque investigar a língua coloquial, é preciso ter em mente a relativa distância entre ambas. Por mais que, em certos gêneros literários, o autor procure reproduzir a linguagem do seu tempo – como deve ocorrer em peças de teatro popular – a escrita é mais conservadora (Duarte, 1993: 122).

A ressalva ao tratamento dado à questão do conservadorismo da escrita relativamente à língua oral/coloquial e o fato de que ter ocorrido um maior índice de ocorrências de sujeito preenchido na encenação da peça são elucidativos da distância entre as duas modalidades. Por ser tomada como obviedade, entretanto, a questão não é aprofundada no trabalho.

¹⁴ Exemplo: a) O homem olhava a vitrine. b) Ele olhava a vitrine. c) [Ø] Olhava a vitrine.

Tal obviedade parece ter vindo a reboque da posição de Tarallo; em nota a um artigo de 1993¹⁵, diz que “é óbvia, segundo Ellegard (...) a utilização de textos em prosa”, e o cita¹⁶ (...): “Eu não quero dizer que os textos em prosa refletem exatamente a fala natural ou, usando um jargão estatístico, que eles formam uma amostra confiável dos fatos da fala numa comunidade. Mas estas são a melhor amostra que podemos obter” (Tarallo, 1993:102).

Assim, os resultados apresentados pelas pesquisadoras devem ser tomados como indicativos de que os tópicos eleitos para análise constituem, sim, evidências de mudança lingüística. Ocorre, entretanto, que nenhum dos artigos problematiza a questão da modalidade oral no texto para o teatro, isso é, num texto escrito para ser falado.

Mesmo considerando a proposta de Travaglia (1997) sobre os diferentes graus de formalismo, ou em suas palavras, o fato de que “a língua escrita e a oral apresentam cada uma um conjunto próprio de variedades de grau de formalismo¹⁷” (id.:53), ainda assim a complexidade de uma abordagem lingüística do texto teatral – escrito para ser falado – indica aspectos lacunosos que reclamam uma formulação conceitual. Embora a proposta de Travaglia não se relacione ao

¹⁵ A nota é a de número 7, na página 83 da obra citada.

¹⁶ Tradução minha de “I do not of course mean to imply that prose texts give an exact reflection of natural speech, or to use statistical jargon, form a fair sample of the universe of speech events in a community. But they are the best sample that we can get”.

¹⁷ “O ‘grau de formalismo’ representa uma escala de formalidade, entendida como um maior cuidado e apuro (no sentido normativo e estético) no uso dos recursos da língua (...) e também como uma maior variedade de recursos utilizados, aproximando-se cada vez mais da língua padrão e culta em seus usos mais ‘sofisticados’” (Travaglia, 1997:51).

texto teatral, ele se propõe a instituir características dos diferentes graus de formalismo para a língua falada e para a língua escrita¹⁸. E aqui já se antevêm os limites e a precariedade da abordagem: a própria compartimentalização das modalidades já antecipa sua precariedade se o foco for o texto teatral, pois não as articula de forma a abarcar a complexidade inerente à linguagem desse gênero de texto.

Nossa ênfase nesse aspecto diz respeito à necessária parcimônia em tomar os textos teatrais como fonte para estudos variacionistas, tratando-os como os que refletem a linguagem falada em um dado tempo, pois entendemos que o fato de se tratarem de “textos escritos para serem falados” demanda uma abordagem mais ampla, que abarque inclusive as especificidades de gênero – comédia e drama teatrais.

Tal complexidade está engavetada nos estudos da Teoria Literária, para o gênero textual, da Lingüística Textual, para o texto escrito, e da Lingüística Variacionista, para o texto falado, epistemes específicas que, como tais, não respondem à dupla articulação fala x escrita do texto teatral.

Mas mesmo assim, o texto teatral – híbrido entre a fala e a escrita – parece suficientemente emblemático das diferenças lingüísticas e razoavelmente panorâmico de dois sistemas sincrônicos; entretanto, se por um lado não é

¹⁸ As variantes do grau de formalismo atribuídas à língua falada seriam Oratório, Formal (Deliberativo), Coloquial, Coloquial distenso e Familiar. Para a língua escrita, Hiperformal, Formal, Semiformal, Informal, Pessoal (Travaglia, 1997:54).

propriamente uma escrita que reflete a variedade falada, por outro, é um gênero textual que licencia e promove o aparecimento da língua vernacular nos seus diferentes registros.

Assim, entre os ensaístas da lingüística que tomam o texto teatral como fonte para estudos de variação e mudança lingüística é genérica a indistinguibilidade do que é oral e do que é coloquial; da mesma forma, é consenso tomá-los sem problematizar as especificidades das modalidades oral *x* escrita e suas respectivas variedades. Os pesquisadores, embora façam ressalvas à moda de uma nota final, lembram que as diferenças devem ser consideradas. Mas não as consideram na suas análises.

Se negligenciada com relação ao texto teatral, essa preocupação, entretanto, tem sido a base para o estabelecimento de critérios às atuais pesquisas de variação lingüística com *corpus* de língua falada: nesse sentido, podemos aproximar a (in)formalidade da entrevista gravada com o texto teatral? Em outras palavras, se é possível relativizar a língua falada nos registros gravados, considerando que a situação de entrevista, por mais cuidados que se tenha, forja um comportamento lingüístico, pode-se também relativizar o fato de que os personagens, na vida real, também não falariam tal como registra o *scrip*.

Nenhuma porção do povo da França falava a língua que escrevia um Racine – ou um Corneille, ou um Molière, ou um Bossuet – no século XVII; e nenhuma porção do de Portugal, no século XVI, falava a língua que se lê nos *Lusíadas* (in Cardoso e Cunha, 1978: 33; trecho de *Língua Escrita e Língua Falada*, de Antonio Sérgio, publicado em *Em torno do problema da “Língua Brasileira”* (Lisboa, 1937).

Poderíamos encerrar esta seção indicando uma solução *a priori*: o texto teatral é o que mais se aproximaria da fala. Mas temos que considerar que 1) se há variação na fala, o texto teatral varia do mesmo modo? 2) Em que medida se deve considerar o gênero da peça e 3) em que medida a crítica literária poderia apoiar a escolha de peças teatrais para estudo lingüístico?

2.3 A linguagem na passagem do século XIX para o século XX: a literatura – o oral e o coloquial

<p><i>Os ilhais da fera arfam de fadiga, a espuma franja-lhe a boca, as pernas vergam e resoalam, os olhos amortecem de cansaço. (...)</i></p> <p><i>A vida dos espectadores resume-se nos olhos. Nenhum ousa desviar a vista de cima da praça. A imensidade da catástrofe imobiliza todos. (...)</i></p> <p><i>Por entre as névoas, e que a pupila trêmula se embaciava, viu-se o homem crescer para a fera, a espada fuzilar nos ares e logo após sumir-se até aos copos entre a nuca do animal. Um bramido, que atroou o circo, e o baque do corpo agigantado na arena, encerraram o extremo ato do funesto drama. (...)</i></p> <p><i>Sem fazer caso dos que o rodeavam, tornou a abraçar-se com o corpo do filho, banhando-o de lágrimas e cobrindo-o de beijos.</i></p>	<p>Foi nesse apuro, que o touro carregou, e veio, de língua de fora, berrando surdo ... (...)</p> <p>A campeirada olhava, parada, vendo a desgraça vir ... (...)</p> <p>Mas nisto, justo, justo quando o touro, balanceando no ar, pareceu dar o pulo da carga, o Juca Guerra esteve-lhe em cima! Em cima! (...) e enquanto os dois brutos se batiam e enovelavam, o Juca já aliviava o companheiro, que apenas livre, pulou para o cupinado, ainda meio azonzado do trompaço, manoteou-lhe nas aspas e torceu-lhe a cabeça, que cravou no chão, num pronto! (...)</p> <p>E no meio daquele bolo de campeiros, sobre as macegas pisadas, ao lado do touro arquejando (...), os dois homens se abraçaram e beijaram-se, chamando-se irmãos ...</p>
---	---

Quase meio século separa a publicação dos textos acima, que se servem comumente de um mesmo mote ficcional: o primeiro, à esquerda, de Rebelo da Silva: *Última corrida de touros em Salvaterra* (1873); o segundo, à direita, de João Simões Lopes Neto: *Juca Guerra* (1912) (coligidos de Cardoso e Cunha, 1978:30-31). Mas não parece ser esta diacronia a razão lingüística da radical diferença entre os dois. No caso de uma leitura não especializada, ou de outra forma, de uma leitura que não procure especificidades lingüísticas, é muito provável que mesmo um leitor não letrado se impacte com as diferenças entre os dois textos, colocados, assim, lado a lado.

O que os diferencia? A linguagem, certamente. Por exemplo, no léxico: em “*Os ilhais da fera arfam de fadiga, a espuma franja-lhe a boca, as pernas vergam e resvalam, os olhos amortecem de cansaço*”, temos oito palavras entre substantivos e adjetivos e cinco verbos. Em “*o touro carregou, e veio, de língua de fora, berrando surdo ...*”, temos dois substantivos, um adjetivo e uma locução adjetiva e três verbos. Em *feratouro*, o mesmo bicho; em *ilhais*¹⁹ *da fera arfam de fadiga*, a mesma idéia de “língua de fora”; ou seja, o contraste entre os trechos é resultado da prolixa verborrêia do primeiro e a resumida eloqüência do segundo. Poderíamos dizer, entre o um texto literário inscrito na tradição herdada do barroco, do classicismo e um texto literário produzido depois do romantismo. O mesmo contraste se evidencia na seqüência das duas narrativas: “*A vida dos espectadores resume-se nos olhos. Nenhum ousa*

¹⁹ Com pequenas alterações, tanto Caldas Aulete quanto Houaiss registram para “ilhal” a região do corpo da rês situada de cada lado entre a última costela; depressões laterais por baixo dos lombos do cavalo.

desviar a vista de cima da praça. A imensidade da catástrofe imobiliza todos.” e “A campeirada olhava, parada, vendo a desgraça vir ...”.

Esses contrastes implicam questionar a relação entre eles e com oralidade e coloquialidade. Para isso, Mattoso Câmara nos dá pistas: em “Ensaio Machadianos” (1977:81-94) associa o *coloquialismo* machadiano à técnica de referência ao leitor como “a consequência de uma atitude geral, que podemos definir como um *contínuo esforço de aproximação da linguagem coloquial falada*” tendendo à redução de uma das “antinomias mais nítidas da atividade lingüística, qual é a que existe entre *a linguagem oral e a linguagem escrita*” (id.:81). Os grifos acrescentados devem-se ao nosso entendimento de que *oral* e *coloquial* não têm em Mattoso Câmara o mesmo estatuto, embora ambos os termos estejam associados à oposição com o *escrito*; segundo o autor, a literatura se integra à segunda atividade lingüística, isto é, à linguagem escrita.

Ora, o enquadramento da obra literária na linguagem escrita acarreta uma consequência de vulto, resultante do caráter básico desse tipo de linguagem em face da linguagem oral. (...) O que as distingue, porém, inapelavelmente são as condições específicas em que se realizam. A linguagem oral é um intercurso entre um falante e um ou mais ouvintes dentro de uma situação definida (id.:81-82).

Podemos assim, quase que por contraste, configurar o termo *coloquial* como um recurso narrativo cujo efeito, obtido no texto machadiano, é o de dialogar com o leitor, forjando sua co-presença na situação ficcional, tal como exemplificado nos seguintes trechos de *Quincas Borba*: “Agora, ao sentar-se à mesa, ao pegar no talher,

ao abrir o guardanapo, em tudo se vê que ...”; “Queres o avesso disso, leitor curioso? Vê esse outro convidado para o almoço”; “não te custará nada vê-lo entrar na sala, lento, frio e superior”.

Para esse efeito, não há demanda lingüística propriamente dita, entendida aqui como a utilização dos recursos lingüísticos, como por exemplo, uma variedade diatópica ou diastrática, para fins estilísticos. Machado não precisa forjar um registro de fala associado ao personagem, tampouco a um leitor específico; constrói o efeito colocando o leitor na cena, mantendo, entretanto, o mesmo registro lingüístico usado pelo narrador quando este deixa de se dirigir diretamente ao leitor, esteja ele nomeado no vocativo ou não.

Em outras palavras, *coloquial* no sentido construído a partir dos argumentos de Mattoso Câmara (op. cit.), coloca o leitor à *maneira de* uma interlocução; sua presença é referida como uma instância voayerista, do *olhar a cena*; já no exemplo acima (*Queres o avesso disso, leitor curioso?*), a restrição de sua participação é configurada pelo narrador: na pergunta que ele lhe dirige, fica implícito que a matéria narrada poderia levar o leitor a esperar uma outra coisa, diferente da que lhe foi mostrada; assim, o narrador lhe acrescenta argumentos, cuja pertinência só se institui a partir do fato de o narrador prever que o leitor poderia esperar algo diferente. Mas o lugar que o narrador designa ao leitor é apenas o de quem lê

aquelas linhas, sem lhe dar a palavra, sem lhe permitir interferências no sentido de definir os rumos da narrativa.

Se aceitamos a perspectiva analítica acima desenvolvida, temos que, ao contrário das demandas discursivas ao chamar o leitor à cena à maneira coloquial, ao lançarem mão da oralidade como recurso narrativo, os autores manejam estilisticamente as unidades do sistema lingüístico. Por *unidades do sistema lingüístico* vamos entender aqui o léxico e a sintaxe, instâncias nas quais obrigatoriamente se apóia o caráter oral da linguagem, mas não exclusiva e necessariamente o coloquial. É o caso, por exemplo, do uso do discurso direto, elaborado de forma a simular expressões da oralidade, seja na forma de expressões lexicais fixas com base na fala popular (“com a boca na botija”; “botar os bofes pela boca”; “parece que tem fogo no rabo”), seja por registrar uma sintaxe que se diferencia da da língua escrita, tal como fica claro nos trechos reproduzidos na abertura da seção.

Além disso, a definição de *coloquial* proposta a partir de Mattoso Câmara (op. cit.) permite estabelecer uma distinção com a *oralidade*, se tivermos por perspectiva a obra de Lajollo (1996): em *Iracema*, “Alencar vem à cena dizer que está *recontando* uma história que lhe foi contada” (id.:111).

Uma tão explícita alusão à prática de narrativas orais inscreve *Iracema*, seu leitor e seu narrador (...) [n]a tradição ancestral da narrativa, oral e coletiva, que passa de boca em boca (id. ib.).

A outra tradição na qual se inscreve *Iracema*, segundo Lajolo (op. cit.) diz respeito à pergunta romanesca que monitora a atenção do leitor para os pontos principais da história, na sucessão de capítulos.

Ressaltemos, então, o que há de comum entre *coloquial* e *oral* na ficção em prosa: a presença de um *leitor-do-livro*. Em Machado, o recurso de introduzir o leitor na cena o tem necessariamente como constitutivo; o leitor está ali e o narrador o lembra disso forjando-lhe uma co-presença eventual; em Alencar, entretanto, e diferente de Mattoso Câmara, Lajolo indica que o narrador *reconta* o que lhe foi contado, sem que para isso tenha lançado mão do recurso machadiano.²⁰

2.3.1 O oral, o coloquial e a norma gramatical brasileira na crítica literária

Se por um lado, [no Brasil] o século XVIII representa um momento-chave na institucionalização de uma língua portuguesa imaginária, modelar, por outro, é a partir dele que vamos encontrar os pontos de resistência que mais tarde, no século XIX, atravessam o discurso dos românticos, partidários da língua brasileira (Mariani, 1996:95).

Que pontos de resistência seriam esses? Pela perspectiva lingüística, entendemos que a discussão que pautou o nacionalismo romântico é o lastro de uma

²⁰ É bem provável que um mapeamento detalhado da obra dos dois escritores mostre a ocorrência do *coloquial* e do *oral* assim configurados; mas trata-se, aqui, de verificar tão somente como a crítica tem referido “oralidade” e “coloquialidade”, e nesta perspectiva, problematizar a conceituação encontrada.

brasilidade lingüística, ou melhor, da norma literária brasileira que ali se funda: Silvio Romero, ao receber Euclides da Cunha [1866-1909] na Academia Brasileira de Letras disse que preferia os escritores que colocassem bem as idéias, aos que colocassem bem os pronomes (Nascentes, 1946:152).

Segundo Pinto (1988), a norma literária brasileira

firmou-se mediante adição de certos traços típicos da oralidade, não, necessariamente, os da “norma culta”, nem, opostamente, só os da “norma vulgar”. Descartados casos especiais, como o dos regionalistas, que geralmente aproveitam uma subnorma do nível popular, ou o de alguns escritores que captam a norma popular urbana, a grande maioria dos autores realiza um sincretismo, operando com aspectos lingüísticos gerais da norma brasileira (Pinto, op. cit.:32)

A colocação pronominal exemplifica o caso, pois é um traço diferenciador do falante brasileiro de qualquer nível sociolingüístico se comparado a um falante português. A colocação pronominal à brasileira, tornou-se, portanto, ponto fundamental no processo de fixação da nova norma literária (id. ib.).

Os argumentos da autora já aparecem em seu trabalho anterior *A língua escrita no Brasil* (Pinto, 1986). Segundo ela, a modalidade escrita do português do Brasil documenta a vigência do modelo português, até praticamente meados do século XIX, e registra a partir de então eventuais tentativas de cunhar padrões próprios, que acabariam fixando-se no século seguinte (id.:19).

Através desses textos [literários], e na ausência de documentação direta, evidencia-se a diferenciação progressiva da variante brasileira em relação à variante portuguesa da língua, sem que, por longo tempo, isso tivesse atingido as consciências e provocado qualquer tipo de reação (id. ib.).

Essa reação, cuja origem reside na conscientização das diferenças entre as variantes portuguesa e brasileira, por exemplo àquelas relativas à colocação pronominal à brasileira, só ocorreria por volta da metade do século XIX, quando os românticos começaram a entrever a existência da variante brasileira e a empreender a defesa do seu suposto direito a uma expressão literária própria. Até então, os escritores – cidadãos portugueses e depois seus descendentes nascidos no Brasil mas educados em Portugal, tinham como referência e como ideal literário o que se ensinava e praticava na metrópole. “Essa atitude os levava a eliminar de seus escritos quaisquer traços que se relacionassem com a oralidade brasileira, de modo a livrarem-se do estigma de ‘provincianismo’” (Pinto, 1986:20).

O compromisso com a oralidade encontra exemplo na prosa de José de Alencar, que, além de documentar em seus escritos certos aspectos da variante brasileira, entre os quais a colocação pronominal, produziu intensa polêmica a esse respeito, o que permite que se conheça o pensamento crítico da intelectualidade da época.²¹

Na infiltração da oralidade no texto literário, um traço recorrente é a posição dos pronomes oblíquos átonos, persistência muito significativa, porque a colocação à

²¹ Em *O Português do Brasil* – textos críticos e teóricos (Pinto, 1978), encontra-se vasta documentação das polêmicas missivas trocadas entre Alencar e seus censores portugueses.

portuguesa era cobrada com fanatismo, sobretudo a partir de 1880 (id.:34). Paulatinamente, a utilização de traços da oralidade no texto literário, ou nas palavras de Pinto (op. cit.:35) no intento de os escritores acolherem, “na língua literária, o material da fala, [eles] assumem diferentes graus de compromisso”.

Numa posição de meio termo situam-se os escritores que, permanecendo fiéis ao vernaculismo dominante da época, só introduzem os traços do uso regional brasileiro no plano da personagem (...).

Num segundo grau de compromisso, a oralidade surge também no plano expositivo mediante a adoção de um tom familiar, distenso, gramaticalmente correto e pontilhado de regionalismos (...).

Num terceiro grau, estreita-se o compromisso: o próprio autor adota o tom coloquial, que acolhe, através do discurso indireto livre, a fala regional da personagem, já presente no discurso direto (Pinto, 1986:35-37).

Os diferentes níveis de compromisso com a oralidade caracterizam o que a autora chamou de discriminação do regional, penetração do regional e instalação do regional, num processo que institui ao regional um estatuto literário.

2.3.2 O oral, o coloquial e a “cor local”

O fato de o regionalismo lingüístico ter adquirido estatuto literário está obviamente subjacente à legitimidade da obra literária enquanto tal. Queremos dizer com isso que o aproveitamento da oralidade deveria estar necessariamente conjugado a outros critérios que o cânone impunha à sanção de uma obra como literária. Segundo Zilberman, o princípio de qualificação das obras é

o que valoriza a introdução e a presença de elementos locais, naturais e espontâneos, sintetizados na expressão ‘cor local’, convertida em norma e passaporte para a análise de textos escritos. Sem esse fator de diferenciação, a história da literatura não se distinguiria da história; a ‘cor local’ representava o critério da época presente com que se podia examinar o passado e apontar os rumos do futuro (1997:462).

O critério da ‘cor local’, efeito do cânone romântico, foi a baliza que facultou a execução do trabalho principal, (...): permitir que a literatura brasileira se reconhecesse como tal, afiançando sua identidade e apresentando-se como fiador da nacionalidade, não apenas dela mesma, mas do povo e do país (id.:464).

Em que medida a oralidade pode ser associada à ‘cor local’ referida por Zilberman? Retomemos os textos da seção 2.3.

Os ilhais da fera arfam de fadiga, a espuma franja-lhe a boca (...)
 (...) o touro carregou, e veio, de língua de fora

A prolixa verborrêia do primeiro e a resumida eloquência do segundo trechos, comentados anteriormente, ou o texto literário inscrito na tradição construída no barroco, no classicismo e o texto literário produzido a partir do romantismo sugerem fortemente que não é só a diferenciação do cânone como estrutura narrativa – onisciência, terceira pessoa – que constrói a narrativa brasileira com “cor local”; para a formação desse público leitor, era necessário também falar numa língua que lhes fosse reconhecível, incluindo as diferenças lingüísticas das quais provavelmente estariam conscientes.

2.4 O teatro no século XIX – a crítica e a linguagem (José de Alencar, Martins Pena, Qorpo Santo e Simões Lopes Neto)

Em estudo sobre a dramaturgia de José de Alencar, cuja obra para o teatro foi produzida a partir de 1857, Appel (1986) comenta a admiração que causam as propostas de Alencar relativamente à linguagem teatral, já que ele antecipa em mais de um século os conceitos utilizados pela lingüística contemporânea, como o de adequação *versus* correção, e a “noção de variedades lingüísticas, incluindo as de profissão e também os idioletos” (1986:27).

Com base nos comentários de Alencar a respeito da maneira de utilizar a linguagem, Appel indica que, segundo ele, “a própria fala dos personagens deve dar testemunho de sua posição social e de seu caráter”; para Alencar, a linguagem teatral tem “um compromisso social, pois dela depende o caráter moral da peça, e um compromisso estético, já que a verossimilhança e a naturalidade dos personagens dependerão da ‘linguagem peculiar’ que lhes deve corresponder” (id.:27), ou seja, a linguagem “adequada à profissão, à classe social e ao caráter da personagem” (id.:30).

A preocupação de José de Alencar com a utilização da linguagem no texto teatral foi motivação também para expressar as diferenças entre o PE e PB, anotada ainda mais cedo, no final do século XVIII, por um autor português. O teatro produzido

em Portugal já registrava expressões que caracterizam a fala brasileira em oposição ao PE:

A primeira alusão à maneira de falar desse tipo de personagem [brasileiro] aparece numa peça de 1788 (*O Miserável Enganado*). É necessário, no entanto, esperar *O Periquito ao Ar* ou o *Velho Usuário*, de Manuel Rodrigues Maia (...) para encontrar uma série de pormenores caracterizadores da língua do personagem: *mi diga* (*diga-me*), *di lá* (*de lá*), *sinhorinho*, emprego generalizado de *você*, etc. (Teyssier, 1997:96).

As referências a Alencar (Appel, 1986) e à peça portuguesa (Teyssier, 1997) são exemplares na expressão das diferenças lingüísticas entre o PB e o PE, ao constituírem a identidade dos personagens, como bem exemplifica a colocação pronominal: *mi diga* na fala de um personagem brasileiro ao invés da forma portuguesa *diga-me*, ou em outras palavras, a próclise brasileira contrastando com a ênclise portuguesa.

Essa é também a perspectiva que norteia análises de textos teatrais que têm como foco a linguagem dos personagens em peças compostas por Martins Pena (1815-1848) e por Qorpo Santo (1829-1883). Martins Pena foi aclamado por João Caetano²² (in Berrettini, 1980) como o Molière brasileiro, com base na “fauna social” que povoa o universo dramático molieresco. Berrettini acrescenta:

não menos curiosa é a [fauna social] do brasileiro, [cujas personagens podem ser classificadas] de acordo com o local de origem, em sertanejas, cariocas ou estrangeiras, ou também de acordo com a profissão exercida, desfilando nas suas peças: juiz, lavrador, caixeiro, (...) meirinhos, médicos e outras (id.:49).

²² Importante diretor de teatro do século XIX, com atuação principalmente no Rio de Janeiro. Há registro de encenações de sua companhia teatral em Pelotas, em 1854 (Hessel e Raeders, 1979:219).

(...) Dramaturgo popular nato, agradou ao seu público com personagens que se exprimem numa linguagem coloquial que até então não havia sido empregada por nenhum autor brasileiro (id.:50).

Sobre Qorpo Santo – cuja obra, à semelhança do teatro de João Simões Lopes Neto²³, só veio a público um século depois de produzida – lhe foi atribuído ter sido precursor de Mário de Andrade em relação ao registro da fala de seus personagens²⁴ (Aguiar, 1975:47-50). Em 1968, após apresentação de *Mateus e Mateusa* nas salas cariocas, o *Jornal do Brasil* foi eloqüente: declarava a obsolescência parcial dos livros de história do teatro brasileiro.

Assim, com base apenas na opinião do resenhista, não seria propriamente um equívoco analítico vincularmos tal obsolescência também à linguagem, pois certamente, ela é constituidora das características do “teatro do absurdo”. Mas ao evocarmos a lingüística para a análise da questão, temos que obrigatoriamente investigar se as formas lingüísticas do texto de Qorpo-Santo correspondem à apreciação de Aguiar, compartilhada também por outro crítico.

²³ Em 1865, quando morre Qorpo Santo, Simões terá apenas 18 anos.

²⁴ O texto original, se tomado de forma descontextualizada, permite que se entenda serem precoces, isto é, precipitadas, sem uma análise refinada, as características atribuídas a Qorpo-Santo: “como no Rio, [em 1968], falou-se em Surrealismo, insistiu-se na figura ‘irreverente’ do escritor. *Surgiram outras precocidades para ele*: era precursor de Mário de Andrade, na preocupação de reproduzir, em suas peças, a linguagem falada no cotidiano, para longe da açucarada retórica de grande parte das peças do século XIX” (Aguiar, id.:50, grifos acrescentados). Mas a leitura estendida do capítulo não deixa dúvidas de que “precocidade” tem o sentido de Qorpo-Santo ter sido vanguarda, antecipando-se, por exemplo, a Mário de Andrade no que este teria protagonizado como a bandeira programática lingüística ao Modernismo.

Em “O Criador do Teatro do Absurdo”, Guilhermino César destaca, em primeiro lugar, a anti-loquacidade dos textos; estes, ‘do ponto de vista da expressão verbal, são verdadeiramente surpreendentes: *desprezam por completo a linguagem ornamental – comum no melhor teatro da época*’” (Aguiar, op.cit.:52, grifos acrescentados).

Podemos entender o desprezo à *linguagem ornamental* à luz do que se produzia na época – lembremos, sob influência do cultismo e conceptismo, isto é, uma linguagem preciosista, cuja opulência lexical e sintática restringe fortemente o aparecimento de formas vernaculares, seja no léxico, seja na sintaxe.

Mas os argumentos de Aguiar, e por extensão, os de Guilhermino César, esmorecem a uma mera visada panorâmica nos diálogos das peças de Qorpo-Santo. Vejamos alguns deles, prestando atenção inclusive na inserção da expressão *[sic]* no trecho [4], a indicar divergência gramatical entre a forma encontrada e a forma esperada.

Na peça *Um assovio*, de 1866 (Aguiar, op. cit.:76-77) encontramos:

[1]
 (...) lançai mão do punhal ... e lançai por terra os vossos indignos inimigos, como fiz e vedes a estes três algozes” (Ludovina, parteira de profissão).

[2]
 [Um criado pergunta:]
 “E se ela não quiser, o que hei de eu fazer?!”
 [A criada responde:]
 “ter paciência, e fazer-lhe continência.”

Em “Eu sou vida; eu não sou morte” (1866) a personagem Linda diz o seguinte:

[3]

(...) Sim, meu querido. Lembra-te que hei sido baixel, sempre batido nas tempestades, que por cinco ou seis vezes quase há soçobrado; mas que por graça divina ainda viaja nos mares tempestuosos da vida!

[4]

Ha ha! Meu quiridinho (sic); quanto me deste; quanto me felicitastes (sic) com as maviosas expressões desses teus bofes, ou pulmões - **involtórios (sic)** dos corações!” (id.:122, grifos originais).

Vejamos: em [1], uma parteira usa a segunda pessoa do plural *vós* e sujeito nulo; em [2], um criado usa sujeito posposto (*o que hei de eu fazer*). Uma criada usa uma ênclise (*fazer-lhe*), posição pronominal também utilizada em [3] (*Lembra-te*); na [3], outro sujeito nulo (*que hei sido*). Há ainda duas próclises e sujeitos nulos em [4] (*quanto me deste; quanto me felicitastes*). Como veremos adiante, quando da revisão dos estudos da lingüística que focalizam a colocação pronominal (item 2.5.2), as formas pronominais oblíquas usadas pelos personagens de Qorpo-Santo convergem para o que a norma preconiza, divergindo, portanto, da característica coloquial atribuída à linguagem do dramaturgo.

Além da morfossintaxe, chama a atenção também o léxico: em [1] *indignos* e *algozes* e em [2] *continência*. Em [3] e [4], temos respectivamente *baixel*, *soçobrado* e *maviosas*. Segundo o Houaiss (2001), *baixel* é um termo da marinha de guerra, da linguagem formal antiga (*frm. ant.*); *barco* que *quase há soçobrado*, ido a pique,

naufragado, emborcado, virado; *mavioso*, sensível aos sentimentos de amizade, terno, que comove e enternece; brando e delicado, agradável aos ouvidos, delicado.

Como podemos perceber nos exemplos comentados, particularmente a morfossintaxe e o léxico na linguagem teatral de Qorpo Santo se realizam como expressões lingüísticas que só “no absurdo” seriam utilizadas na fala dos personagens²⁵.

Quanto ao *sic*²⁶ – prodigiosa expressão da qual lançam mão em textos alheios os guardiões da correção gramatical – o resenhista registra a divergência entre *forma encontrada* x *forma esperada*. Em [3], para *Acende um facho, e lança fogo em tudo quanto é papéis (sic)* a forma esperada seria *tudo quanto é papel* ou *tudo quanto forem papéis?* Em [4] *Ha ha! Meu quiridinho (sic); quanto me deste; quanto me felicitastes (sic) com as maviosas expressões desses teus bofes, ou pulmões – involtórios (sic) dos corações!*, temos uma conjugação não-padrão para a segunda pessoa do singular, cuja forma esperada seria *felicitaste* – correspondendo ao pretérito perfeito do Indicativo – e

²⁵ Os limites temáticos desta dissertação não nos impedem de sugerir a hipótese de que é propriamente este “absurdo” lingüístico um dos elementos que caracterizam o “teatro do absurdo”, isto é, não são apenas as situações insólitas, os conflitos inusitados e contrários à sensatez e ao bom senso que o caracterizam; a linguagem “contrária à sensatez lingüística” – caracterizada nos exemplos pelo léxico refinado, sujeitos nulos e por próclises e ênclises conforme a regra gramatical – seria um elemento a configurar as características do “teatro do absurdo”.

²⁶ Caldas Aulete: advérbio latino que significa *assim* e que se escreve em seguida a uma palavra ou frase copiada textualmente do original, para indicar a exatidão da cópia. Costuma-se escrevê-la entre parênteses e no caso em que possa parecer estranho que tal palavra ou frase conste no original.

dois registros na escrita de elevação vocálica²⁷ da fala: *quiridinho* → *queridinho* e *involtórios* → *envoltórios* (ou, na notação fonética, /e/ → [i]).

A escrita reproduzindo a fala, conforme vimos acima no diálogo do personagem, encontra amparo programático na obra do autor. Segundo Aguiar (1975), Qorpo Santo

planejara - e isso registrara em seus escritos - uma reforma da ortografia da língua portuguesa, o que lhe valera o riso dos seus contemporâneos, aferrados aos K, MACHINAS e PHOSPHOROS. Em sua reforma, simplificava a escrita de tal modo que a cada fonema articulado sonoramente corresponderia um único símbolo gráfico. Era o fim dos "SS", "RR", "Ç" e outros desperdícios de tinta. Daí lhe viera a grafia especial da alcunha (Qorpo Santo) e do nome "Jozè Joaquim de Qamos Leão" (Aguiar, 1975:25, grifos e aspas originais).

Na mesma perspectiva, Ivete Simões Lopes B. Massot, a biógrafa familiar de Simões Lopes Neto, registra que em 1905 ele começara a se dedicar a uma obra

a que deu o nome de Reforma Ortográfica. Quando o livro ficou pronto ele encaminhou-o ao governo e - Deus seja louvado! - o Senado não o reconheceu e o ministério da Educação o rejeitou!
 - Não é possível! - disse um membro do Senado a um tio de João Simões, no Rio. É absurda a idéia de querer escrever machina com *qui*, phtysica apenas com "t" e phosphoro com éfe ...
 - Tem razão, doutor, o fósforo com éfe é capaz de nem acender ...

João Simões Lopes Neto, vendo seu livro rejeitado, escreveu ligeira contradita à decisão do Conselho de Instrução Pública e não obteve resposta (Massot, 1974:133).²⁸

²⁷ Elevação vocálica é o processo resultante de pronunciar como vogais altas (/i/ /u/) as que são baixas (/e/ /o/).

²⁸ Assim como nas demais obras consultadas, Schlee (1999) também não cita esse dado na biobibliografia de Lopes Neto, provavelmente por não terem ficado registros e/ou referências documentais sobre o assunto. Em março de 2003, encaminhamos consulta ao arquivo da Câmara e do Senado, mas nada foi encontrado.

O riso dos seus contemporâneos e a idéia absurda de “querer escrever machina com *qui*” e “phosphoro com *efe*” foram contemplados, décadas mais tarde, pela reforma ortográfica de 1931. Nas bases do acordo ortográfico firmado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, consta:

De conformidade com o que votou em 1907, e examinando as modificações e ampliações que, em 1911, constituíram a ortografia oficial portuguesa, a Academia Brasileira de Letras resolveu aceitar o acôrdo que se segue, dentro das alterações constantes das bases juntas e dêle fazendo parte integrante.

30 de abril de 1931

(...)

Eliminar:

(...)

Substituir:

1º O *k* e o grupo *ch* (duro), por *qu*, antes de *e* e *i* (...).

(...)

4º Os grupos *ph* (...) por *f*: fósforo (...)

(Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, 1933:9-11, grifos e ortografia do original).

Alencar, Martins Pena, Qorpo Santo e Simões Lopes Neto: seriam precursores do que viria a configurar o aproveitamento da oralidade na literatura de ficção no século XX? “A tentativa de aproximar o texto literário dos diferentes registros de fala constitui uma das características mais notórias da língua literária do século XX” (Pinto, 1988:16).

Já havia fortes indícios desta aproximação no movimento iniciado na prosa romântica de Alencar. Entendemos essa referência e seus desdobramentos para a questão da língua portuguesa de Portugal e a do Brasil nas cartas trocadas entre Alencar e os críticos/gramáticos portugueses, os quais rechaçavam e condenavam

a prosa alencariana escrita à moda brasileira, e por extensão, ao que é referido como seu nacionalismo literário:

O defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e de insubordinações gramaticais (...) (in Pinto, 1978:73).

A citação é exemplar do tom das polêmicas missivas trocadas entre Alencar e seus censores e é exemplar também para delinear as características que já vinham se constituindo no português brasileiro à época romântica. Assim, o nacionalismo literário de Alencar é entendido aqui não só como a escrita ficcional não adesista à tradição literária portuguesa, mas principalmente como o que caracteriza

o primeiro momento de ruptura com a tradição literária portuguesa, não apenas no nível da eleição de uma temática nacional, mas também ao nível da intenção de que essa temática se expressasse através de uma língua literária diferenciada, a que também se pudesse chamar de nacional (Lobo, 1994:9).

O “riso dos seus contemporâneos” provocado pela “idéia absurda” de uma reforma ortográfica proposta por Simões Lopes Neto parece vir na esteira do que aconteceu com Alencar e seus censores, por ocasião da publicação de *Iracema*, no ano de 1865, quando então nasce o autor gaúcho.

2.4.1 A obra teatral de João Simões Lopes Neto

Do espólio de João Simões Lopes Neto (1865-1916) só em 1989 se teve acesso à sua produção de teatro. Embora haja notícias divergentes sobre a cronologia e sobre as motivações dessa produção, o certo é que as peças de Simões Lopes Neto foram resgatadas do arquivo pessoal de Mozart Vitor Russomano, e por ele doadas ao Conselho de Desenvolvimento Cultural - órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul - tendo sido organizadas e compiladas em edição do Instituto Estadual do Livro, em 1990, com apresentação de Cláudio Heemann, diretor teatral e pesquisador gaúcho das artes cênicas.

Da história biográfica de Simões Lopes Neto que possa iluminar a produção teatral do autor, pouco se sabe: seus principais biógrafos²⁹ não apresentam dados sobre a leitura de formação de Simões, mas presume-se que, durante o período em que viveu no Rio de Janeiro (1878-1882)³⁰, tenha tido contato com o teatro de Martins Pena, à época encenado nas salas cariocas.

²⁹ A pesquisa biobibliográfica sobre João Simões Lopes Neto deverá incluir posteriormente a obra de Sica Diniz (AGE, 2003), não consultada pois não havia sido lançada à época da produção dessa dissertação. Da mesma forma, não foi consultada "Obra completa", organizada por Paulo Bentancur (Sulina/Copesul), em edição não comercializada durante a realização desta pesquisa. (conforme noticiado na revista da Unisinos IHU *On-Line* (Ano 3, nº 73, setembro de 2003).

³⁰ Segundo seus biógrafos - de Augusto Meyer a Moysés Velhinho - Simões Lopes Neto teria estado no Rio de Janeiro durante este período, tendo iniciado inclusive o curso de Medicina. "Carlos Reverbel desfez essa questão, após pesquisa nos arquivos das universidades" (Hohlfeldt, 1985:26). Mais adiante, Hohlfeldt relata que Simões viaja a primeira vez ao Rio de Janeiro em 1894, interessado [dessa vez?] em exposições industriais e agrícolas (id.:35).

Essa suposição, entretanto, não é razão suficiente para atribuir a Martins Pena o papel de referência à produção teatral de Simões, embora sobre ambas a literatura crítica da dramaturgia brasileira mencione a linguagem como um tópico importante. Sobre Simões, mais tardia e escassamente, tendo em vista que sua produção teatral, como já mencionado, só veio a público no final do século XX.

Assim, a abordagem crítica sobre a dramaturgia de Simões Lopes Neto – escassa por recente – tem por mote a aproximação à vertente da produção literária de Simões, tal como se encontra em artigo de Hohlfeldt (1999), no qual o crítico conclui pela unidade de criação

que une essas peças, por menos significativas que sejam, à criação literária principal de João Simões Lopes Neto. (...) também nos contos e nas lendas, o principal apoio de afirmação literária do escritor são as personagens e sua densidade psicológica (...). Neste sentido é que se pode afirmar, sem medo do equívoco, que para o escritor, era a partir da personagem que a cena e a fala se estruturavam. Definidas as personagens, surgiram as situações e seu desdobramento – ação dramática, neste caso –, desenvolvidas segundo discursos adequados a cada uma delas. Não é incongruente, pois, a criação dramática de João Simões Lopes Neto em relação ao restante de sua obra (id.:76-77).

A unidade e coerência apontada pelo autor encontra eco na crítica literária que investiga a ficção simoniana. Vejamos as citações que seguem:

[característica fundamental de toda sua obra]: o veio popular, a oralidade e a flexibilidade das histórias onde quem conta um conto aumenta um ponto (Chiappini, 1988:37).

Das lendas do folclore gaúcho que Simões Lopes Neto fixou, respeitosa da oralidade poética que as anima, (...) (Bosi, 1994: 213).

Vigora no texto simoniano a fidelidade descritiva ao meio geográfico, o aproveitamento da linguagem coloquial (...) (Chaves, 1982:19).

Entretanto, resgatando o foco lingüístico desta pesquisa, a pergunta que emerge é a seguinte: os textos de João Simões Lopes Neto – os da ficção e os do teatro – são regidos pela mesma gramática? Para configurar essa pergunta, e para adicionar dois elementos importantes à nossa discussão, poderíamos comparar *A Viúva Pitorra* com 1) o drama *Nossos Filhos*, que consta na publicação do IEL e com 2) as duas versões autorizadas pelo autor do conto *O Negro Bonifácio*.

No drama, a distribuição de próclises e ênclises seria a mesma que encontraremos nos dados que serão analisados nesta dissertação? Essa pergunta evoca a observação de Cyrino (1993, na seção 2.5.2), que atribui os resultados discrepantes entre próclise e ênclise ao caráter da peça de Jorge de Andrade (1955), excluindo-a do *corpus* de seu trabalho, pois a peça é “um drama com linguagem formal”. As diferenças quantitativas das duas formas de colocação pronominal na pesquisa da autora podem ser antecipadamente associadas ao drama simoniano *Nossos Filhos*, tendo em vista também as considerações do compilador da obra teatral do autor gaúcho:

O diálogo chama a atenção pela fluência, clareza e elegância da linguagem. Bem oposto à descontração coloquial e apressada das composições cômicas. Revela um senso apropriado de estilo no linguajar culto e educado. A postura erudita faz contraste

com a liberdade popular observada nas comédias. (Heemann, 1990:18).

E na boca do Blau narrador, como se configura o uso de próclise e ênclise? Em outras palavras, a língua em que *lemos* o narrador *falando* em *O Negro Bonifácio* terá o mesmo estatuto gramatical da língua dos personagens da comédia e do drama no teatro simoniano, cujas *falas* foram *escritas* para serem *ditas/ouvidas*?

Deixando em suspenso, por ora, a alegada unidade e coerência entre sua obra de ficção e a teatral, o que podemos dizer especificamente sobre o teatro de Simões Lopes Neto? Ou seja, o texto teatral, por conjugar as modalidades oral e escrita da língua, manifesta essa articulação híbrida nas formas lingüísticas? Se considerarmos apenas o comentário de Cláudio Heemann, editor da compilação da obra teatral simoniana, ao reescrever a primeira versão da peça *A Viúva Pitorra*, Simões Lopes Neto não o fez tendo em vista apenas a reelaboração da estrutura dramática:

Conservando os personagens e fatos básicos da peça, encontramos duas versões que apresentam a mesma coisa em variantes da obra.(...) Cada uma das versões apresenta maneiras e redações diversas de fazer o personagem expressar-se em suas falas. Como se o autor experimentasse ditos na busca da frase mais apropriada (id., 1990:21).

Tal como apontado por Heemann, nas duas diferentes versões de *A Viúva Pitorra* o enredo é fundamentalmente o mesmo, mas segundo apreciação de Hohlfeldt, “a segunda versão é melhor desenvolvida e acabada do que a primeira” (1999:68),

embora não compare analiticamente os textos e não explique as razões de sua apreciação. Sobre a linguagem, Hohlfeldt restringe-se à menção de Tónico – um personagem secundário à trama, apresentado na rubrica da coletânea como tendo 12 anos e língua pegada – e “de gíria, sotaque e estrangeirismo como modo de falar” (Hohlfeldt, 1999:67), sem apresentar exemplos.

Primeira peça a produzir sozinho, *A Viúva Pitorra*,

comédia em um ato, fez parte do programa do “32º sarau dramático” do Clube Caixeiral, realizado em 10 de julho de 1896. No dia seguinte, dizia *A Opinião Pública* [jornal pelotense]: “O clou da noite era incontestavelmente a ‘Viúva Pitorra’³¹, a comédia de nosso conhecido e inteligente escritor Serafim Bemol³². Pode-se dizer que uma gargalhada só foi o acompanhamento da espirituosa, embrulhada e nítida comédia. Ao levantar o pano, já a figura, o gesto dos dois personagens em cena foi a centelha de alegria que acompanhou todo o entrecho da peça. Por vezes, as risadas, as exclamações e aplausos eram tão prolongados que abafavam por completo a audição. Nunca imaginamos um tão completo sucesso para a deliciosa e original comédia que, baseada num fato real, que há poucos anos aqui perto se deu, foi tratada com toda a vivacidade, (...) e habilidade pelo autor. (...)” (Reverbel, 1981:112-113).

Uma segunda apresentação da peça estava prevista para a semana seguinte, mas em função do falecimento de um dos sócios do Clube Caixeiral, só foi encenada no dia 24. O sucesso das duas apresentações motivou a publicação do texto pela Livraria Comercial, de Sousa Lima & Meira, em 1898.

³¹ A divergência em relação ao nome da peça, ora com artigo, ora sem, foi desconsiderada, por entendermos não ser pertinente para nossa discussão.

³² Serafim Bemol foi o pseudônimo com que Simões Lopes Neto assinou em co-autoria com Mouta Rara – pseudônimo de José Gomes Mendes – as três peças anteriores: *O Boato*, *os Bacharéis* e *a Mixórdia*, respectivamente escritas e encenadas em 1893, 1894 e 1896, antecipando o sucesso que alcançaria *A Viúva Pitorra*.

Conforme pesquisa de Reverbel (id. ib.), *A Opinião Pública* noticia a publicação da seguinte forma: “Recebemos um exemplar desta gaiata comédia, muito bem engendrada pelo engraçado Serafim Bemol, pseudônimo do talentoso e ativo escritor conterrâneo (...)”. O registro do recebimento da peça publicada pela Livraria Comercial parece atribuir a esta versão a autorização do autor. Mas a comparação entre cinco documentos traz controvérsia à matéria, como veremos a seguir.

2.4.2 *A Viúva Pitorra* e as outras viúvas: os cinco originais

[1]

(A)

“Tenha paciência: pode surgir alguma outra exceção ... E não estou para esta gramática de viuvagens! Agora, só deito engrossamento³³”, diz Cidreira na última cena da peça. (Versão 1 - IEL)

(B)

“Tenha paciência ... pode ser alguma outra exceção ... e eu não estou pra esta gramática de viuvagens! Agora, só deito em pensamento”, diz Juca [Cidreira] na última cena da peça. (Versão 2 - IEL)

(C)

“Tenha paciência: pode surgir alguma outra exceção ... E não estou p’ra esta gramática de viuvagens! Agora, só deito engrossamento”, diz Juca na última cena da peça. (Manuscrito vertical: s/p)

(D)

“Tenha paciência: pode surgir alguma outra exceção ... E não estou para esta gramática de viuvagens! Agora, só deito engrossamento”, diz Juca na última cena da peça. (Manuscrito horizontal:54)

³³ Caldas Aulete: engrossamento – (Bras.) bajulação, lisonjamento; Houaiss: atitude de bajulação, de lisonja, de puxa-saquismo.

(E)
 “Tenha paciência: pode surdir³⁴ alguma outra exceção ... e não estou para esta grammatica de viuvagens!... Agora, só deito engrossamento”, diz Cidreira na última cena da peça. (Versão impressa; Livraria Comercial:38)

A versão (A) teria sido escrita para a apresentação, e (B), para publicação, a pedido da Livraria Comercial, devido ao sucesso que a peça alcançou? Ou a versão (E), publicada pela citada livraria teria sido a única autorizada por Simões Lopes Neto? Se respondermos afirmativamente a essa última pergunta, a quem atribuir a substituição lexical em (A) *surgir*, registrada como *surdir* em (E)?

Como vemos, o processo de comparação de cinco versões de uma mesma peça teatral – cujo acesso nos foi facultado à medida que esta dissertação foi produzida, foi um processo instigante. No início da pesquisa, as versões disponíveis eram as publicadas na coletânea do teatro simoniano [(A) e (B), IEL, 1990], cuja ordem de apresentação da Versão 1 e da Versão 2 não é explicitada pelo organizador. Tomadas assim, na ordem em que estão impressas, na segunda versão, Juca é o Cidreira da primeira. Se este fosse o critério, teríamos então dois grupos de textos: (A) e (E) e (B), (C) e (D).

Se o critério for cronológico, a única versão datada é a (E) – descoberta por nós posteriormente às publicadas pelo IEL – com a seguinte ressalva: não se trata de

³⁴ Caldas Aulete: surdir – sair de dentro de algum lugar // sair fora, aparecer; Houaiss: surgir, aparecer, vir a público.

uma indicação à maneira tradicional de catalogação bibliográfica. Na terceira página, centralizado e em itálico tipo cursivo, temos o seguinte texto:

*Representada no palco-salão do Club Caixeiral
na noite de 10 de Julho de 1898 e repetida a pedido
geral na de 17 do mesmo mez.*

Na página anterior, temos:

AO

GRUPO SCENICO

DO

Club Caixeiral de Pelotas

Maior de 1898

OFF.

O autor

Se o critério for o léxico ou sujeito nulo x sujeito preenchido, a versão (B) fica isolada dos grupos: para o primeiro caso, “em pensamento”/“engrossamento”; para a realização ou não do sujeito, “E eu não estou”/“E (...e) não estou”.

Se o critério for a colocação pronominal, foco lingüístico específico desta dissertação, precisamos referir outros exemplos. Vamos a eles, com a fala de Pitorra para Cidreira/Juca:

[2]

- (A) Logo me as manda, sim? (Versão 1 - IEL:58)
- (B) Logo o senhor me manda, sim? (Versão 2 - IEL:105)
- (C) Logo o senhor me manda, sim? (Manuscrito vertical:s/p)
- (D) Logo o senhor me manda, sim? (Manuscrito horizontal:36)
- (E) Logo m’as manda, sim?(Versão impressa; Livraria Comercial:27)

Noutro exemplo, a única ocorrência de mesóclise, na fala de Cidreira/Juca para Pitorra:

[3]

- (A) (...) a menos invejosa, estrangular-se-ia (...)
(Versão 1 - IEL:54)
- (B) (...) a menos invejosa se estrangulária (...).
(Versão 2 - IEL:103)
- (C) (...) a menos invejosa, se estrangulária (...).
(Manuscrito vertical:s/p)
- (D) (...) a menos invejosa se estrangulária (...).
(Manuscrito horizontal:32)
- (E) (...) a menos invejosa, estrangular-se-ia (...).
(Versão impressa; Livraria Comercial:38)

Nos blocos de trechos [2] e [3] reproduzidos acima, vemos a correspondência do que encontramos no bloco [1]; isto é, dois grupos em que as diferenças na colocação pronominal são correspondentes: (A) e (E) e as outras versões intermediárias da seqüência (B, C e D).

A exceção à correspondência indicada acima é a ocorrência da forma de clíticos combinados no bloco [2]: *me +as* → *m'as* na versão (E); em (A), desmembrando a combinação; e em B, C e D a solução encontrada, na direção do português brasileiro, conforme veremos adiante, na seção 2.5 deste capítulo.

Um outro dado sobre os cinco originais: entre os dois manuscritos, o que está escrito na posição vertical certamente foi copiado do manuscrito com o texto em dois blocos na horizontal. Vejamos o que segue:

[4]

(A) Ramão: (...) você canta baixinho e eu recito a poesia .. Sei toda ela de cor; é assim:

Desde a aurora da manhã do dia da noite em que te vi, [mais três versos] (Versão 1 - IEL:67)

(B) Ramão: Eu sei de cor, é assim:

Sonhos de esperança

Desd'aurora da manhã do dia

da noite em que te vi [mais três versos] (Versão 2 - IEL:113)

(C) Ramão: Eu sei de cor, é assim:

[espaço em branco] (Manuscrito vertical:s/p)

(D) Ramão: Eu sei de cor, é assim:
 Sonhos de esperança
 Desd'aurora da manhã do dia
 da noite em que te vi [mais três versos] (Manuscrito horizontal:32)

(E) Ramão: (...) você canta baixinho e eu recito a poesia .. Sei toda ella de cór; é assim:
 Desd'-aurora da manhã do dia da noite em que te vi [mais três versos] (Versão impressa; Livraria Comercial:38)

Eu sei de cor, é assim: a essa fala, igual em (B), (C) e (D), no manuscrito vertical se segue um espaço em branco onde caberia o texto que no manuscrito horizontal, ocupa seis linhas. Assim, temos aqui um forte indício de que o manuscrito vertical (C) foi recopiado daquele com o texto na horizontal (D).

Assim, se configuram as seguintes questões: a segunda versão publicada na edição do IEL (B) corresponde a uma reescrita com vistas à publicação (de A)? Se respondermos afirmativamente a esta pergunta, o que dizer então sobre a versão (E) entregue por Simões Lopes Neto para publicação pela Livraria Comercial? A inscrição "OFF. O autor", reproduzida acima, significará "oferta do autor", "oferecido pelo autor"? Esta parece uma interpretação plausível, pois a etimologia do verbo *oferecer* está relacionada ao termo latino *offerescēre*, e o substantivo *oferta* relaciona-se ao *offerta* (cfe. Cunha, 1986). Assim, se aceitamos essa interpretação, então o fato de Simões ter oferecido o texto nos permite entender a "oferta" como autorização para publicação, e como decorrência, a concordância do autor em relação à linguagem do texto de *A Viúva Pitorra*, tal como encontramos na Versão 1

(Simões Lopes Neto, 1990:25-77). Ainda assim, o segundo grupo de exemplos (me as manda, m'as manda, me manda) coloca em dúvida essa correspondência, e conseqüentemente, a autoria da alteração da versão (E) (impressa, Livraria Comercial) para a versão (A) (V1, IEL).

Resta ainda perguntar: a segunda versão da peça, tal como está publicada pelo IEL, é trabalho de quem? Do próprio Simões, numa segunda reescrita, que seria posterior à publicação da primeira versão pela livraria pelotense? Ou a segunda versão foi produzida para acertar os problemas identificados na primeira apresentação? Lembramos que os grupos de textos têm correspondência entre (A) e (E) e (B), (C) e (D). Entre duas versões manuscritas (C e D), há rasuras com uma letra diferente daquela com que o texto foi copiado do manuscrito vertical.

Há ainda uma terceira pergunta possível: entre a primeira versão em (A) e (E) e a segunda versão, configurada em (B), (C) e (D) terá havido uma leitura pública da peça, anterior à apresentação, para um grupo restrito? Essa possibilidade pode encontrar guarida no fato de que um dos biógrafos de Simões indica que antes da encenação da peça, os parceiros Serafim Bemol e Mouta Rara costumavam ler os textos para convidados e representantes da imprensa (Reverbel, 1981:111). Propomos também essa alternativa, pois ela pode inclusive estar associada ao argumento de Heemann, de que a segunda versão não foi escrita tendo em vista apenas a reelaboração da estrutura dramática, mas também a “busca da frase mais

apropriada” (1990:21). Como apontado por Heemann, nas duas diferentes versões de *A Viúva Pitorra* o enredo é fundamentalmente o mesmo, mas segundo apreciação de Hohlfeldt, a segunda versão é “melhor desenvolvida e acabada do que a primeira” (1999:68). Assim, temos duas versões, sobre as quais não está explicitado o critério de ordená-las tal como estão publicadas. Cláudio Heemann restringe-se a mencionar que Russomano

se dispôs a ceder os textos teatrais [do acervo localizado no espólio]. Os textos eram na maioria inéditos e estavam manuscritos. Os exemplares variavam a letra na caligrafia do autor, de sua esposa e de um copista, havendo também material impresso de (...) uma das versões de *A Viúva Pitorra*.

(...)

Os manuscritos cedidos pelo Dr. Mozart Victor Russomano continham as comédias *A Viúva Pitorra* (em duas versões caligrafadas e um exemplar impresso) (Heemann, 1990:17).

Não explicitado o critério mas considerada nossa análise dos quatro blocos de trechos de cada uma das cinco versões, podemos aceitar agora que a) a versão 1 do IEL corresponde àquela versão publicada pela Livraria Comercial; b) a versão 2 do IEL corresponde aos dois manuscritos do espólio.

Isso parece resolver a questão; parece, pois se alterarmos nosso ponto de vista, a situação se inverte. Expliquemos: até aqui, e de acordo com a análise dos trechos dos cinco “originais” configuram-se dois grupos.

uma intervenção de cunho editorial, e independente também da possibilidade de a ordem das versões ser invertida. Nossa opção, neste momento de cunho metodológico, encontrará respaldo na análise qualitativa dos trechos excluídos da primeira versão, conforme veremos na seção 4.3.1.

De qualquer forma, não podemos deixar de registrar essa possibilidade, pois ela nos leva a considerar a hipótese de que a versão 1 do IEL é a publicada em vida, pela Livraria Comercial, e teria sido linotipada para fins de publicação, a partir de um outro manuscrito extraviado, ou seja, o que a princípio esteve escrito nos manuscritos para ser falado no palco passa a estar escrito na publicação impressa para ser lido.

Tal rastreamento, orientado, entre outros aspectos, pela divergência de dados lingüísticos na comparação de diferentes versões de um mesmo texto – como estivemos mostrando até agora – é o foco dos estudos empreendidos pela sociologia do texto, disciplina que investiga as práticas de atores sociais responsáveis pela publicação das obras.

Durante o século XVII, na França, as peças apresentadas ao público – fosse a corte ou os cidadãos – eram “registradas de ouvido” e dadas aos tipógrafos para publicação sem autorização do autor; no caso de Molière, ele adquiria um *privilège* – isto é, uma prerrogativa para a publicação impressa de uma peça – mas apesar

disso, as edições piratas, registradas de ouvido por um espectador, cuja memória era tida como prodigiosa, eram publicadas à revelia da autorização do autor, imediatamente após as apresentações. Essas publicações transformavam-se em um roteiro para a apresentação da peça em outros lugares da França (Chartier, 2002³⁵).

Nessa perspectiva, Chartier (2002) examina duas edições da peça *George Dandin*, identificando quatro tipos de erros: omissões, substituições, confusões e acréscimos. Chartier não admite atribuir aos tipógrafos a discrepância entre as diferentes edições, mesmo que a eles fosse atribuída a responsabilidade de pontuar e atualizar a ortografia para publicação, conforme prática comum à época. Segundo o autor, a única hipótese que justifica os erros encontrados nas duas edições “é a transmissão da peça de memória, por alguém que assistira a uma ou várias representações da comédia” (op. cit.:60-61).

A maioria das substituições e confusões (...) só podem ser explicadas se relacionadas com a transmissão oral, seja pelo fato de o texto encenado, memorizado e transcrito ter sido diferente do texto que Molière entregou [para publicação], seja porque o espectador que “roubou” o texto cometera uma série de erros enquanto escutava ou se lembrava das falas, incorporando muitas anomalias e disparates na sua transcrição. Não foi a leitura errada de um texto impresso, mas a escuta errada de uma apresentação oral da peça o fato responsável pela substituição de certas palavras por outras que muitas vezes não faziam sentido no contexto em que eram utilizadas (id.:61).

³⁵ “O texto de teatro: transmissão e edição”, na obra citada.

É provável que na “incompatibilidade estética entre o propósito original das peças, escritas para serem representadas, vistas e ouvidas, e a forma impressa” (Chartier, 2002:71) resida a origem das modificações promovidas nas diferentes versões de *A Viúva Pitorra*, de Simões Lopes Neto. De uma versão para outra, o estatuto textual se altera, ou em outras palavras, o que a princípio esteve escrito para ser falado passa a estar escrito para ser lido.

No processo – e independente da autoria das alterações e de quais, entre os originais, seria na verdade a primeira versão – a consciência lingüística das formas gramaticais e agramaticais na colocação dos pronomes oblíquos átonos incide de tal forma que a cada versão ocorrem alterações. Se de autoria de Simões Lopes Neto ou de seus colaboradores, que “passavam o texto a limpo”, é impossível saber, se contarmos apenas com o atual estado das pesquisas, que trazem a público “os originais” da dramaturgia simoniana, aos quais muito trabalho ainda deve ser dedicado³⁶.

De qualquer forma, isso reflete três aspectos importantes: a) a diferenciação entre dois sistemas lingüísticos, b) a avaliação social da colocação pronominal da fala *x* a da escrita e c) a incidência da norma cultuada que regia a colocação dos oblíquos

³⁶ Tal empreitada já vem sendo desenvolvida com relação à literatura de ficção de Simões Lopes Neto: o trabalho de Antunes (2003) na edição crítica do conto “O negro Bonifácio” é exemplar para estabelecer a importância de recorrer a fontes primárias na tentativa de mapear a autoria das alterações. Ver particularmente o Capítulo 2.

átonos no texto escrito, ou seja, as diferenças “entre o que os letrados usam em sua fala formal e o que se codificou como correto na escrita” (Faraco, 1997:33).

É o que procuraremos mostrar na seção seguinte.

2.5 A linguagem na passagem do século XIX para o século XX: a lingüística

É quase lugar comum a indicação de que os sistemas lingüísticos do português de Portugal e o do Brasil se diferenciam relativamente à colocação pronominal.

Vejamos, a título de exemplo, Antenor Nascentes (1946), em *O Idioma Nacional*:

O brasileiro não intercala palavra alguma entre o pronome oblíquo e o verbo, ao passo que o português interpõe o advérbio *não* ou os pronomes retos (...); o brasileiro não combina os pronomes oblíquos *me, te, lhe, nos, vos*, com *o, a, os as*. (...). Os lusitanizantes escrevem as combinações, embora não falem assim.

Nas expressões verbais em que há pronomes oblíquos intercalados, o brasileiro os faz proclíticos ao segundo verbo e não enclíticos ao primeiro (...) (op. cit.:257).

A considerar as obras de Nascentes relacionadas na publicação citada, a primeira edição de *O Idioma Nacional* é de 1936. Quase meio século depois, Luft (1989), em sua *Moderna Gramática Brasileira* – cuja primeira edição é de 1974 – destina duas páginas para o tema “colocação dos pronomes oblíquos”; dos seis itens que

organizam a abordagem, dois referem-se à *ênclise*, outros dois à *próclise*; um outro é organizado em função da ocorrência de clíticos em *locuções verbais*, com farto exemplário; o último cita exemplos de mesóclise, sem sequer nomeá-la, com a ressalva de que são “usos lusitanos, sem comprovação na fala brasileira” (op. cit.:20).

Das 36 linhas que compõem este bloco do texto, quase a metade delas referem diferenças entre o português do Brasil e o do Portugal, como por exemplo:

As construções (b) [quero-lhe falar, tenho-lhe falado, estou-lhe falando] são mais próprias da norma lusitana, ao passo que as construções (c) [quero lhe falar, tenho lhe falado, estou lhe falando] são tipicamente brasileiras (...).

Não faz nenhum sentido Gramáticas *brasileiras* condenarem a colocação *brasileira* dos pronomes: é como a Gramática de Portugal condenar colocações lusitanas. (...) À Gramática cabe registrar - e não condenar - usos de linguagem (id. ib.).

Quase outro meio século e já estamos em 2000, quando Bagno publica sua *Dramática da Língua Portuguesa*, onde as variedades lingüísticas do PB são analisadas à luz de dois diferentes *corpora*: entrevistas transcritas que compõem o acervo do NURC (Transcrições de língua falada – TLF) e a língua escrita em jornais e revistas (*Corpus* de língua escrita – CLE), acrescentando à comparação entre TLF e CLE o que ele chama de “comandos paragramaticais”, isto é, os manuais não-gramáticos que se põem a serviço da militância gramatical conservadora, proscrevendo formas lingüísticas não contempladas pela gramática tradicional, entre eles, os manuais de redação de grandes jornais brasileiros e as colunas e *sites*

do tipo “não erre mais”. Seu trabalho põe em evidência o argumento luftiano: registrar – e não condenar – usos de linguagem.

Ao analisar o fato sintático “retomada anafórica de objeto direto de terceira pessoa” com o uso do clítico e comparar esta estratégia com “pronome lexical” e “objeto nulo”, Bagno (2000:203) indica que, das 86 ocorrências de retomada anafórica de objeto direto de terceira pessoa no CLE, 50 (58%) o fazem com o uso de clíticos. No *corpus* de TLF, das 19 ocorrências, apenas quatro delas (8%) o fazem com pronome oblíquo átono.

Assim, a posição dos autores acima comentados³⁷ reflete o processo que envolve a questão, por pelo menos três razões: a) ela permanece em pauta ao longo do tempo; b) a colocação dos pronomes átonos, ou melhor, o tratamento que se dá a ela é indicador de uma mudança de estatuto das variedades do PE e do PB; c) a questão permanece a ponto de continuar sendo necessário falar sobre ela, mesmo que os estudos até agora empreendidos possam ser tomados como suficientes para aceitar as diferenças entre as duas variedades e integrá-las, com essa característica, ao projeto pedagógico de ensino da língua.

³⁷ Poderíamos incluir na discussão o trabalho de Neves (2000); entretanto, o caráter descritivo (não quantitativo) e a não homogeneidade dos *corpora* nos impedem de estabelecer as relações necessárias. Pelas mesmas razões, o *Gramática de Usos do Português* não foi mencionado no item 2.2, embora no *corpus* “seja notável a representatividade da língua falada, encontrada na simulação que dela fazem as peças teatrais” (Neves, 2000:14).

O trabalho de Bagno (2001) é referência para o que estamos querendo dizer: “o uso dos pronomes oblíquos [de terceira pessoa] está cada vez mais restrito a determinados gêneros de texto escrito ou a manifestações de língua falada extremamente monitoradas” (op. cit.:102). E continua: “Apesar disso, esses fósseis lingüísticos ocupam um lugar destacado no ensino de português, bastando lembrar as intermináveis e incompreensíveis regras de ‘colocação de pronomes’, que tanta discussão e debate vêm provocando na filologia brasileira há mais de um século!” (id.ib.).

Lembremos que a Filologia dominou os estudos brasileiros da linguagem até a primeira metade do século XX; nos anos sessenta é que a Lingüística ganha *status* de disciplina acadêmica, e a partir de então, sistematiza as diferenças entre as duas variedades. Num primeiro momento, entre o PE e o PB; e quase simultaneamente, as diferenças, ou melhor, as especificidades da fala e da escrita do português brasileiro.

Mas antes do desenvolvimento da pesquisa lingüística brasileira, um outro tom norteava a questão da colocação pronominal.

2.5.1 As gramáticas tradicionais e a colocação pronominal

Tal é o caso da *Grammatica Portugueza* (Ribeiro, 1911), cuja primeira edição é de 1887: “Nunca se começa phrase ou periodo com o pronome oblíquo. ‘Me dê’, ‘me faça’, etc., são brasileirismos que devem ser evitados” (id.:231, grifos e ortografia originais). Em outra *Grammatica Portugueza*, cuja segunda edição é de 1884, um outro Ribeiro indica que seria incorreto dizer “Me querem lá - Te vejo sempre - Nos parece - Lhe digo, Se diz que” (1900:255).

Mas nem só gramáticos tratam do tema: numa época em que a formação beletrista era uma questão notadamente de berço, um engenheiro militar, bacharel em matemática e em ciências físicas podia dar seus pitacos sobre questões lingüísticas com o respaldo do mercado editorial. Tal é o caso do também professor de português do Colégio Militar de Porto Alegre. O trabalho publicado por Cunha (1927), cujo exemplar consultado refere estar em terceira edição, também explora a “beleza e correção” da colocação pronominal à portuguesa; para prescrever o funcionamento do sistema, tem como referência a obra de Camilo Castelo Branco: “e assim procedemos porque, entre os auctores da *phase contemporânea*, deve elle ser considerado como auctoridade no assumpto, pois sempre bella e correctamente empregou os pronomes pessoaes”. Para proscriver a moda brasileira da colocação pronominal, refere a fala: “Entre nós, porém, onde até pessoas instruídas erram nessa syntaxe, não se deve esperar que o ouvido seja bom conselheiro. Em nosso meio não sôa

mal a phrase errada, porque desde pequenos estamos habituados a ouvi-la” (Cunha, 1927:3-4). O trecho *porque desde pequenos estamos habituados a ouvi-la* é de particular interesse para nosso trabalho, pois põe em relação normativa e proscritiva uma de duas modalidades diferentes da língua; mais exatamente proscrive a variedade falada, que embora *habituados a ouvi-la desde pequenos*, tem sido negligenciada em suas especificidades ainda hoje, pela gramática tradicional, mesmo depois do desenvolvimento dos estudos variacionistas.

Esse tom, comum à posição dos gramáticos da época – portugueses mais do que brasileiros, de origem, de formação ou por adesão colonialista – torna homogêneos dois tipos de manifestações lingüísticas que caracterizam sistemas diferenciados: um pela perspectiva da oralidade (“*seria incorreto dizer*”; “*não sôa mal a phrase errada*”; “*habituados a ouvi-la*”); outro, da escrita (“*entre os auctores da phase contemporânea*”). Comum aos gramáticos da época, a gramática tradicional insiste, ainda hoje, em tratá-las normativa e prescritivamente sob a perspectiva da escrita, negando à língua falada seu estatuto no sistema lingüístico.

Pinçar esses exemplos é apenas um exercício introdutório ao trabalho de Moura Neves (1990) sobre a questão da ordem na gramática tradicional. O artigo é um relatório de leitura que situa o tratamento da questão da ordem nas gramáticas tradicionais, as do século passado e as deste; observa que um dos autores que mais

espaço proporcional reservam à questão da colocação dos pronomes átonos, Said

Ali o faz,

entretanto, para reagir ao tratamento tradicional, que desconhece as bases da questão, e, conseqüentemente, as peculiaridades do português do Brasil, face ao lusitano. Segue-o, imediatamente, Evanildo Bechara. Gladstone Chaves de Melo, por sua vez, procura estabelecer um tratamento semelhante, dizendo que foi Said Ali que deu o “tiro de misericórdia na cansada questão”. Celso Cunha, após arrolar uma série de regras, indica, em longa *Observação final*, que a colocação de pronomes brasileira difere da portuguesa, criticando as “regras arbitrárias e dogmáticas” de “certos gramáticos nossos”.

Souza da Silveira, que também dedica grande espaço à questão, trata a colocação brasileira como infração a preceitos, embora indique que, em muitos casos, essa colocação comunica “encantadora suavidade e beleza” (Moura Neves, 1990:205, grifos e aspas originais)³⁸.

O curioso é que, se por um lado Said Ali é, segundo a autora, definitivo em relação à colocação pronominal diferenciada dos dois sistemas lingüísticos, por outro, os argumentos dele têm por base a prosódia – diferente a de Portugal e a do Brasil – exemplificando os casos de clíticos a partir de textos literários portugueses, entre eles Camões (152?-1550), Camilo Castello Branco (1825-1890) e Herculano (1810-1877). Tal espectro de tempo parece legitimar a argumentação de Ali, se considerarmos o fato de que os sistemas lingüísticos do PE e do PB se diferenciaram em algum momento entre os séculos XVI e XVIII – conforme indicado por Pagotto e Tarallo, na seqüência – relativamente a aspectos fonéticos e fonológicos das duas variedades, conforme Teyssier (1997). Segundo este autor, o

³⁸ No original, os autores são indicados pelas siglas SA, BECH, GCM, CC, SS; optamos por grafar por extenso o nome dos gramáticos citados.

português instalou-se no Brasil em meados do século XVI, e durante parte do período colonial, continuou a evoluir segundo a deriva do PE no que se refere a variantes fonéticas e fonológicas; no entanto, por volta de 1800, o sistema de vogais do PE estabilizou-se no que contemporaneamente reflete o sistema vocálico desta variedade; o PB, por sua vez, “não mais seguiu, ou seguiu parcialmente, as inovações européias. Parecerá, assim, *conservador*. Mas ao mesmo tempo, irá realizar transformações fonéticas desconhecidas do português europeu, e nisso será *inovador*” (Teyssier, op. cit.:99-100). As duas posições são referidas como hipóteses interpretativas sobre o PB também por Castilho: “ora como uma modalidade conservadora, que reflete o falar quinhentista trazido pelos colonizadores, ora como modalidade inovadora, que se afasta” do PE (in Ilari, 1992:244).

A partir da posição de Teyssier (op. cit.), podemos entender que o fenômeno da cliticização é fundamentalmente de ordem fonológica: trata-se da faculdade de uma palavra gramatical integrar-se fonologicamente à palavra lexical anterior ou posterior, formando uma sílaba da mesma. Ou dito de outra forma: do grego *clisis* → inclinação, o termo abarca o movimento proclítico, enclítico ou mesoclítico facultado ao pronome pela característica que lhe é inerente no sistema, ou seja, o fato de ser uma palavra gramatical sem tonicidade própria e, por tal razão, “inclinarse” de forma a se integrar foneticamente a palavras gramaticais (Mattoso Câmara, 1977:*passim*).

O ponto de vista de Mattoso Câmara é compartilhado por Carone (1986):

O aspecto da ordem mais comumente abordado pelas gramáticas tradicionais (aliás, o único a que a NGB faz menção explícita) é sintaticamente irrelevante: a posição dos pronomes oblíquos átonos em relação ao verbo. *A rigor, esse é um problema de natureza prosódica, determinado pela formação de diferentes combinações de sílabas fortes e fracas.* Em qualquer das três posições, não se altera a conexão sintática do pronome com o verbo, do qual ele continua sendo o mesmo complemento, tanto em ênclise, quanto em próclise ou mesóclise (id.:58, grifo nosso).

Além do domínio da fonética e da fonologia, também no da “morfologia e da sintaxe poder-se-iam opor os aspectos conservadores e os aspectos inovadores no português do Brasil” (Teyssier, op. cit.:105).

(...) é principalmente no que diz respeito à colocação dos pronomes pessoais átonos que o “brasileiro” se distancia, com frequência, da atual norma portuguesa. Já mencionamos um exemplo que revela a conservação de um giro antigo (*João se levantou*). Em outros casos, porém o uso atual do Brasil apresenta uma inovação. (...) o português brasileiro aceita naturalmente o pronome átono em início absoluto de frase (*Me parece que; me diga uma coisa*) e (...) quando o pronome é complemento de um infinitivo, de um gerúndio ou de um particípio, vem sistematicamente ligado a eles; ex.: *Pode me dizer?* e não *pode-me dizer?*, *ia pouco a pouco se afastando* e não *ia-se pouco a pouco afastando*, *não tinha ainda se afastado* em lugar de *não se tinha ainda afastado* (Teyssier, op. cit.:106).

Nesse sentido, é interessante observar que o caráter inovador das transformações fonéticas ocorridas na variedade brasileira, que atingem a colocação pronominal, se consolidam a ponto de a questão passar a ser tratada na seção da sintaxe; isso

significa que a colocação pronominal à brasileira já aparece na escrita – e talvez por isso mesmo se configure a doutrina prescritiva e proscritiva que recai sobre a questão.

Numa outra perspectiva, na seção que segue veremos que o escopo sob o qual se analisa o uso da linguagem só se amplia e diversifica a partir da pesquisa lingüística, que resgata registros escritos marginais à tradição literária. Em outras palavras, veremos que os *corpora* analisados – textos brasileiros ausentes das gramáticas, cujas abonações lusitanizantes restringem-se à tradição literária, ao uso gramatical dos “bons escritores” cultuados pela tradição gramatical – estabelecem em definitivo as especificidades do português do Brasil no que se refere à questão da colocação pronominal.

2.5.2 A pesquisa lingüística variacionista e a colocação pronominal³⁹

Em *Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX*, Tarallo “esboça a emergência de uma gramática brasileira que, ao final do século XIX, mostrava claras diferenças estruturais em relação à portuguesa”, diferenças estas visíveis em quatro aspectos sintáticos dos quais destacamos somente “a reorganização do sistema pronominal”, com conseqüências direta ou indiretamente relacionadas às demais diferenças entre os dois sistemas

³⁹ No Anexo B, apresentamos uma sinopse da revisão teórica desta seção.

lingüísticos (1993:69-71). E mais adiante: “a mudança no sistema pronominal está relacionada com uma diferenciação geral entre os dois dialetos” (id.:85).

Os dados analisados no artigo são os do *corpus* de 1981, composto por entrevistas sociolingüísticas com paulistanos e os do *corpus* formado de cartas, diários e peças teatrais de escritores brasileiros⁴⁰ (id.:82).

Um itinerário histórico da língua portuguesa é proposto em outro trabalho de Tarallo (1990): *Tempos Lingüísticos*. No capítulo inicial, a metáfora do túnel do tempo orienta a perspectiva analítica, a partir do exame de uma carta de 1850. Trata-se da primeira de uma séria chamada *Cartas ao amigo ausente*, de José Maria da Silva Paranhos, escrita na corte – à época sediada no Rio de Janeiro – a um amigo em Portugal.

Interessa-nos, sobretudo, observar se as diferenças lingüísticas entre o texto de Paranhos e o português contemporâneo de quase um século e meio depois são suficientemente substanciais a ponto de se configurarem como sistemas autônomos e independentes (Tarallo, 1990:17).

O exame do sistema pronominal do caso oblíquo da carta de 1850 tem por base uma minianálise na qual constam 10 exemplos, dos quais destacamos seis: em quatro das ocorrências, o pronome está enclítico ao verbo (1, 2, 3 e 4); em duas,

⁴⁰ O autor menciona a formação dos *corpora* sem listar as peças que os integram.

proclítico (5 e 6). As quatro ocorrências de ênclise estão associadas a formas verbais infinitivas/finitas.

1) ênclise/ forma infinitiva

(...) não podendo atribuí-la a moléstia, (...)

2) ênclise/ forma infinitiva

(...) de hoje em diante seguirei para transmitir-lhe (...)

3 ênclise/ forma finita

(...) que profundamente comoveu-me (...)

4) ênclise/ forma finita

(...) a morte acometeu-o com uma congestão cerebral (...)

5) próclise/ forma finita

(...) [as cartas] que lhe chegarão às mãos (...)

6) próclise/ forma finita

(...) os próprios homens lhe não recusavam (...)

O que se vê em 1 e 2 ainda hoje se encontra como referência normativa sobre a colocação pronominal: “de fato, continuamos a privilegiar a ênclise com verbos na forma infinitiva, tanto na língua oral quanto na escrita (...)” (Tarallo, 1990:18).

O emprego de pronomes em 5 e 6, entretanto, ainda que de acordo com a norma gramatical mais conservadora, causam estranheza ao leitor contemporâneo –

lembramos: a carta é de 1850. Segundo Tarallo (id. ib.) no exemplo 5, o *lhe* na verdade seria “um adjunto modificador ao sintagma nominal *às mãos*”; parafraseado no sistema atual, poderia resultar em “que chegarão às *suas* mãos”. Para o exemplo 6, é destacado “o emprego radical da próclise, isto é: não somente o pronome aparece empregado antes do verbo, como também [antes] do próprio advérbio de negação” (id.:19).

Tal sentido de estranhamento (...) pode ser explicado de várias maneiras: ou o texto revela traços dialetais diferenciados e/ou diferenças estilísticas e de registro, ou o texto representa um outro momento da história do sistema. (...) Ou seja: a língua portuguesa na qual Paranhos escreve, tem sua estrutura própria e diferenciada do sistema português contemporâneo (Tarallo, 1990:19).

O autor indica que no enfrentamento de textos em língua portuguesa anteriores ao nosso tempo, certas formas parecerão estranhas, embora inteligíveis, ou mesmo irreconhecíveis. Tais como as encontradas na carta, as formas encontradas no sistema pronominal continuam em nosso “sistema contemporâneo como resíduos históricos, mantidos por uma norma gramatical conservadora, centrada na língua escrita. As formas totalmente estranhas ou irreconhecíveis, por outro lado, atestam estágios anteriores do sistema: uma outra estrutura lingüística que nem mesmo a norma padrão escrita preservou” (id.:19).

É o que pode ser observado em uma carta de 1725; retroagindo ao estado lingüístico da primeira metade do século XVIII, a lista de exemplos evidencia que à época a estrutura da língua portuguesa previa a cliticização não só dos pronomes

oblíquos e dos pronomes reflexivos ao verbo, mas também dos determinantes (artigos e possessivos) ao nome (Tarallo, 1990:20-23), conforme exemplificado abaixo.

<i>lheberderaõ</i> → lhe perderão	<i>otemor</i> → o temor
<i>selhos</i> → se lhos (lhe os)	<i>osseos</i> → os seus
<i>edandolha</i> → e dando lha (lhe a)	<i>eadizerem</i> → e a dizerem

Ao identificar a estrutura e o funcionamento desse sistema lingüístico, a princípio tão estranho para nós, observa-se que “as formas do sistema se encontram em relação dinâmica e estruturante, (...) apresentando concomitantemente formas residuais do passado mais remoto contracenando com formas mais inovadoras de um futuro” (id.:23).

Ao relacionarmos as cartas de Paranhos (1850) e a de Monteyro (1725) ao momento da análise proposta por Tarallo, temos uma visada diacrônica do sistema lingüístico que permite identificar seu funcionamento em túneis de tempo diferenciados. Explorando a metáfora, ao desembocarem na via comum do sistema lingüístico contemporâneo, os dois momentos sincrônicos o compõem; em outras palavras, diacronicamente o sistema decompôs o fenômeno de cliticização, instituindo autonomia morfológica às demais palavras gramaticais, mantendo, entretanto, a cliticização para as formas pronominais.

A visada diacrônica proposta por Tarallo (1990) é a base analítica também de artigo de Pagotto (1993), com foco no sistema pronominal desde o século XVI até o XX: explora o “processo de mudança na posição dos clíticos pronominais em português brasileiro (daqui em diante PB), procurando relacioná-lo ao próprio desaparecimento deles nesta gramática” (1993:185), conforme resultados encontrados pelo mesmo autor em artigo de 1992, cujo *corpus* tem por base cartas e documentos oficiais⁴¹.

A posição ocupada pelos clíticos (...) constitui uma das mais radicais diferenças entre o PB e o português europeu (...). Com verbos simples, o PB tem sempre o clítico anteposto ao verbo, enquanto em PE temos a próclise ou a ênclise segundo regras bem definidas (Pagotto, 1993:186).

O autor exemplifica com as seguintes sentenças:

- 1) Maria *me* viu. (PB)
- 2) Maria viu-*me*. (PE)
- 3) * Maria *me* viu. (PE)

Das diferenças entre os dois sistemas lingüísticos, a mais gritante é a agramaticalidade atribuída a 3) no PE: nesta variedade, em sentenças finitas, a próclise só se dá quando na presença de palavras *atratoras* antes do verbo:

⁴¹ A construção é ambígua, pois o termo “oficiais” tanto pode estar qualificando só documentos, como estes e as cartas. De qualquer forma, registre-se que nos exemplos citados, aparece uma próclise ao segundo verbo em *Estamos nos deliciando com a presença de Sylvinha* (op. cit.:191), que obviamente, não deve se tratar de um trecho de correspondência oficial.

complementizadores, negação, quantificadores, alguns advérbios (Pagotto, 1993:186).

A diferença entre PB e PE se mantém também em construções envolvendo dois verbos:

- 4) Maria pode *me* encontrar hoje. (PB) (*PE)
- 5) a. Maria *pode-me* encontrar hoje. (PE)
- 5) b. Maria pode encontrar-*me* hoje. (PE)

“Conforme se vê em 4), a próclise ao segundo verbo de grupos verbais é agramatical em PE e constitui uma grande inovação no PB” (id. ib.). Lembramos que tal inovação já era apontada por Nascentes (1946): o brasileiro faz próclise com os pronomes oblíquos intercalados em expressões verbais (id.: 257).

Assim, a posição ocupada pelos clíticos parece definir as diferenças entre os padrões dos dois dialetos; deve-se acrescentar, entretanto, que os clíticos são muito menos usados no PB, ao contrário do PE, em que os clíticos são altamente produtivos, tanto na fala quanto na escrita.

As diferenças entre PB e PE relativamente à posição ocupada pelos clíticos podem então ser associadas ao próprio fenômeno da perda dos clíticos do PB. “Perder o clítico” significa que uma variedade lingüística gera uma mudança no sistema

gramatical da língua⁴², que, sabemos, não limita a este o fenômeno da mudança: em cadeia, a perda dos clíticos em PB propiciará condições para a realização do objeto nulo e este, por sua vez, ao preenchimento quase categórico de sujeito na seqüência ordenadora dos sintagmas oracionais na variedade brasileira, que cada vez mais se fixa na ordem S V O^(∅).

Em estudo de 1992, o mesmo Pagotto investigou a posição dos clíticos a partir do século XVI ao século XX, em intervalos de 50 anos, tendo por base cartas e documentos oficiais brasileiros, textos nos quais os clíticos foram examinados em alguns contextos, entre os quais destacamos *a)* grupos verbais e *b)* verbos precedidos de advérbios e negação.

No estudo de Pagotto (op. cit.), os dados relativos à posição pronominal nos *grupos verbais* indicam os seguintes resultados num total de 327 ocorrências:

- a) próclise ao primeiro verbo: 261 (80%);
- b) ênclise ao primeiro verbo: 7 (2%);
- c) próclise ao segundo verbo: 33 (10%);
- d) ênclise ao segundo verbo: 26 (8%).

⁴² A mudança lingüística não incide apenas sobre um aspecto gramatical; trata-se de “mudança em cadeia”, um fenômeno implicando alterações em outros níveis do sistema da gramática da língua. Assim, a reorganização do sistema pronominal pode ser mapeada a partir da redução do paradigma de flexão verbal, com a perda das desinências número-pessoais, implicando em preenchimento obrigatório do sujeito. Já a perda do clítico de terceira pessoa está relacionada à ocorrência de objetos nulos e objetos preenchidos com pronome lexical. Sem perder isso de vista, vamos restringir nossa revisão da literatura lingüística à colocação pronominal, mesmo que os autores citados estabeleçam relações entre “clíticos” e alguma outra variável lingüística.

Apresentados de 100 em 100 anos, os dados mostram que, do século XVI ao XVIII, “a próclise ao primeiro verbo é altamente majoritária, chegando em alguns períodos à casa de 100%. A tabela retrata também o caráter inovador no PB atual”, no que diz respeito à variante *c*) [próclise ao segundo verbo]: “à exceção de uma ocorrência no século XVIII (um dado discutível), ela só aparece no *corpus* do século XX” (Tabela 2- Pagotto, 1993:192-3); ou seja, dos 33 dados de próclise ao segundo verbo, 31 das ocorrências aparecem no *corpus* do século XX..

Na Tabela 3⁴³, consta o número de ocorrências para a variante *a*) (*clítico negação verbo*) e para a variante *b*) (*negação clítico verbo*) por intervalos de 50 anos, dos séculos XVI a XX: a posição referente à variante *a*) se perde no século XIX. Até este período, as ocorrências de clítico anteposto à negação seguida de verbo variaram de 100%, no século XVI, para 59%, na segunda metade do século XVIII. A partir de então, apenas duas ocorrências dessa variável são registradas no *corpus* da primeira metade do século XX, não aparecendo nenhuma nos demais períodos intermediários até 1900. “A idéia central é que o português veio sofrendo um processo de perda do movimento do clítico, desde o período medieval. Teria havido um período de estabilidade no português clássico⁴⁴, ao que se seguiu um novo período de mudança” (Pagotto, 1993:194).

⁴³ Há erros na Tabela 3: no primeiro período do século XVII (convencionado pelo autor como XVIII1), o total de ocorrências das variantes *a* e *b* é 5, e não 9. O total geral de ocorrências para a variante *a* é de 44, e não 39; para a variante *b*, 40, e não 44. Assim, os 100% de ocorrências soma 84, e não 83 como consta.

⁴⁴ “Português clássico” é designado pelos historiadores da língua como o período compreendido entre os séculos XVI e XVIII (cfe. Bagno, 2002:185).

O período de tal estabilidade no processo investigado pelo autor é anterior aos anos 1800, que segundo Teyssier (1997), é quando ocorre a estabilidade do sistema de vogais no PE. Assim, no encadeamento das mudanças, o século XVIII teria sido o marco cronológico da diferenciação entre os dois sistemas lingüísticos.

Para o contexto estrutural *verbos precedidos de advérbios*, a cliticização foi investigada segundo as variáveis *a)* (clítico advérbio verbo) e *b)* (advérbio clítico verbo): as ocorrências de clíticos foram analisadas em intervalos de 50 anos, do século XVI ao XX (cfe. Tabela 4, id.:194).

Destacamos que para a variável *a)* – que reflete a expressão no PE –, os percentuais são os seguintes: 34% para os dados da primeira metade do século XVI; 25% para os da segunda metade do mesmo século e 16% para a primeira metade do século seguinte. Ou seja, há uma tendência ao decréscimo e, a partir da segunda metade do século XVII até o século XX, não há ocorrências de clíticos em posição pré-adverbial no *corpus* analisado.

O que se percebe é que, ao contrário do que acontece com a negação, com os advérbios pré-verbais a anteposição dos clíticos não perdura no português clássico (Pagotto, 1993:194).

Resumidamente, propomos entender a análise de Pagotto⁴⁵ da seguinte forma: numa sentença com contexto estrutural *negação verbo*, o clítico pode se colocar anteposto ou posposto à negação. A posição *clítico negação verbo*, à exceção de duas ocorrências no período de 1950, só é registrada no *corpus* até o final do século XVIII. A posição *negação clítico verbo*, por outro lado, não ocorre na primeira metade do século XVI e, o que é mais importante, apresenta percentuais inferiores à ocorrência da outra variável durante quatro dos cinco períodos subseqüentes; além disso, é categórica a ocorrência dessa variável em três dos quatro períodos referentes aos séculos XIX e XX.

Com relação às sentenças com contexto estrutural *advérbio verbo*, o movimento do verbo se dá anteposto ou posposto ao advérbio, gerando estruturas enclíticas ou proclíticas ao advérbio; assim, poderíamos ter *clítico advérbio verbo* e/ou *advérbio clítico verbo*. A relação percentual para a posição *advérbio clítico verbo* é categórica a partir da segunda metade do século XVII.

Ao retomar os dados da Tabela 1, e ainda que ocorram altos percentuais de próclise, os casos de ênclise são expressivos no período do português clássico para verbos simples. Em trabalho anterior, o autor identificara que a ênclise em verbos simples era categórica todas as vezes que o verbo era cabeça do período. Assim,

⁴⁵ Na seqüência do artigo, Pagotto (op. cit.:195-197) explica, a partir da teoria gerativa, as regras de movimento dos constituintes da sentença que atuam na cliticização dos pronomes. Restringimos, entretanto, a utilizar suas categorias de análise, pois entendemos que são suficientemente explicativas para os propósitos desta dissertação.

pressupõe-se justificada a razão para a Tabela 5, que apresenta a frequência de próclise e ênclise por estrutura básica da sentença, em três períodos de tempo: século XX, XIX e XVI-XVIII (Pagotto, 1993:198).

De sete variáveis que dão conta da ordem dos elementos na sentença, em cinco delas (*c, d, e, f, g*) o verbo é precedido de algum material lexical; as duas primeiras (*a* e *b*), destacadas pelo autor, têm em comum o fato de o verbo ser cabeça de período, conforme especificado abaixo:

a) (s) V

verbo começa o período; sujeito elidido

b) V S

verbo começa o período; sujeito pós-verbal

Ao contrário do que ocorre com as demais variáveis, nas quais o verbo está precedido de algum material lexical, ocorrendo próclise, nessas duas o verbo é “cabeça do período. São bastante significativos os resultados: na situação em que o verbo inicia o período [variável *a*], a ênclise é majoritária”, respectivamente com 89%, 100% e 91% das ocorrências nos três períodos focalizados (id.:199). Já a variável *b*), com o sujeito posposto ao verbo, e este não precedido de material lexical, não há ocorrências de clíticos em ênclise ou próclise para o período do século XX. Para a variável VS, das nove ocorrências de pronome durante quatro séculos, uma ênclise no século XIX, seis durante os séculos XVI e XVIII, e duas próclises neste mesmo período.

A posição pronominal enclítica ou proclítica foi analisada pelo autor também para infinitivo não preposicionado e gerúndio, em 10 períodos de 50 anos (cfe. Tabelas 6 e 7, Pagotto, 1993:200). Para os verbos infinitivos, há 12 ocorrências tanto na primeira metade do século XVI quanto na segunda metade do século XX, isto é, nos períodos limites do estudo: próclise – de 8% para 75%; ênclise – de 92% para 3%, um contraste radical, refletindo o fluxo da mudança do PB, que se fixa na posição proclítica. Para o gerúndio, a relação é menos contrastante: próclise – de 5% para 33%; ênclise – de 95% para 67% prospectivamente nos períodos analisados (id. ib.).

Pagotto (1993) destaca ainda que dos pronomes do sistema, os que restaram mais fortemente são neutros em relação à concordância: *lhe, me, te, se*, ao contrário do clítico acusativo de 3ª pessoa, que mais traços de concordância apresenta: “*o* não pode ocorrer entre dois verbos, como os outros clíticos podem”, indicando que num complexo processo de mudança, os clíticos não seriam mais compatíveis com núcleos de concordância; acrescenta que “se a questão da posição dos clíticos em PB é uma mudança acabada, a presença deles no sistema do PB atual ainda é matéria de dúvida” (id.:202-203).

A mudança na posição dos clíticos e a sua permanência no sistema também são referidas por Cyrino (1993), em trabalho cujo *corpus* foi formado a partir de “peças

brasileiras⁴⁶, por entender que seriam uma melhor representação do vernáculo” (op. cit.:166). Ocorre que entre as peças brasileiras, consta a de 1955, de Jorge de Andrade, “um drama com linguagem formal, ao contrário da peça de 1981, onde a linguagem é corriqueira, embora não se trate exatamente de uma comédia” (idem:177, nota 2).

O estudo diacrônico da autora⁴⁷ focaliza a estratégia “objeto nulo” como uma variável relacionada à mudança lingüística ocorrida no PB relativamente à posição dos clíticos pronominais e à sua permanência no sistema.

Segundo Cyrino (id.:167), as mudanças que ocorreram no PB mostram de forma clara que, 1) quanto à próclise: no século XVIII, o pronome clítico poderia ocorrer em estruturas do tipo *os próprios homens lhe não recusavam*⁴⁸; no século XX, o clítico ocorre sempre em próclise ao segundo verbo numa locução verbal; em 1981, a ocorrência de próclise em início de sentenças é categórica. 2) Quanto à ênclise, no século XVIII, era categórica; no século XX, restringe-se aos pronomes *o, a* quando relacionados a uma forma verbal infinita. Quanto à colocação pronominal com forma verbais imperativas, a autora indica ênclise categórica até o século XVIII, posição que se altera também categoricamente para próclise nos dados da peça de 1981 (Cyrino, 1993:167).

⁴⁶ Para relação das peças teatrais, ver o Anexo A.

⁴⁷ Idem à nota 46. Por tal razão, “traduzimos” a nomenclatura gerativista sempre que necessário.

⁴⁸ Exemplo in Tarallo (1990).

Já a permanência dos clíticos no sistema é estudada a partir de um outro *corpus*, composto também por peças teatrais de

autores brasileiros, especialmente comédias. Quando tal critério não pôde ser atendido devido à falta de obras, o outro critério utilizado foi o de escolher um autor considerado “popular”, isto é, um autor em cuja obra se “espelhasse” a linguagem popular da época (...). Assim, junto com comédias, temos modinhas e poesia satírica (Cyrino, 1993:174, aspas originais).

Segundo os dados da autora, vemos, embora em proporção reduzida, a permanência dos clíticos *me* e *te* no PB. Com relação à queda do uso de *lhe*, destacamos que se em 1857 há quase 60% de ocorrências, em 1973 registra-se apenas 4%. O clítico *o* é o primeiro a desaparecer do sistema: até o século XVI, ele ocorre em menos de 15% dos dados; em 1891 há apenas cerca de 3% de ocorrência. Meio século depois, o clítico *o* desaparece, mantendo esse estatuto nos dados de 1960 e 1973. O tônico de 3ª pessoa *ele* ocorre em função sintática de complemento⁴⁹ em 44% de ocorrências nos dados de 1973, mas essa estratégia referencial já aparece com mais de 10% nos dados de 1891 (Cyrino, 1993:175).

A ocorrência de próclises e ênclises e sua permanência ou desaparecimento no sistema lingüístico do PB, tal como foi demonstrada por Pagotto (1993) e Cyrino (1993), contrasta com a alteração do sistema pronominal ocorrido no PE. Em artigo publicado no seu *Ensaio sobre as gramáticas do português*, Galves (2001:217) cita pesquisa de Torres Moraes, de 1995, que tem por base textos de autores

⁴⁹ Exemplo: *Eu vi ela* e não *Eu a vi*.

portugueses nascidos entre 1695 e 1839. No exame dos textos, a ocorrência de próclises é majoritária, mas as ênclises ocorrem num crescendo, paulatinamente, chegando a 40% na metade do século XVIII. Essa tendência se consolida: nos autores do século XIX, a ênclise é majoritária na variedade do PE.

A essa altura, lembramos a afirmação de Tarallo: em qualquer ponto do túnel do tempo, “encontraremos um sistema em pleno funcionamento que, por sua vez, apresentará formas residuais do passado mais remoto contracenando com formas mais inovadoras de um futuro” (1990:23). A dinâmica do desenvolvimento e mudança do sistema lingüístico está atrelada, portanto, ao uso concreto da linguagem, ao qual subjazem a gramática e o uso lingüístico, independentemente do estado do sistema em determinado momento: se em fase de mudança ou não (Tarallo, 1993:98). Entendemos a simultaneidade do processo da seguinte forma: à medida que o sistema pronominal do PE se fixava na posição enclítica, o do PB, ao contrário, se fixava na posição proclítica. Portanto, àquilo que a partir dos anos 1980 o desenvolvimento das pesquisas reconheceu como dois sistemas lingüísticos diferentes mas igualmente legítimos, a gramática tradicional alega ainda à preferência pela próclise seu caráter de brasilianismo, entendendo-se no epíteto a marginalidade dos traços lingüísticos que nos diferenciam/particularizam em relação ao PE.

Na esteira da discussão sobre a colocação pronominal no PB, um sistema lingüístico diferenciado do europeu já ao final do século XIX constituía a gramática/língua do cidadão brasileiro (Tarallo, 1993:99).

Especialmente no que ela se diferenciou do sistema do PE no processo de mudança lingüística, essa gramática brasileira emergiu à medida que os usuários se utilizavam da linguagem, ao longo dos séculos XVIII e XIX. Nesse processo de inovação, diferenciação e mudança lingüística, é fator crucial o papel social dos falantes associado às formas lingüísticas. Quando falamos em papel social de homens e mulheres, não queremos nos restringir à questão de gênero associado à mudança lingüística; entendemos que o gênero desempenha papel importante na implementação e difusão de inovações, assim como na conservação lingüística, mas não por uma função determinada pelo fato de ser homem ou mulher. Trata-se a nosso ver, dos papéis sociais desempenhados por eles e elas numa determinada sociedade, num determinado contexto social, num específico momento histórico, papéis sociais que sob essa necessariamente ampla perspectiva, se relacionam com classe social, com escolaridade, com idade.

Por exemplo, o trabalho de Borges (em preparação), o uso de “a gente” como sujeito exposto em 11 peças teatrais, registra que

o uso de *a gente* é favorecido por personagens femininas, tanto em percentual (56%) como em peso relativo (0,56). (...) Os resultados são importantes, uma vez que vão ao encontro de

uma tendência verificada em diferentes trabalhos de sociolinguística que conferem às mulheres (...) percentuais maiores na utilização de formas inovadoras (conforme observado por Labov (1990:239).

Mas mais do que os dados relativos a *gênero* nas 11 peças estudadas pelo autor, de especial interesse para nosso trabalho é a frequência de uso de “a gente” com referente específico ao longo dos períodos analisados, pois a peça que compõe o período inicial da análise é justamente a primeira versão de *A Viúva Pitorra*, de Simões Lopes Neto. No texto da *Viúva*, há 20% de ocorrências de uso de “a gente”, que cai para zero uma década mais tarde, na análise da segunda peça que compõe o *corpus*. Daí em diante, a frequência oscila entre quase 10% e zero até o sexto período, que analisa uma peça de 1969. E na sequência, os três últimos períodos indicam uma instabilidade menos acentuada do uso de “a gente” com referente específico, o que pode indicar a proximidade do encaixamento da mudança: a variante “a gente”, registrada por Simões na peça teatral antecipa em mais de meio século o registro de uma tendência da língua que já integrava o vernáculo.

A peça de Simões Lopes Neto, que será analisada aqui em relação à colocação dos pronomes oblíquos átonos e também tomada por Borges (em preparação) como fonte para estudos variacionistas, acrescenta mais um fato linguístico em análise n’*A Viúva Pitorra*: conforme vimos no item 2.2, ao resenharmos os trabalhos que

têm por base textos de peças teatrais, a peça do autor gaúcho é também analisada por Berlinck (2003⁵⁰) para investigar o objeto indireto no português brasileiro do século XIX. Esse dois fatos lingüísticos – o uso de “a gente” e a “realização do objeto indireto” –, colocados sob uma perspectiva variacionista, nos dão indícios de que a peça teatral em análise pode apresentar um conjunto mais amplo de traços associados à mudança lingüística. Nesse sentido, se os resultados relativos às alterações na colocação pronominal (Capítulo 4) forem convergentes com os de Borges e Berlinck, poderemos dizer que temos nas duas diferentes versões de *A Viúva Pitorra* – em particular – a justificativa para um estudo sistemático de vários outros traços lingüísticos associados à mudança.

2.5.3 O cotejamento de textos

Ao contrário do que vimos na seção anterior – o padrão prescrito sendo estabelecido historicamente sem considerar as diferenças entre fala *x* escrita – nesta seção veremos que quando a relação entre língua falada e língua escrita é apenas subjacente como critério para atualizar textos antigos, a pressão na norma parece estar relativizada, tal como podemos deduzir do artigo de Faraco (1996): “Salmos na linguagem de hoje: indícios de diacronia?”, em cuja introdução o autor coloca a curiosidade de lingüista em torno de

⁵⁰ Embora a autora não nomeie a peça, é possível constatar que os exemplos apresentados ocorrem na primeira versão de *A Viúva Pitorra* (IEL).

que conjunto de fenômenos da língua estaria atrás da designação linguagem de hoje? Ou, em outros termos, que representação do português do Brasil contemporâneo tinham os tradutores ao realizarem seu trabalho?

Aventurei-me a responder essas questões. Em primeiro lugar, porque não havendo uma descrição abrangente do que seja o português brasileiro de hoje, justifica-se por si só a exploração de qualquer fonte que possa ampliar nossa percepção das características da língua contemporânea, em particular se é fonte de trabalho cuidadoso e criterioso (como costumam ser as traduções dos textos bíblicos) e que deliberadamente busca utilizar a língua de hoje (Faraco, 1996:197).

Situando a cronologia das sucessivas edições do texto bíblico, centraliza sua análise na comparação das formas verbais de futuro em três⁵¹ delas: a do livro dos Salmos publicado na edição Revista e Corrigida (1898), na edição Revista e Atualizada (1958) e na edição de *A Bíblia sagrada/ tradução na linguagem de hoje*, de 1988.

Numa síntese conclusiva, os dados sugerem uma queda na frequência do futuro do indicativo na escrita; de particular interesse para essa dissertação, Faraco (1996:202) menciona “o desaparecimento completo de futuros com o pronome mesoclítico. Enquanto há 54 dessas estruturas na edição Corrigida e 56 na edição Atualizada, nenhuma ocorre na edição da Linguagem de Hoje”. Como veremos no Capítulo 4, os dados quantitativos desta dissertação confirmam a fossilização da mesóclise nas ocorrências de pronomes oblíquos átonos.

⁵¹ Na verdade, a análise se centra na comparação entre a primeira e a última edições citadas, no que se refere ao estabelecimento de contextos estruturais nos quais ocorrem as variantes da variável “formas de futuro”; citamos as três edições pois são a referência do comentário do autor com relação à mesóclise.

À semelhança metodológica de Faraco (1996), Pagotto (1998) coteja dois textos constitucionais a fim de verificar o funcionamento da norma culta face às diferenças: “a constituição do Império, de 1824, e a primeira constituição republicana, de 1892”, cujas datas referem respectivamente o fim e o início do século XIX. Os resultados, conforme a citação que segue, convergem com os do período apontado como aquele em que as grandes mudanças na sintaxe do PB se consolidaram, em especial, a posição e a rejeição de pronomes clíticos que atinge de forma sistemática todo o sistema pronominal, num processo diagnosticado a partir do fim do século XIX.

O que se constata é que os dois textos constitucionais foram escritos em gramáticas bastante diferentes uma da outra (cf. Pagotto, 1992). Da primeira, pode-se dizer que foi escrita no que ficou conhecido como português clássico; da segunda, que foi escrita no que se tem considerado como a atual norma culta do português (que, em muitos casos, se espelha em variedades modernas do português de Portugal). Inúmeras marcas gramaticais nos levam a pensar desta maneira:

1. A constituição do império é essencialmente proclítica: a constituição da república é enclítica (Pagotto, 1998:52).

Outras três marcas gramaticais são indicadas: *a)* a ocorrência categórica da forma *aonde* na constituição imperial em contextos onde a norma culta atual prescreve *onde*, forma utilizada no texto republicano; *b)* ocorrência de pelo menos duas sentenças relativas cortadoras na constituição do Império e nenhuma ocorrência na da República; *c)* a constituição imperial apresenta categoricamente a forma *todo o* para quantificação universal, e o texto republicano usa a forma sem artigo (id.:52).

De interesse particular para essa dissertação, o caso da posição dos clíticos pronominais é a característica que mais acentua as diferenças entre os dois textos analisados; realizado um pequeno estudo quantitativo das ocorrências em ambos os textos, o autor refere a diferença como “gritante”, indicando que a constituição do Império chega a “apresentar casos severamente condenados pela atual norma culta, como começar a sentença pelo clítico” (Pagotto, id.:52-53).

Tais resultados nos permitem atestar o seguinte:

1. Que no decorrer do século XIX a norma escrita culta mudou radicalmente a sua face, ou seja, o século XIX representa uma mudança no modo de os sujeitos falantes encararem as formas lingüísticas que deveriam usar na escrita. Não se trata somente de formas da escrita que caem em desuso no Brasil, sendo substituídas por formas da oralidade brasileira. Elas são substituídas por outras igualmente estranhas ao português nosso de cada dia, que continua seguindo seu percurso de mudanças.
2. Que, no caso do Brasil, a língua falada seguia um rumo e a língua escrita caminhava em direção diametralmente oposta. A aproximação com as mudanças em curso, na literatura, só vai se dar fortemente a partir da década de 20, já no [século XX] (id. ib.).

Assim, enquanto ainda estávamos sob o jugo político colonialista, a constituição do Império foi escrita essencialmente com formas proclíticas; depois da proclamação da República, a pressão pela normatização incidiu na ocorrência de formas enclíticas. E aqui veríamos um paradoxo, se não fosse o fato de que ele mesmo se explica justamente pela escolha paradoxal da elite brasileira: querer uma nação com identidade própria mas europeizada.

A análise que Pagotto (1998) faz do texto de duas Constituições brasileiras (...) é reveladora do sucesso [do projeto europeizante da elite brasileira]: a primeira é redigida em português clássico,

mais próxima, portanto dos usos brasileiros cultos, enquanto a segunda espelha um ideal claramente lusitanizante, que se cristalizou a partir desse período como padrão de elegância e correção (Bagno, 2002: 186).

O cotejamento de diferentes edições de um mesmo texto, tal como realizado por Faraco na análise dos Salmos bíblicos e por Pagotto na das duas Constituições brasileiras é uma estratégia de pesquisa que, como vimos, dá visibilidade a diferentes estados lingüísticos de uma língua, cuja norma atua no licenciamento ou proscrição de formas já consolidadas na modalidade oral, possibilitando, assim, indicar os rumos da variação lingüística, nos seus diferentes momentos.

É nestes termos que a comparação entre as duas versões da peça *A Viúva Pitorra*, de Simões Lopes Neto, publicadas pelo Instituto Estadual do Livro – IEL (1990), pretende dar visibilidade à controversa questão da colocação dos pronomes oblíquos átonos, à luz dos estudos lingüísticos, mais propriamente, à luz da compreensão de que o sistema lingüístico do português do Brasil se configurou diferentemente para a fala e para a escrita; a primeira, pela força vigorosa do uso e a segunda, pela força coercitiva da gramática tradicional. As etapas realizadas anteriormente à análise dos dados e os critérios que as definiram estão descritos no próximo capítulo.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, descrevemos os aspectos metodológicos que nortearam a formação do *corpus* originado da comparação entre as duas versões da peça teatral *A Viúva Pitorra*, descrito na seção 3.1; na 3.2, apresentamos ao leitor um breve panorama sobre a cidade de Pelotas, onde Simões Lopes Neto nasceu e produziu sua obra teatral aqui em exame. Tal panorama destina-se a caracterizar a cidade, no final do século XIX, pois entendemos que o contexto em que o autor produziu seu teatro é o lastro social que caracteriza o papel desempenhado por homens e mulheres, naquela sociedade, e que pode contextualizar a relação que se estabelece entre o papel social e o uso da linguagem, ou melhor, entre o papel social e a representação lingüística que lhes é atribuída enquanto personagens da peça teatral. Na seção 3.3, indicamos os procedimentos de análise, dos quais derivou o estabelecimento das variáveis relativas aos arranjos promovidos na reescrita da peça; nas subseções da seqüência, descrevemos a variável social, as variáveis lingüísticas e a análise quantitativa dos dados.

3.1 Descrição do *corpus*

O estabelecimento do tema desta dissertação – a posição proclítica ou enclítica dos pronomes oblíquos átonos em função de complemento em duas diferentes versões de *A Viúva Pitorrra*, peça teatral de João Simões Lopes Neto – foi precedido de uma comparação de alterações gerais ocorridas da versão 1 (V1) para a versão 2 (V2) publicadas pelo Instituto Estadual do Livro (Heemann, 1990). Esta comparação

prévia se restringiu às primeiras sete cenas da peça, e evidenciaram-se, por recorrentes, a) substituição lexical, b) alteração de formas verbais, c) alteração na ordem dos sintagmas e d) alteração no sistema de colocação dos pronomes oblíquos átonos (doravante *C-POA*).

A partir de então, a comparação entre as duas versões da peça se restringiu exclusivamente à *C-POA*, com vistas ao levantamento geral de ocorrências em V1 e V2, segundo a posição pronominal enclítica ou proclítica resultante dos arranjos promovidos de uma versão a outra. Os dados foram codificados segundo uma variável dependente e nove independentes, e posteriormente analisados pelo método quantitativo de análise estatística multivariada Varbrul, usando-se a interface VarbWin (Amaral, 2001).

3.2 Pelotas/RS, final do século XIX

A cidade de Pelotas é fundada em 1835, e tem origem no estabelecimento de uma charqueada – empresa que desidrata a carne com o uso de sal. Segundo Amaral (2003:17-19), a esta primeira, iniciada ainda no ano de 1780, seguiu-se a implantação de várias outras charqueadas na cidade, favorecidas pela existência de rebanhos bovinos xucros.

O processo de estabelecimento das charqueadas permitiu que, no século XIX, Pelotas fosse o município mais desenvolvido do Estado. Portanto, Pelotas nasce como uma cidade de cultura industrial. Esse processo industrial (de primeira geração) possibilitou que houvesse um acúmulo de capitais, que foi o

elemento principal de desenvolvimento da cidade nos séculos XIX e XX.

(...)

Durante o século XIX, os charqueadores mandavam seus filhos estudarem em Paris. Em virtude desse contato próximo com a cultura francesa, Pelotas passou a valorizar a cultura letrada e a erudição. (Amaral, 2003:18).

Estas condições precedem a

valorização de bens culturais: da atenção à cultura letrada, surgiram em Pelotas jornais, editoras e escritores de prestígio; nos palcos dos dois teatros centenários de Pelotas (Sete de Abril e Guarany) apresentaram-se companhias européias a caminho de Montevideu e Buenos Aires; além disso, estas casas acolheram o mais antigo grupo de teatro do Brasil (ainda em funcionamento): o Teatro Escola de Pelotas. (id. ib.).

Há registro de que teria havido na cidade encenações da companhia teatral de João Caetano, em 1854, importante diretor de teatro do século XIX, com atuação principalmente no Rio de Janeiro (Hessel e Raeders, 1979:219). A partir de 1880 estiveram em ação algumas sociedades cênicas locais, entre elas a Filhos da Tália, a Melpômene e a Recreio Pelotense. De João Simões Lopes Neto, foram encenadas a revista *O boato* (parceria com José Gomes Mendes), em 1893, e a comédia-opereta *Os bacharéis*, em 1896, pelo grupo Filhos da Tália (Hessel, 1999:58). Com relação à peça *A Viúva Pitorra*, a dedicatória do autor na versão impressa pela Livraria Comercial em 1896 indica ter sido escrita e encenada no mesmo ano pelo grupo cênico do Clube Caixeiral de Pelotas.

3.3 Procedimentos de análise

O mapeamento das ocorrências de pronomes oblíquos átonos em função de complemento se deu comparativamente entre a primeira e a segunda versões da peça *A Viúva Pitorra* (Heemann, 1990), registrando a posição proclítica ou enclítica em cada fala de cada personagem de cada uma das versões. Estabelecemos como variável dependente a posição proclítica ou enclítica do pronome complemento, tendo em vista identificar a posição pronominal predominante em cada uma das versões.

Variável dependente

próclise

ênclise

A partir da variável dependente, definimos outras três, relativas aos arranjos promovidos entre as duas versões, com vistas a identificar a ocorrência de próclise e ênclise nos arranjos; em outras palavras, procurando identificar se havia mais próclise ou ênclise nas exclusões e inclusões de pronomes e nas substituições e manutenção da posição pronominal. Tais escolhas poderiam ser associadas à predominância de próclise ou ênclise, mapeada pela variável dependente, e proporcionar um panorama geral sobre a distribuição dos oblíquos átonos associadamente aos arranjos promovidos na rescrita da peça.

Variáveis relativas aos arranjos promovidos entre V1 e V2

a) Ocorrências relativas aos arranjos nos clíticos de V1 → V2

(trechos de) falas excluídas em V2 com ocorrência de oblíquos

(trechos de) falas incluídas em V2 com ocorrência de oblíquos

posição pronominal mantida sem outras alterações na frase

posição pronominal mantida com outras alterações na frase

posição pronominal substituída sem outras alterações na frase

posição pronominal substituída com outras alterações na frase

pronomes excluídos sem outras alterações na frase

pronomes excluídos com outras alterações na frase

pronomes incluídos com outras alterações na frase

pronomes incluídos sem outras alterações na frase

b) Posição pronominal de → para

ênclise → ênclise

ênclise → próclise

ênclise → ∅

ênclise → trecho excluído

próclise → próclise

próclise → ênclise

próclise → ∅

próclise → trecho excluído

c) Posição dos pronomes incluídos

∅ → próclise

∅ → ênclise

trecho de fala incluído com oblíquo enclítico

trecho de fala incluído com oblíquo proclítico

3.3.1 Variável social: o gênero do personagem

Na configuração do nosso *corpus*, temos cinco personagens: duas mulheres (30 e 36 anos), dois homens (24 e 40 anos) e um guri de 12 anos. Mesmo que a rubrica da peça nos informe a idade de cada um deles e mesmo que os conteúdos representados na peça nos dêem informações explícitas e/ou implícitas sobre classe social e escolaridade, nossa abordagem restringe-se apenas a gênero. Isso se deve ao fato de não dispormos de outros personagens que, em conjunto, poderiam indicar um determinado comportamento lingüístico, associando-o então a idade, classe social e escolaridade, fatores sociais que, junto com gênero, estão geralmente associados à variação lingüística.

Mesmo com esta restrição, entendemos que no texto teatral a variedade social *gênero* pode configurar um comportamento lingüístico, pois, por se tratar de uma representação da fala, o texto teatral poderá refletir, no uso de próclise e ênclise, os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres em relação à linguagem em uso; além disso, o comportamento lingüístico da criança poderá permitir associações entre próclise e ênclise e a gramática adquirida pelo uso.

A inclusão desta variável tem um caráter exploratório, uma vez que nos propomos, a partir dos resultados, estabelecer possíveis associações entre a variável dependente e gênero dos personagens, aspecto não mencionado pela literatura de variação lingüística cujos *corpora* são formados a partir de peças teatrais.

Desta forma, as ocorrências de próclise e ênclise foram registradas de maneira a contemplar a díade de personagens envolvidos na fala onde ocorria o pronome, ou seja, quem eram os personagens – falantes e ouvintes. Inicialmente, mapeamos todas as díades de interação entre gênero de falante x ouvinte: homem/homem, homem/mulher, homem/criança, homem/à parte, homem/monólogo e as mesmas combinações quando mulher e criança eram os falantes, pois entendíamos como provável a variação, por exemplo, de próclise entre homens falando com homens e mulheres falando com mulheres. Tal detalhamento foi posteriormente simplificado, conforme abaixo, em função de que tantas variantes para um número reduzido de dados impediriam a indicação de tendências, uma vez que a distribuição resultaria dispersa.

Díades entre adultos – em relação ao falante

fala de homens

fala de mulheres

Díades que envolvem a criança – em relação ao falante

fala da criança

fala para a criança

3.3.2 Variáveis lingüísticas

As variáveis lingüísticas descritas na seqüência foram estabelecidas de forma a promover um diálogo com a revisão da literatura referentemente à colocação pronominal (Capítulo 2, especialmente a seção 2.5.2).

A variável lingüística **Pronomes**, descrita abaixo, tem por objetivo verificar em que medida os dados do nosso *corpus* convergem ou não para o indicado na literatura especializada, particularmente no que tange 1) ao desaparecimento de pronomes na gramática do PB, principalmente de *o, a* e 2) à permanência de *me* e *te* (Cyrino, 1993; Pagotto, 1993).

Pronomes

me

te

se

nos

o/a - os/as

lo/la no/na (s)

lhe (s)

A variável a seguir especificada tem um caráter eminentemente exploratório, no sentido de apontar tendências associadas à **posição pronominal e sujeito expresso x sujeito nulo**. Tal variável foi incluída tendo em vista explorarmos a relação apontada pelos pesquisadores (Tarallo, 1993) entre redução do paradigma verbal, uso de objeto nulo e sujeito obrigatório, relação indiretamente associada ao preenchimento pronominal do complemento.

Relação entre posição pronominal e sujeito expresso x sujeito nulo

pronome pessoal reto

sintagma nominal

sujeito nulo

forma de tratamento

(*você* foi analisado como pronome, e não como forma de tratamento)

Já a variável **Relação entre posição pronominal e motivação sintática**, abaixo descrita, deverá indicar associações entre posição pronominal e motivação sintática, um dos aspectos mais pesquisados para o estabelecimento das diferenças entre o português europeu e o brasileiro, em *corpora* diacrônicos (Pagotto, 1993; Cyrino, 1993). No nosso *corpus* sincrônico, a expectativa é que as alterações promovidas na reescrita da peça teatral sejam reflexo da predominância proclítica do PB e também da coerção da norma sobre as formas enclíticas remanescentes.

Definimos três critérios sintáticos para a ocorrência de clítico pronominal: *atratores*, *locução verbal* e *ordem dos elementos na sentença*.

Para *atratores*, a ocorrência de próclise é majoritária quando o pronome oblíquo átono estiver precedido de advérbio de negação, outros advérbios ou locução adverbial (Pagotto, 1993). A eventual ocorrência de ênclises nesse contexto deverá ser explicada por algum outro critério.

Para *locução verbal*, a próclise ao primeiro verbo é altamente majoritária até o século XVIII; já a próclise ao segundo verbo, que institui uma inovação no PB, só aparece

no *corpus* do século XX (Pagotto, 1993) e em Cyrino (1993), só é majoritária no século XX. Entretanto, tendo em vista a sensibilidade lingüística do autor da peça aqui em estudo, espera-se a incidência majoritária de próclise ao segundo verbo.

Para *início de frase*, mapeamos a ocorrência de ênclise ou próclise a verbo em cabeça de período: ênclise majoritária (cfe. Pagotto, 1993). O estigma associado à próclise nesse contexto é a provável razão para alterações na segunda versão, principalmente com a inclusão de material lexical precedente ao pronome.

Relação entre posição pronominal e motivação sintática

Atratores

próclise advérbio de negação, outros advérbios ou loc. adverbiais

ênclise advérbio de negação, outros advérbios ou loc. adverbiais

próclise qu

ênclise qu

Locuções verbais

locução verbal: próclise segundo verbo

locução verbal: próclise primeiro verbo

locução verbal: ênclise primeiro verbo

locução verbal: ênclise segundo verbo

Início de frase

ênclise a verbo em início de frase

próclise a verbo em início de frase

A variável abaixo estabelece a relação entre **posição pronominal e formas verbais finitas, infinitivas e gerundivas**. Tarallo (1990) indica a predominância de ênclise

com verbos na forma nominal infinitiva; neste contexto, Pagotto (1993) indica predominância de próclise. Para a forma nominal gerundiva, Pagotto (1993) indica um progressivo aumento de próclise e inversamente, uma diminuição de ênclise ao longo do período estudado (séc. XVI a XX).

Relação entre posição pronominal e formas finitas, infinitivas e gerundivas

ênclise formas finitas

próclise formas finitas

ênclise formas infinitivas

próclise formas infinitivas

ênclise formas gerundivas

próclise formas gerundivas

3.3.3 Análise quantitativa

A partir do estabelecimento desse arquivo de especificação de fatores, procedemos a codificação das ocorrências. Seguimos com rodadas preliminares, uma para cada versão, o que indicou a necessidade de diversos arranjos a fim de permitir a redução de *knockout* e o posterior refinamento da análise.

No capítulo seguinte, apresentaremos e analisaremos os dados quantitativos obtidos pela aplicação do Varbrul (Pintzuk, 1988) e da interface VarbWin (Amaral, 2001) – que fornece N, percentuais e pesos relativos – aos dados mapeados na comparação entre as duas versões da peça *A Viúva Pitorra*.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para uma visão panorâmica das alterações promovidas na segunda versão da comédia *A Viúva Pitorra*, apresentaremos um amplo quadro que deverá caracterizar o processo da reescrita, para posteriormente, nos concentrarmos na comparação entre as duas versões do texto teatral relativamente à colocação dos pronomes oblíquos átonos. Na versão 1 (V1), temos as cenas I a XXII (Simões Lopes Neto, 1990: 29-77); na versão 2 (V2) (id.: 83-120) temos as cenas I a [XX]. Conforme indicado na rubrica, temos os personagens Ramão - 40 anos, extremamente barbado; Cidreira, 24 anos, tipo comum, pá-virada (na V1; na V2, passa a ser Juca]); Tônico, 12 anos, língua pegada; Eulâmpia, 36 anos, pretensiosa e Pitorra, 30 anos, pretensiosa. Façamos uma imersão no enredo da peça.

Uma viúva, de nome [Flaubiana] Pitorra, está a completar um ano de luto pela morte do segundo marido. Nesse mesmo dia, sua irmã⁵² Eulâmpia retorna de uma viagem que fizera a Montevideú. Ambas viúvas, ambas pretendem recasar-se rapidamente e para isso logo arranjam parceiros: Eulâmpia, um companheiro de viagem, Ramão; Pitorra, [Juca] Cidreira, um lojista que lhe fornece roupas. Uma tremenda confusão acaba surgindo quando Ramão, no afã da conquista, coloca nas luvas de Eulâmpia uns versos em que se declara. Cidreira descobre os versos e imagina terem sido escritos para ele por Pitorra. Decidem todos se declarar uns aos outros, quando Ramão encontra-se com Pitorra. Descobre-se, então, que Ramão é o primeiro marido de Pitorra, dado como morto na Revolução - certamente a de 1835⁵³ - e que agora

⁵² Por ocasião da defesa desta dissertação, a arguição do Professor Luís Amaral questiona a leitura proposta por Hohlfeldt (1999); segundo o argüidor, à época “mana” era provavelmente uma forma de tratamento usada não só entre irmãs, mas também entre cunhadas. Assim, Eulâmpia seria cunhada de Flaubiana Pitorra, e não sua irmã.

⁵³ Há discordância também com relação a essa outra leitura de Hohlfeldt: para Luís Amaral, trata-se da Revolução Federalista de 1893, na qual muitos dos combatentes anticastilhistas eram

retorna à casa. Esclarecidos os fatos, Pitorra fica com seu primeiro marido, enquanto Eulâmpia decide-se por aceitar Cidreira (Hohlfeldt, 1999:67-68).

Este é o enredo de *A Viúva Pitorra*, ou melhor, de ambas as versões da peça. Como indicado por Heemann

os diálogos nas duas **Viúvas Pitorras** mudam bastante de um para outro texto. Não no sentido de alterar a situação, os personagens ou os incidentes, mas nas expressões e frases com que réplicas e falas aparecem compostas (1990:21, grifos dele).

Especulamos então se a apreciação de Hohlfeldt, sobre a segunda versão estar “melhor desenvolvida e acabada do que a primeira” (1999:68) resultou das alterações de Simões Lopes Neto na segunda versão, mais na composição das falas dos personagens no que na estrutura da peça.

De fato, ao comparar as duas versões, não se identifica uma expressiva mudança do ponto de vista estrutural; as modificações convergem, em larga medida, para alterações nas expressões lingüísticas, conforme indicado por Heemann em relação à fala dos personagens.

Tais modificações – léxico, formas verbais, ordem dos sintagmas e colocação pronominal – mapeadas no artigo “O texto teatral como fonte para estudos

uruguayos ou da fronteira. Com a derrota para as tropas governistas, muitos se exilaram no Uruguai. Foi o que provavelmente ocorreu com Ramão.

variacionistas: as duas versões da peça ‘A Viúva Pitorra’, de Simões Lopes Neto” (Mambrini, 2003), foram escolhidas no conjunto das muitas outras identificadas na comparação. O conjunto das modificações e a escolha de algumas delas – que será explicitada a seguir – eliciam a pertinência de pesquisar no texto teatral generalizações relativas à variação e mudança lingüística.

Assim, vamos apontar na seqüência que o texto teatral pode produzir formas lingüísticas imbricadas na mudança; mas mais do que isso, temos aqui um processo comparativo que mapeia escolhas lingüísticas entre as variantes do sistema, processo engendrado em função da disponibilidade de duas versões de um mesmo texto teatral.

Dos exemplos que poderiam ser trazidos para ilustrar o processo de reescrita de *A Viúva Pitorra*, vamos destacar nas seções seguintes um exemplário de alterações em formas verbais e na ordem dos sintagmas, para posteriormente apresentarmos e discutirmos os dados referentes à colocação pronominal.

4.1 Alterações em formas verbais

1) haver que → ter que

V1

(...) não há que ver!

V2

(...) não tem que ver ...

2) haver → fazer

V1	V2
Que mal há em que se diga (...)	Que mal faz que se diga (...)

3) tratar por → chamar de

V1	V2
(...) Sempre tratei a Eulâmpia por dona Eulâmpia!	(...) Sempre chamei a Eulâmpia de dona Eulâmpia!

4) ser → estar + de

V1	V2
(...) Você ainda é caixeiro? (...)	Você ainda está de caixeiro? (...)

Os dicionários registram inúmeras acepções para os verbos substituídos em 1) e 2). Além das acepções vinculadas à transitividade, encontramos via de regra a menção de determinadas formas serem comuns no Brasil e sem ocorrência em Portugal, seguindo-se geralmente comentário relativo à apreciação dos gramáticos e/ou com relação à (im)propriedade do uso.

Tais registros antecipam que a matéria é controversa. Na medida do possível, concentramos a pesquisa em Houaiss (2001), Luft (1999) e em Caldas Aulete (1958), por entendermos que esses três dicionários dão conta de registrar e exemplificar as várias acepções dos verbos, inclusive com comentários diacrônicos e diatópicos.

1) haver que → ter que

Segundo o Houaiss (2001),

no Brasil, o v. *haver*, nas acepções impessoais de 'estar presente, encontrar-se', 'existir', 'acontecer, realizar-se' é freqüentemente substituído, especialmente no registro da língua informal, pelo verbo *ter* (tb. impessoal): *tem muita gente aí fora; tem muito tempo que ela sumiu; tem sessão de cinema hoje na praia*; tal uso é considerado impróprio e não ocorre no português de Portugal.

ter que ver / merecer atenção ou admiração

b) modernamente, na língua, tem-se *ter que + infinitivo*, no qual esse *que* tem valor como que prepositivo, em lugar do castiço *ter de + infinitivo*

Já Luft (1999) registra *ter* no sentido de *haver*: “sintaxe brasileira, da linguagem popular e familiar, que não é sem exemplo em Portugal”.

Em Caldas Aulete (1958) encontramos:

Hei de me vingar de todos eles // (...) me hão de levar lá

Há de invejar ... Isso há de!

Ter: seguido da conjunção *que* e verbo no infinitivo: ter precisão ou necessidade de, ser obrigado a; ter que fazer ou que ver com alguma pessoa ou coisa

Apesar de a alteração da forma *haver* → *ter* poder ser explicada em função da multiplicidade de uso de ambos os vocábulos, o que se pode ver é a menção da forma *haver* no PE e a forma *ter* no PB, nos múltiplos usos que de alguma maneira remetem ao que está em jogo na expressão em análise.

Além disso, parece-nos que a expressão é do tipo “frase feita”, cujo sentido está mais implícito na pragmática do que propriamente na locução. No trecho em que o personagem Cidreira/Juca a diz, está em foco a peraltice do menino Tônico, que rechaça a sedução de Cidreira, querendo se fazer de pai do menino. Numa seqüência de quatro falas à parte, intermediadas por Tônico chamando por ele, Juca despreza o garoto e revela ao público as suas intenções. Juca, finalmente, responde ao garoto, retomando o discurso sedutor: “O que é, meu almejado semi-filho?”

Esse contexto parece ser a razão para que Juca diga “não tem que ver” como quem diz, “deixa comigo, não vou deixar que a diabrura desse garoto atrapalhe meus planos”. De qualquer forma, é curioso observar que a alteração se dê num *à parte*, fala do personagem dirigida ao público, ignorada, no jogo cênico, pelos demais.

2) haver → fazer

A alteração 2) parece ser motivada por razão semântica: em “Que mal há que se diga (...)”, o mal seria da natureza do dizer tal coisa; em “Que mal faz que se diga (...)”, sobressai o efeito que dizer tal coisa terá para a índole moral da personagem Eulâmpia, sobre quem Juca pensa que é o segredo anunciado por Ramão. De qualquer forma, é mais um caso de substituição de *haver*.

3) tratar por → chamar de

A fala completa de Ramão é “Eu disse Eulâmpia? (*formalizado*) Sempre *tratei* a Eulâmpia *por* dona Eulâmpia”, alterada para “Eu disse Eulâmpia? (*formalizado*) Sempre *chamei* a Eulâmpia *de* dona Eulâmpia.”

Nesse trecho, Ramão está contando para Juca as impressões que ela causara e como estavam avançadas as artimanhas da sedução, a ponto de, ao chegarem da viagem, o casamento estar arranjado. Ramão a trata por Eulâmpia e Juca, parecendo concordar com o avanço do namoro, diz “A Eulâmpia! Como está adiantado?!” Então Ramão faz o reparo, simulando surpresa por não ter usado a forma de tratamento. É curioso observar que entre tratar por (dona) e chamar de dona ocorre o que poderíamos chamar de deslocamento semântico: *tratar por* implica, grosso modo, um certo grau de formalidade; *chamar de*, ao contrário, expressa menos formalidade, resgatada, todavia, pela forma de tratamento *dona*. Registramos ainda que, em alguma medida, a informalidade, aqui, parece funcionar como elemento de cumplicidade.

4)

ser → estar + de

Em Caldas Aulete (1958), encontramos:

Estar - (...) // com a prep. *de* (seguida de subst.) exprime gesto, atitude, colocação, posição // Achar-se ocupado no desempenho de alguma obrigação, de certa ordem de funções (...),

Tal acepção, registrada apenas no Aulete, leva a crer que seja uma expressão em desuso. Todavia, duas considerações são necessárias: a primeira diz respeito ao estado permanente *versus* estado temporário de caixeiro, atribuído respectivamente por *ser* e *estar de*, nos informando que a posição de Cidreira/Juca já foi essa, um dia, entre outras prováveis. A segunda consideração necessária é que, embora Luft e Houaiss não mencionem o uso da locução *estar de*, não é raro ouvirmos, atualmente, os falantes dizerem que “Fulano agora está de gerente da loja”, ou que “A professora agora está de chefe do departamento” e expressões análogas.

4.2 Alterações na ordem sintagmática

1) V1

(...) começo eu a luta (...)

V2

(...) entro em luta (...)

2) V1

Naturalmente ... Ficou o
casamento tratado!

V2

Naturalmente, o
casamento [Ø?] tratado!

Em 1), a ordem V S foi alterada para Ø V, e ao que tudo indica, se trata de uma mudança derivada da substituição de *começar* → *entrar em*, respectivamente direto (TD) e indireto (TI) quanto à transitividade. A alteração promovida TD → TI corresponde à frequência de 33% de ocorrência da ordem V S quando o *status* informacional é novo, em *corpus* do século XIX (Berlinck, 1989). Essa condição

apaga a ordem dos sintagmas no PE e institui a ordem do PB, mesmo se considerarmos o sujeito não marcado.

No que se refere à ocorrência 2), a ordem V S da V1 foi substituída por S [Ø?], com a elipse do verbo *que*, na primeira versão, está realizado no primeiro segmento do sintagma (V S). Trata-se do verbo de ligação *ficar*, um dos que motiva a ocorrência da ordem V SN em menor frequência, progressivamente nos séculos XVIII, XIX e XX (Berlinck, 1989).

Esse breve panorama de alterações de formas verbais e ordem dos sintagmas – mapeado por Mambrini (2003) precedeu a definição do tema desta pesquisa. Assim, a análise (qualitativa e quantitativa) passou a incidir exclusivamente na comparação da colocação pronominal em V1 e V2, cujos resultados apresentamos a seguir.

4.3 Comparação entre as duas versões de “A Viúva Pitorra”: a colocação dos pronomes oblíquos átonos

Nesta seção contemplaremos a apresentação e a análise dos dados obtidos conforme descrito no Capítulo 3, indicando resultados gerais e específicos evidenciados na comparação entre as duas versões da peça. Entre os primeiros, a distribuição geral de próclise e ênclise em V1 e V2, e o quadro demonstrativo dos

arranjos promovidos de uma versão para outra, para alguns dos quais faremos uma análise quantitativa. Nos específicos, relataremos a distribuição de próclise e ênclise segundo os fatores definidos para a análise. Nos subitens desta seção, traremos à discussão os dados resultantes de análises multivariadas de próclise e ênclise, derivados de várias rodadas realizadas em busca do refinamento da análise. Dessa forma, relataremos os resultados encontrados, organizando-os em dois eixos: ocorrência de próclise em V1 e V2 nos grupos de fatores *rejeitados* e *selecionados* com significância estatística. Mas antes disso, vamos apresentar os dados brutos iniciais da análise e o critério que incidiu sobre a exclusão de algumas ocorrências do *corpus* nas versões analisadas.

O total de dados levantados inicialmente foi de 442 ocorrências, sendo 252 na V1 e 190 na V2. Da V1, excluímos 22 dados com as seguintes características: dois casos de expressões fixas, que não admitem a possibilidade de próclise [*O Tónico? Ei-lo* e *Ei-los*], um caso de mesóclise, três casos de complemento pronominal não oblíquo; da V1 e da V2, excluímos 16 casos de *se* como indeterminação de sujeito. O critério para esta exclusão foi o fato de a pesquisa se configurar na análise de *pronomes oblíquos átonos em função sintática de complemento, em posição proclítica e enclítica*. Portanto, o total de dados efetivamente analisados foi de 230 na V1 e de 174 na V2.

É na fala de Cidreira/Juca que ocorre a mesóclise, substituída na V2 por próclise: (...)
a menos invejosa, estrangular-se-ia de boa vontade → (...)
a menos invejosa, se

estrangularia de boa vontade. Mesmo se a pesquisa sobre mudança lingüística dispusesse apenas deste *corpus*, é muito provável que o pesquisador indicasse que a posição do pronome em V1 é uma forma residual de um estado lingüístico do português brasileiro anterior ao período da peça teatral. Faraco (1996), ao cotejar três edições dos salmos bíblicos (1898, 1958 e 1988), menciona respectivamente a ocorrência de 54, 56 e de nenhuma ocorrência de futuros com o pronome mesoclítico; tal fossilização da mesóclise também deixa marcas na comparação das duas versões da peça teatral: na reescrita, a opção por alterar a única mesóclise por próclise também converge para a predominância desta posição no PB, conforme vimos em Pagotto (1993) e Cyrino (1993).

Os três casos de complemento pronominal não oblíquo, excluídos do *corpus*, estão apresentados abaixo:

- 1) Tônico para Pitorra: E ele estava beijando ela! (excluído em V2)
- 2) Tônico para Cidreira/Juca: Beije ele, seu Juca! (mantido em V2)
- 3) Eulâmpia: Tua mãe chegando, vou dizer-lhe (...) → Tua mãe chegando, vou dizer a ela (...). (alterado em V2)

Como vemos, dois dos três casos acima ganham espaço na voz da criança, que a literatura sociolingüística indica como o falante que aprende a gramática instituída pelo uso, e não aquela adquirida através da escolarização. Vimos nos dados de Cyrino (1993) que o tônico de terceira pessoa *ele* ocorre em função sintática de complemento em quase 50% das ocorrências em 1973, tendo já aparecido nos

dados de 1891 com 10%. O outro caso, em que há a substituição de *lhe* → *a ela* ocorre na fala de uma mulher dirigida à criança.

Como sugerimos no comentário sobre a ocorrência de mesóclise, se o pesquisador tivesse disponível apenas este *corpus*, os dois casos de acusativo poderiam ser associados ao papel dos falantes na mudança lingüística e tidos como indicadores de uma mudança em processo. Dizendo de outra forma: os casos de pronome reto em função de complemento é um outro traço que vem acentuando as diferenças entre o PE e o PB; o fato de essa variante aparecer na voz da criança pode ser tomado como um indício plausível de que a mudança lingüística poderá vir a se fixar nessa forma, concorrendo com a variante objeto nulo. Como veremos em outros dados analisados nesta seção, aqui também temos um autor atentamente sensível ao funcionamento concreto da linguagem em uso. Ainda mais se tivermos em vista que, apesar de decidirmos pela exclusão dessas ocorrências do *corpus* do nosso trabalho, dos três casos apresentados acima, o terceiro é resultado de uma substituição (*dizer-lhe* → *dizer a ela*) em V2; *Beije ele, seu Juca!* seria mantida na V2 e excluída a fala *E ele estava beijando ela!*. Como veremos especialmente na seção 4.3.2, ao comentarmos os dados da Tabela 3, as falas proclíticas e enclíticas *da* criança e *para a* criança são coerentes com o que está apresentado nos três casos excluídos.

Justificadas as exclusões de dados do *corpus*, apresentamos abaixo a Tabela 1 e o Gráfico 1, que dão conta da distribuição geral de próclise (P) e ênclise (E) na V1 e

na V2. A predominância de P sobre E reflete o resultado esperado, para ambas as versões da peça; a gramática brasileira, já consolidada no século XIX (Tarallo, 1993), foi a referência para a escrita das duas versões da peça.

Tabela 1
Distribuição de próclise e ênclise em V1 e V2

	V1		V2	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Próclise	142	62	114	66
Ênclise	88	38	60	34
Total	230		174	
<i>Input</i>	0,62		0,66	

Mas mais do que a predominância percentual de P sobre E, o *input* (que é a probabilidade inicial de próclise, medida em peso relativo) confirma a preferência pela gramática do PB na colocação pronominal dos oblíquos átonos. Em ambas as versões, esta probabilidade da próclise está bem acima do ponto neutro (0,50), independentemente de outros fatores que possam favorecer essa escolha.

Interessantemente, apesar de o número de ocorrências de pronomes oblíquos ser *menor* na segunda versão, o número, o percentual e o *input* de próclise são um pouco maiores. No entanto, essa diferença não é estatisticamente significativa⁵⁴ pelo teste de χ^2 ($p= 0,435$), de modo que em ambas as versões, a próclise é igualmente favorecida. Tais resultados – percentuais e pesos relativos – convergem para a predominância de próclise no PB, conforme apontado por Tarallo (op. cit.) e Galves (2001).

Como veremos adiante, a mesma gramática que atua nas versões comparadas fica ainda mais saliente quando V1 e V2 são tomadas em separado. Neste texto teatral, a ocorrência das formas proclíticas ou enclíticas corresponde à variedade do português brasileiro, predominantemente proclítica, conforme distribuição percentual no gráfico abaixo.

⁵⁴ O autor (ou quem quer que tenha feito as alterações), ao propor a V2, poderia ter efetivamente mudado o texto na direção da língua falada, fazendo a próclise predominar de modo mais marcante e, nesse caso, poderia haver significância estatística; neste caso, V1 e V2 seriam de fato diferentes quanto à colocação pronominal. Ou o autor (da reescrita) poderia ter mudado o texto na direção de usar predominantemente a ênclise, caso em que também poderia haver uma diferença quantitativa efetiva e significância no teste do qui-quadrado. Nada disso ocorreu: não há diferença quantitativa geral entre as duas versões da peça no que diz respeito às tendências de colocação dos pronomes átonos.

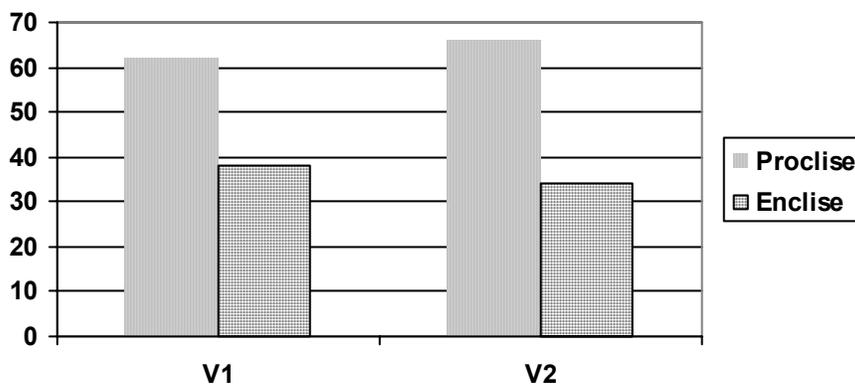


Gráfico 1

Distribuição percentual de próclise e ênclise em V1 e V2

A diminuição do número total de ocorrências (de 230 para 174) resulta das modificações realizadas na reescrita da peça; nesse processo, incidiram escolhas referentes aos arranjos promovidos de uma versão para outra; entre eles, identificamos exclusão e inclusão de pronome oblíquo e manutenção e substituição da posição pronominal, conforme discutido a seguir.

4.3.1 Arranjos promovidos na V2: exclusões e inclusões de pronomes e manutenção e substituição da posição do clítico

Nas seções 4.1 e 4.2, apresentamos alguns exemplos de fatos lingüísticos (formas verbais e ordem dos sintagmas) em que incidiram reformulações de uma versão a outra, ambas na direção do português brasileiro. Neste processo, que antecedeu a definição do tema desta pesquisa, tínhamos a expectativa de que os resultados

gerais, apresentados em 4.3, encontrassem correspondência nos arranjos promovidos da V1 para a V2; dito de outra forma, a colocação pronominal nas duas versões de *A Viúva Pitorra* se daria na direção do PB, predominantemente proclítico, e para vermos como essa expectativa se refletia nos resultados, bastaria o levantamento geral de próclises e ênclises, por número de ocorrências, percentual e peso relativo, já apresentado na Tabela 1.

Entretanto, julgamos imprescindível apresentar os resultados configurados pelos arranjos promovidos na V2, particularmente em função da nossa hipótese geral: os arranjos promovidos na segunda versão podem refletir a) o comportamento de próclises e ênclises no plano geral da língua e b) a sensibilidade lingüística do autor não só para a linguagem em uso, mas também para a força coercitiva da norma cultuada.

Com a apresentação dos arranjos promovidos de uma versão para outra, teríamos um panorama com os resultados gerais e que, ao mesmo tempo, nos daria elementos importantes para analisar descritivamente alguns casos em que incidiram os arranjos, principalmente aqueles em que a próclise *não* foi a forma escolhida para a V2. Temos na Tabela 2, a seguir, a configuração de próclise e ênclise por tipo de arranjo promovido na V2.

Tabela 2
Arranjos promovidos em V2: próclise e ênclise (N e %)

Arranjos	P		E		Total
	N	%	N	%	
Exclusões de pronome (Trechos) de fala excluídos com oblíquo	45	61	29	39	74
Pronome excluído sem alterações na frase	4	44	5	56	9
Pronome excluído com alterações na frase	3	60	2	40	5
Total	52	59	36	41	88

Inclusões de pronome (Trechos) de fala incluídos com oblíquo	15	83	3	17	18
Pronome incluído	6	75	2	25	8
Total	21	81	5	19	26
Posição pronominal mantida de V1 →V2	101	65	54	35	155
Posição pronominal substituída de V1→ V2	3	33	6	67	9

De forma geral, a tabela acima nos permite identificar que na reescrita da peça prevaleceu a *manutenção de falas com ocorrência de oblíquo* (155 ocorrências), sendo que 65% delas ocorrem com o pronome na posição proclítica. Mesmo que tomado individualmente, este achado antecipa os resultados que veremos na comparação entre as duas versões e reflete os encontrados na Tabela 1: a predominância de próclise.

A mesma convergência pode ser encontrada no item que informa as *inclusões* de pronomes: das 26 ocorrências, 81% são próclises. Entre os pronomes *excluídos com e sem alterações na frase*, temos sete ocorrências de próclises e sete de ênclises; tal resultado pode sintetizar os dois eixos pelos quais a reescrita se orienta e também as duas hipóteses específicas que buscamos investigar aqui: a) a segunda versão converge para a posição proclítica e b) sobre as formas enclíticas remanescentes, atua fortemente a coerção da norma cultuada. Também os pronomes cuja posição

foi substituída de V1 para V2 refletem a síntese proposta acima: das nove ocorrências, seis ênclises foram substituídas, na direção do PB, reforçando o proposto no item a); mas temos três casos de pronome em posição proclítica substituída por enclítica, que poderia contradizer o argumento. Entretanto, a escolha pela ênclise nestas três ocorrências extrapola a opção pela posição pronominal, recaindo em escolhas cujo efeito está relacionado a questões de conteúdo ou de efeito de sentido.

Especificamente com relação ao primeiro grupo de resultados, as Exclusões, temos *74 trechos de fala excluídos com ocorrência de oblíquos*, onde observamos 45 P e 29 E. No entanto, o caráter do arranjo impede que associemos os resultados exclusivamente à escolha por uma ou outra posição do clítico. Em outras palavras, não podemos afirmar que o trecho foi excluído da V2 em função de o clítico estar em determinada posição. Tanto é que, se olhássemos os dados pelo viés de 61% de próclises x 39% de ênclises excluídas, teríamos que invalidar a argumentação até agora desenvolvida, pois os percentuais divergem do que seria esperado: há mais próclises do que ênclises excluídas.

Vamos ver nos exemplos que seguem uma justificativa razoável para o fato de entendermos que os trechos foram excluídos por um critério de conteúdo, e não como resultado de uma escolha entre trechos com ocorrência de próclises e trechos com ocorrência de ênclises. Além disso, essas exclusões podem refletir o critério –

não explicitado – para a publicação das duas versões da peça⁵⁵, pois é mais lógico que os trechos tenham sido excluídos, e não incluídos, uma vez que as exclusões de conteúdo são coerentes com as demais reformulações identificadas entre as duas versões. Tanto é que, no plano geral da estrutura da peça, temos 22 cenas na primeira versão e 20 cenas na segunda. Observemos os exemplos:

1) Ramão para Tônico

Não diz, nenê, eu te dou uma bengalinha ... (p. 43 – cena VIII)

2) Tônico para Eulâmpia

Você me dá bastante marmelada? (p. 43 - VIII)

3) Ramão para Eulâmpia

Eulâmpia, dê-lhe marmelada ...

bastante, muita, toda a que ele puder engolir. (p. 43 – cena VIII)

4) Ramão para Eulâmpia

Não se esqueça: dê marmelada ao menino. (p. 48 – cena IX)

5) Ramão para Eulâmpia

E depois, você não lhe deu bastante marmelada! (p. 68 – cena XX)

As falas de 1) a 5) são elucidativas do nosso argumento, pois vemos claramente que a exclusão da fala em 2) implica excluir as outras da seqüência das falas 3), 4) e

⁵⁵ Conforme vimos na seção 2.4.2, onde discutimos a relação entre os três “originais” que constavam no espólio de Lopes Neto e as duas versões publicadas pelo IEL.

5); o menino Tônico flagra o casal em gestos amorosos e diz que vai contar para sua mãe assim que ela voltar. Ramão, então, oferece bengalinhas⁵⁶ ao menino em troca do seu silêncio (1); Tônico diz que não quer, Ramão acrescenta um tamborzinho e um carrinho, e esta oferta é ignorada pelo menino que se dirige à tia, e ali, com Ramão em cena, faz uma contraproposta para a tia Eulâmpia (2); na despedida do casal, na cena VIII, Ramão lembra que Eulâmpia dê marmelada ao guri (3), com a intenção de assegurar o silêncio dele. A ocorrência 4) acontece no final da cena IX; a 5), na cena XX; também excluídas, reforçam o argumento da coerência na exclusão que incidiu em todas as falas que tinham a ver com o acordo dos dois com o menino, tentando garantir seu silêncio em troca de marmelada. Portanto, vemos que estão em jogo, neste tipo de arranjo, critérios relativos ao conteúdo, e não à posição do clítico que ocorre nas falas.

Entretanto, a *exclusão de pronomes sem alterações na frase* não só se dá por outro critério, como também converge na direção da predominância proclítica na variedade brasileira. São quatro exclusões de próclise – de um total de 142 (2,8%) – e cinco exclusões de ênclise – de um total de 88 (5,7%). Mesmo se considerarmos os nove dados como quantitativamente insuficientes para indicar uma convergência com o encontrado na literatura, não podemos ignorar o fato de que dos nove pronomes excluídos, cinco são enclíticos; quatro, proclíticos. Ao mesmo

⁵⁶ O mais provável é que sejam exatamente bengalas pequenas, à moda das que eram usadas pelos homens à época, talvez objeto do desejo de garotos adolescentes. Adultizando o menino, é como se Ramão se assegurasse do seu silêncio; como isso não seduz o garoto, Ramão em seguida muda a estratégia, oferecendo brinquedos infantis a Tônico.

tempo, o baixo número de ocorrências, próximo de 10% do total de exclusões, impede que associemos os dados a uma convergência lingüística para a estratégia anafórica de objeto nulo⁵⁷. Vejamos alguns exemplos.

V1	V2
Falei- <i>lhe</i> sobre capitais ...	Falei sobre capitais ...
Se eu <i>o</i> fui, ultimamente ...	Se eu fui, ultimamente ...
Fica- <i>me</i> bem, não acha?	Fica bem, não acha?
Também é ... viúvo? ... Ignorava- <i>o</i> !	Também é ... viúvo? ... Ignorava!
Garanto- <i>lhe</i> que meu único falecido (...)	Garanto que meu único falecido (...)

Já entre os cinco pronomes oblíquos átonos que foram *excluídos com alterações na frase*, temos três ocorrências de próclise e duas de ênclise; exemplificamos com os casos reproduzidos abaixo e comentados na seqüência.

1) Pitorra para Cidreira/Juca

V1 Logo me *as* manda, sim?

V2 Logo o senhor me manda, sim?

Exclusão de pronome proclítico

Apagamento de objeto direto pronominal e preenchimento de sujeito com pronome de tratamento.

2) Cidreira/Juca para Pitorra

V1 Isto é, foi o faro (...), que é um perdigueiro que não *te* perde o rastro (...)

V2 Isto é o faro do coração, que é o melhor perdigueiro que há.

⁵⁷ Conforme já indicamos no Capítulo 2, o objeto nulo é um fenômeno lingüístico do PB estreitamente associado à redução do paradigma verbal e à conseqüente obrigatoriedade de sujeito preenchido. Nos restringimos ao comentário, pois nosso foco é a colocação pronominal de oblíquos complemento, isto é, objeto direto ou indireto realizado sintaticamente por um pronome oblíquo átono.

Exclusão de pronome proclítico

Estrutura alterada por informação pressuposta: já que todos os perdigueiros não perdem o rastro, não há razão para informar isso, tal como na V1; em V2, a informação que havia na V1 passa a ser pressuposta.

3) Ramão para Eulâmpia

V1 (...) falta-*lhe* ... é vara de marmeleiro!

V2 Falta de vara de marmelo!

Exclusão de pronome enclítico

Apagamento de objeto pronominal por referência implícita

Verbo → expressão nominal

Vemos nas ocorrências acima as exclusões motivadas pelas alterações promovidas na fala dos personagens, à semelhança do que argumentamos em relação aos *trechos de fala excluídos com pronome oblíquo*: o critério mais saliente é o conteúdo alterado de V1 para V2. Chamamos a atenção, entretanto, para a ocorrência 1), em que o apagamento do objeto direto pronominal implica o preenchimento do sujeito, tal como é referido quando estão em jogo as associações entre os fatores inter-relacionados na mudança lingüística (Tarallo, 1993). Além disso, a alteração evita a forma combinada de *me + as* → *m'as manda*, indicado por Nascentes (1946) como um dos traços diferenciadores do PB em relação ao PE. Essa forma que combina os clíticos, muito produtiva no PE, entretanto, é a que encontramos registrada na edição impressa pela Livraria Comercial, que diverge da forma encontrada na V1 (conforme seção 2.4.2).

Assim, vemos que entre os arranjos que promoveram exclusões, apenas cinco dos 88 se relacionam com escolhas, que sob uma perspectiva exclusivamente quantitativa, poderiam ser associadas à colocação pronominal *stricto sensu*. Entretanto, como vimos na transcrição das falas, há motivações da ordem do conteúdo a justificar essas escolhas. Em contrapartida, podemos ver os nove pronomes excluídos sem quaisquer outras alterações na frase como possíveis sinalizadores do desaparecimento dos oblíquos átonos do sistema (conforme Pagotto, 1993).

Na seqüência da Tabela 2, temos os dados referentes ao arranjo Inclusões. A inclusão de trechos, mesmo que também vinculada principalmente ao conteúdo, tem entretanto um estatuto diferenciado daqueles trechos excluídos onde havia pronomes, pois se trata de uma escolha entre a colocação proclítica ou enclítica ao incluir na segunda versão da peça teatral um trecho que não havia na primeira.

No primeiro item, temos *trechos de fala incluídos com pronome oblíquo*; das 18 ocorrências, 83% são próclises e apenas 17% são ênclises, renovando o argumento de que a reescrita da peça reflete as características do PB relativamente à colocação pronominal. No segundo item, temos os *pronomes incluídos*: 75% na posição proclítica e 25% na enclítica. No total de 26 inclusões, temos 21 próclises e cinco ênclises.

Nos exemplos que seguem, daremos um panorama sobre as formas proclíticas e tentaremos esboçar uma justificativa para que a forma enclítica tenha sido a escolha em cinco das 26 ocorrências.

1) Eulâmpia, à parte

(...) Cidreira ajoelhado, me fazendo aquelas declarações.

Aqui temos a posição proclítica a um gerúndio, forma verbal que favorece fortemente a ênclise, majoritária nos dados de Cyrino (1993), pelo menos até o fim do século XIX. A escolha da próclise por Simões Lopes Neto pode estar refletindo então a característica do PB que se consolidará na posição proclítica somente na segunda metade do século XX (conforme Cyrino, *op. cit.*).

2) Ramão, à parte

V1 Ora esta! Eu, servindo de palito a este língua pegada!

V2 Ora isto! Eu me prestando a este língua pegada!

3) Eulâmpia para Ramão

V1 Ra ... Ra ... Ramão ... não abane dessas labaredas!

V2 Não me diga dessas cousas!

4) Eulâmpia, sozinha em cena

V1 Agora, o Cidreira vai entornar o caldo!

V2 Agora, o Cidreira vai *me* entornar o caldo!

Em 2) a inclusão do pronome *me* deve-se à alteração da forma verbal: servir de → prestar-se a, mantendo o conteúdo inalterado; já em 3), a substituição de uma metáfora (V1) pela explicitação do desejo (V2) é obtida com a reformulação do conteúdo, efeito a partir da alteração do estatuto verbal: de transitivo direto (com a inclusão da preposição) → bitransitivo. A posição proclítica nas duas ocorrências converge para o PB.

No exemplo 4), o contexto da fala é uma Eulâmpia exasperada pelo engano que cometeu: ela pensava que o soneto era de Cidreira para ela, quando na verdade era de Ramão para a viúva Pitorra. A inclusão de *me* na V2 parece reforçar a metáfora de “excesso”, conforme registrado no Houaiss (2001): entornar: *pron.* lançar(-se) para fora, fazer transbordar (...), extravasar(-se), derramar(-se) (...); *pron. fig.* propagar(-se), espalhar(-se); difundir(-se).

Nos exemplos acima, vimos a inclusão de pronomes na forma proclítica: na seqüência, destacaremos as cinco⁵⁸ ocorrências de ênclises.

1) Ramão para Eulâmpia

⁵⁸ A quinta ocorrência, na fala de Eulâmpia para Ramão, é a seguinte:

V1 É o que a mana procura: um homem capaz, para dirigir o estabelecimento.

V2 É o que a mana procura; um homem capaz para dirigir o estabelecimento
e fazê-lo trabalhar de novo.

Tratamos esta ocorrência em nota de rodapé pois na revisão da análise das ocorrências, identificamos o pronome oblíquo *lo* como sujeito, inicialmente analisado como objeto direto. Apesar disso, mantivemos o dado no *corpus*, pois é um caso de análise controvertida: se trata de sujeito da oração subordinada, mas apresentado como objeto da oração principal, quando, de fato, toda a oração subordinada é que constitui o objeto da principal.

Diga-me agora o que sou eu?

Na ocorrência 1), acima, em que vemos o personagem Ramão tentando apresentar as razões para não ser nem viúvo, nem casado, mas tido como morto, temos dois fatos lingüísticos que refletem as características do PE: ênclise a verbo em início de frase e sujeito posposto ao verbo (da oração encaixada). Nas ocorrências 2) e 3), temos também ênclise a verbo em início de frase, e na 4), uma forma imperativa, contextos sintáticos altamente favorecedores de ênclise. Estas ocorrências refletem os contextos sintáticos sobre os quais a norma cultuada incide fortemente, de maneira a impedir início de frase com pronome oblíquo átono.

2) Eulâmpia para Cidreira/Juca e Ramão

V1 É a vertigem ... Isso passa!

V2 Deu-lhe a vertigem!

3) Ramão, à parte

Deixou-lhe saudades o nariz do outro.

4) Eulâmpia para Tônico

V1 Passa pra aqui, Tônico!

V2 Senta-te direito, Tônico!

Conforme veremos na análise dos dados em V1 e V2, a ênclise é majoritária com verbo em início de frase, e a inclusão de um trecho com esta configuração sintática,

tal como em 1) e em 3), é coerente com as demais ocorrências, onde se identifica a ênclise predominante.

Ainda na seqüência da Tabela 2, temos as ocorrências de *próclises e ênclises mantidas* na reescrita da V1, sem a diferenciação entre as que foram mantidas *com* alterações na frase (8) e *sem* alterações na frase (147). Vemos a predominância da próclise – 65% das 155 ocorrências – o que converge para a predominância proclítica indicada na Tabela 1 e no Gráfico 1, apresentados no início desta seção (4.3). Pela relevância para nossa análise, destacamos a seguir uma das oito ocorrências de *manutenção da posição pronominal com alteração na frase*.

Ramão para Pitorra

V1 Me garantes que (...)

V2 E me garantes que (...)

Vemos aqui que a inclusão da conjunção antes do pronome oblíquo átono em início de frase, na fala de um homem, estabelece coerência com a maioria das ocorrências deste tipo, tanto na primeira quanto na segunda versões da peça, cujos resultados – como veremos adiante – mostram que esse contexto sintático é altamente favorecedor de ênclise; para que essa próclise fosse mantida, o início de frase foi preenchido com a conjunção. A inclusão de material lexical – ou melhor, gramatical, no início da frase reforça que a próclise em início de frase no PB ainda pode ser proscrita em textos escritos, mesmo que para serem falados, como é o

caso do texto teatral. Embora a próclise em início de frase seja um dos traços inovadores do PB, registrados em relação à fala (Ribeiro, 1884; Ribeiro, 1911; Teyssier, 1997), nos dados de Pagotto (1993) – a partir de cartas e documentos oficiais brasileiros – a ênclise é majoritária desde o século XVI até o XX; nos dados de Cyrino (1993) – *corpus* formado por peças teatrais – a próclise em início de frase só vai ser majoritária na segunda metade do século XX; até então, a ênclise era fortemente favorecida nesse contexto sintático. Lembremos aqui da comparação das duas constituições realizada por Pagotto (1998): a do Império chega a apresentar clítico em início de frase, sendo “essencialmente proclítica”, enquanto “a constituição da república é enclítica” (id.:52). Vemos configurada uma inversão na predominância de ênclise sobre próclise somente no século XX e exclusivamente nos dados das peças teatrais; nas cartas e documentos oficiais, a ênclise predomina ainda até o século XX.

A vitalidade da regra que atua neste contexto sintático talvez tenha explicação no fato de que é uma regra de fácil assimilação, pois o critério normativo está perceptível de imediato na estrutura da frase; a coerção ainda subsiste, apesar da intensa produtividade de próclise com verbo em início de frase na fala e mesmo em textos escritos.

O mesmo não ocorre com regras de colocação pronominal associadas, por exemplo, à ordem negação clítico verbo: nos dados de Pagotto (1993), dos quatro

intervalos entre os séculos XIX e XX, em três a posição próclítica neste contexto é categórica. Ou seja, a ordem que institui uma diferenciação entre o PB e o PE é menos saliente ao usuário da língua do que um pronome oblíquo em início de frase, e sobre esta próclise talvez a norma atue mais fortemente em função da simplicidade da regra, que favorece a ênclise até a metade do século XX também no estudo de Cyrino (op. cit.), reforçando a vitalidade da regra .

O último item da Tabela 2 indica as ocorrências de posição pronominal substituída de V1 para V2, onde podemos observar que esta outra modalidade de arranjo na reescrita da peça – a *substituição da posição pronominal* – também está imbricada com o favorecimento da próclise, com seis casos de ênclise substituídos por próclise. Por outro lado, nas três ocorrências de próclise substituídos por ênclise – na direção contrária do PB, vemos atuar fatores que extrapolam a mera escolha pela posição do pronome. Vamos a eles.

1) Ramão para Cidreira/Juca

V1 A Eulâmpia, ao embarcar, me foi muito recomendada (...)

V2 A dona Eulâmpia, ao embarcar, foi-me recomendada (...)

2) Ramão para Cidreira/Juca

V1 A Eulâmpia me disse que ela é (...).

V2 E a Eulâmpia disse-me que ela é (...).

As duas ocorrências acima e a terceira, na seqüência, têm em comum o fato de serem falas de homem e de a substituição ter se dado na direção contrária do PB, isto é, na posição enclítica, que se fixou para a variedade do PE (Tarallo, 1993; Pagotto, 1993).

No caso 2), entendemos que a substituição de P para E é efeito da ausência do pronome de tratamento “dona” para o personagem se referir à Eulâmpia. Queremos dizer com isso que a alteração de “A Eulâmpia me disse” para “E a Eulâmpia disse-me” parece ter sido motivada pelo resultado formal obtido pela forma enclítica, atenuando o efeito de informalidade que poderia estar implícito na ausência do pronome de tratamento. O caso 2), aliás, deve ser associado com o caso 1), onde vemos que a substituição de P para E também tem a ver com o resultado formal obtido com a inclusão da forma de tratamento e com a substituição da colocação pronominal. Isso é muito coerente na estrutura interna do texto, pois na seqüência da cena, após a fala em 2), Cidreira/Juca chama a atenção de Ramão por ele se referir a ela apenas como “Eulâmpia”: –*A Eulâmpia! Como está adiantado!* e Ramão responde: – *Eu disse Eulâmpia? (Formalizado) Sou muito respeitoso: sempre tratei a Eulâmpia por dona Eulâmpia!*, conforme vemos no caso 1), onde ocorre a forma de tratamento.

No caso 3) abaixo, temos a fala da tia do garoto: em V1, a posição proclítica está associada ao atrator *que*; em V2, temos em ênclise uma ameaça condicionada ao

“se dás um pio”. A alteração sugere que a forma enclítica esteja associada à imposição, o que supostamente reforça a ameaça.

3) Eulâmpia para Tônico

V1 Mereces é que eu te marque a beliscões!

V2 Se dás um pio, marco-te a beliscões!

Em termos gerais, a Tabela 2 nos colocou diante da configuração das alterações na colocação pronominal promovidas de uma versão para a outra. Tal configuração se orientou por quatro eixos: exclusões e inclusões de pronomes e de trechos de falas com ocorrência de oblíquo e posição pronominal mantida e substituída em V2. Este mote de análise será reorganizado na seção seguinte, onde apresentaremos os dados resultantes da análise quantitativa.

4.3.2 Análise da ocorrência de próclise segundo as formas verbais e nas díades com criança na V1 e na V2

Primeiramente, incluímos na rodada todos os grupos de fatores, analisando os dados de V1 e V2 separadamente. Os resultados dessas rodadas iniciais indicaram a necessidade de refinar a análise basicamente em função de duas razões: a) ou havia baixo número de ocorrências, impossibilitando a análise ou b) os

percentuais e/ou pesos relativos de alguns fatores eram muito semelhantes, sugerindo amalgamações dentro desses grupos. Depois de amalgamados os fatores dentro desses grupos, chegou-se à definição dos grupos *sem* e *com* significância estatística. Decidimos relatar aqui os resultados dos dois grupos de fatores que não alcançaram significância estatística, a saber, a) relação entre colocação pronominal e formas verbais, e b) relação entre colocação pronominal e fala *da* criança e *para* a criança. Esta opção deve-se ao fato de entendermos que sua apresentação favorece o diálogo com a literatura de variação e mudança lingüística. Vejamos a Tabela 3.

Tabela 3

Ocorrência de próclise em relação a formas verbais e à fala *da* e *para* a criança, N e percentuais

	V1		V2	
	N	%	N	%
Formas verbais				
Infinitivas	16/27	59	13/21	62
Gerundivas	11/15	73	13/15	87
Finitas	114/186	61	101/152	66
Díades com criança				
Fala da criança	12/12	100	7/7	100
Fala para a criança	4/8	50	2/7	29

Os dados da V1 apresentados para as formas verbais permitem uma comparação em termos percentuais que relatamos aqui por considerarmos de extrema importância: estamos nos referindo ao aumento dos percentuais de próclise entre a V1 e a V2 para todos os contextos associados a formas verbais, confirmando a

predominância indicada na Tabela 1. No revés dos dados, deduzimos 27% de ênclise com gerúndio e 41% de ênclise com infinitivo na peça de Simões Lopes Neto. Analisando comparativamente aos dados de Cyrino (1993) – lembremos, obtidos também de um *corpus* formado de peças teatrais – o percentual de ênclises com gerúndio e infinitivo de *A Viúva Pitorra*, escrita no final do século XIX, antecipa o que é encontrado pela autora no século seguinte: 25% e 56% de ocorrências, respectivamente.

Esses dados deixam claro que as escolhas lingüísticas de Simões Lopes Neto para a escrita da primeira versão da peça antecipam as tendências encontradas na língua meio século depois. Aqui temos um indicativo da sensibilidade lingüística do autor para a linguagem em uso à época, fortalecido ao trazermos para a discussão o item que contempla fala *da* criança e fala *para* a criança.

Apesar de igualmente ter sido rejeitado pelo critério de significância estatística, também esse outro grupo deve ser relatado, particularmente *fala da criança*: é importante lembrarmos que a fala de crianças reflete o sistema lingüístico instituído pelo uso, e não o da norma gramatical, adquirido através da escolarização. Dito de outra forma, revela o sistema gramatical adquirido e supostamente praticado na comunidade e, além disso, representa o falante menos exposto ao padrão.

Tanto é que, tanto em V1 como em V2, temos somente próclises na fala de Tônico, na direção, portanto, da gramática do PB. Na fala de homens e mulheres com o garoto, temos uma distribuição de 50% de próclise e ênclise na V1, predominando a ênclise na V2 (2/7). Lembremos dos percentuais gerais de V1 e V2: temos 62% de próclise em V1 e 66% em V2; a posição enclítica apresenta percentual de 38% na V1 e de 34% na V2. Como vemos, temos a forma proclítica categórica na fala da criança tanto em V1 como em V2 e, contrariamente aos percentuais gerais, o aumento de ênclise na V2 na fala para a criança. Vamos relatar alguns exemplos.

Fala da criança	
<i>falas mantidas sem alteração na frase</i>	<i>trechos de falas excluídos em V2</i>
Me deixe, seu Juca!	Quer me fazer de bobo, (...).
Ele me agarra!	Agora já me dá!
Eu me chamo Tônico!	
Eu me esqueci de dizer!	

Os exemplos das falas do Tônico com o pronome proclítico são interessantes por três razões: uma, porque a única ocorrência de próclise em início de frase é a da fala de Tônico, mantida de V1 para V2; depois, porque de 12 ocorrências de próclise, os seis exemplos trazidos são com o pronome *me*. O terceiro aspecto a ser destacado é que as falas de Tônico apresentam o sujeito preenchido, mais uma tendência do PB. Vemos então, na fala da criança a concretização de dois aspectos já caracterizados pela literatura: a próclise em início de frase e a permanência do

clítico *me* no sistema pronominal; conforme Cyrino (1993), a próclise predominante aparece nos dados da segunda metade do século XX, e o *me* – junto com o *te* – ainda ocorrem no português brasileiro, embora em proporção reduzida⁵⁹ nos 11 períodos da amostra, com cerca de 33% para *me* e de 20% para *te*. É importante lembrarmos que as falas de Tônico – um guri de 12 anos – podem ser tomadas como um dado que situa sincronicamente o estado do sistema lingüístico, antecipando mudanças que se encontrarão de forma predominante na fala de adultos nas décadas seguintes – e posteriormente, na escrita – no processo e acomodação das formas lingüísticas envolvidas na mudança.

Nas falas para a criança, temos 50% de próclise na V1 e 2/7 na V2. Aqui cabem dois comentários: a predominância de ênclise na V2 deve-se às falas imperativas das mulheres com o garoto, às voltas com suas diabruras, que em V1 distribuíam-se entre a posição proclítica e enclítica. Dessa forma, temos na reescrita a incidência coercitiva da norma a atuar sobre as formas imperativas, que prescreve a ênclise. Isso sugere que as formas enclíticas são avaliadas pelos usuários da linguagem – e aqui, nos interessa particularmente o autor das peças – como mais adequadas para um grau maior de imposição.

Esperamos ter mostrado que os arranjos relativos à colocação pronominal promovidos na segunda versão da peça podem ser tomados como um indicativo

⁵⁹ Os percentuais de *me* e *te* resultam da média calculada entre o percentual mais baixo e o mais alto dos 11 períodos da amostra (conforme Tabela 10 de Cyrino, 1993:175).

de uma reescrita orientada pela língua falada, resultado de escolhas entre a fala e a escrita, entre a norma instituída pelo uso e a norma cultuada, aspectos que orientam nossa hipótese geral.

4.3.3 Análise de ocorrências de próclise na V1 e na V2: grupos de fatores selecionados com significância estatística

Na seqüência, passamos a analisar os grupos de fatores selecionados⁶⁰ como estatisticamente significativos nas duas versões da peça, na seguinte ordem: *gênero do personagem* (selecionado só para V1); *motivação sintática, pronomes e sujeito expreso x nulo*. As ocorrências de pronome oblíquo átono em posição proclítica nas duas versões de *A Viúva Pitorra* estão apresentadas na Tabela 4, a seguir: número de ocorrências de P segundo os grupos de fatores selecionados como significativos, cujos resultados são relatados por percentual e por peso relativo.

Primeiramente, discutimos os grupos de fatores tanto para V1 quanto para V2: na rodada preliminar, os resultados indicaram a necessidade de refinar a análise, aplicando o teste qui-quadrado àquelas variantes que a) ou apresentavam baixo número de ocorrências ou b) cuja semelhança entre percentual e/ou pesos relativos indicava a pertinência de agrupá-las. Depois de amalgamados os fatores, o programa selecionou como estatisticamente significativos os grupos que

⁶⁰ Lembramos os fatores não selecionados: “forma verbal” e “fala da criança e para a criança”.

relacionam ocorrência de próclise na V1 e na V2 e *gênero do personagem* (para V1 – Tabela 4), *motivação sintática* (Tabela 5), *pronomes* (Tabela 6) e *sujeito expresso x sujeito nulo* (Tabela 7).

O *input* de 0,71 para V1 e de 0,80 para V2 indica a alta probabilidade inicial do uso de próclise nesses contextos.

Tabela 4
Ocorrência de próclise no grupo *gênero do personagem*, selecionado como significativo para V1 (N, % e peso relativo)

	V1			V2	
	N/total	%	Peso	N/total	%
Gênero do personagem*					
Homem	75/139	54	0,41	(64/110)	(58)
Mulher	51/71	72	0,66	(40/50)	(80)

* O grupo *gênero do personagem* foi selecionado com significância estatística na V1 mas rejeitado na rodada para os dados da V2. Mesmo considerando essa rejeição, optamos por incluí-lo nesta Tabela para que possamos estabelecer paralelos na análise.

Um fator que pode dar concretude à sensibilidade lingüística do autor da peça para a linguagem em uso – um dos eixos da nossa hipótese –, e conseqüentemente, ao valor social atribuído às formas lingüísticas, é a fala de homens e mulheres. De fato, conforme podemos observar na Tabela 4, em termos percentuais, Homens usam menos próclise (54%) do que Mulheres (72%), na V1 e também na V2 (respectivamente 58% e 88%), refletindo a adesão delas à inovação lingüística instituída na gramática do PB relativamente à colocação pronominal. A mesma

predominância foi encontrada na performance das personagens femininas no estudo de Borges (em preparação⁶¹), com relação ao uso de “a gente”.

Tais resultados, tomados aqui quantitativamente, sem considerar aspectos importantes da interação verbal, poderiam ser diferentes se analisássemos P e E em relação ao jogo de sedução que rege o enredo da peça e também em relação à composição das díades nas cenas⁶². Mas para essa perspectiva de análise, um outro aporte teórico seria necessário, de forma a incluir variáveis que contemplassem a (não) influência sociointeracional nos resultados, o que extrapola os limites desta dissertação. Feita a ressalva, é importante registrarmos ainda que os números de próclise na fala dos homens e na fala das mulheres podem ser tomados como um reflexo de que Eulâmpia e Flaubiana detêm um determinado status social – associado a suas condições econômicas – que é diferente do status social de Cidreira e Ramão; o primeiro, comerciante; o segundo, um personagem cujo único capital simbólico de prestígio seja provavelmente a colocação pronominal enclítica. De qualquer forma, essa leitura demanda outros níveis de análise que pressupõem um estudo detalhado dos papéis sociais dos personagens na peça teatral.

Destacamos ainda dois aspectos: a) o intervalo de 0,25 entre os pesos de 0,41, para a fala de Homens, e de 0,66, para a das Mulheres, conforme Tabela 4, acima; b) a

⁶¹ Lembramos que o autor compõe um *corpus* diacrônico formado de peças teatrais. A primeira peça do período estudado é a V1 de *A Viúva Pitorra*.

⁶² Por exemplo, a fala de Cidreira (Juca) que, de joelhos, julga estar na presença de Eulâmpia: *Esmagame! Achata-me! Arrepiei-te a pudicícia ... Não sou digno do teu cândido olhar!*, exemplo ilustrativo de que as ênclises acabam performatizando lingüisticamente o jogo sedutor: em outras palavras, Juca diz a Eulâmpia que ela pode fazer dele o que quiser, e para valorizar isso, o faz com formas enclíticas. Além disso, das 22 cenas da peça da V1, em 12 delas predomina a díade homem+mulher, em oito, homem+homem e em apenas duas delas a díade é exclusivamente entre mulheres.

seleção deste grupo de fatores para os dados da V1 e a rejeição na rodada dos dados da V2. Para a), temos convergência nos dados de Borges (em preparação), compatível também com a interpretação de que as mulheres parecem representadas na peça como líderes nos usos típicos do PB, e os homens, como os que se sujeitam mais à coerção da norma; para b), a rejeição do mesmo grupo de fatores selecionado para o *corpus* da V1 provavelmente encontra justificativa nos arranjos promovidos de uma versão para outra, conforme vimos na seção 4.3.1. De qualquer forma, é importante observar que os percentuais revelam a mesma tendência indicada na V1: a diferença percentual entre Homens e Mulheres na V1 é de 18%; na V2, de 22%.

Tabela 5

Ocorrência de próclise no grupo *motivação sintática*, selecionado como significativo para V1 e para V2 (N, % e peso relativo)

Motivação sintática	V1			V2		
	N/Total	%	Peso	N/Total	%	Peso
Início de frase	4/46	9	0,05	3/35	9	0,03
Loc. verbal- 2º verbo	20/29	69	0,47	20/27	74	0,49
Atratores	61/66	92	0,89	45/47	96	0,93

O grupo de fatores *motivação sintática* foi selecionado com significância estatística para V1 e V2 quanto à ocorrência de próclise nos seguintes contextos: início de frase, locução verbal – próclise ao segundo verbo e atratores.

Como vemos, o contexto *início de frase* desfavorece fortemente a ocorrência de próclise ; a predominância de ênclises (por dedução, de 91%, tanto em V1 como em V2) mostra claramente que a regra padrão para clíticos em tal contexto prevaleceu em ambas as versões; em outras palavras, a norma cultuada – lembremos, “o que se codificou como correto na escrita” (Faraco, 1997:33) – sobre a colocação pronominal atuou de forma expressiva, provavelmente por se tratar de um texto escrito, mesmo que para ser falado. Para Ribeiro (1911) e Ribeiro (1884), esta posição do clítico era um “brasileirismo” que devia ser evitado. Excluindo o caráter prescritivo por eles apontado, Teyssier (1997) registra que o brasileiro “aceita naturalmente o pronome átono em início de frase” (1997). Vemos neste contraste o resultado da forte atuação da norma sobre frases iniciadas com pronome oblíquo.

Também os dados de Pagotto (1993) respaldam a predominância de ênclise com verbo em início de frase: nos três períodos (séculos XVI a XVIII, XIX e XX) em que essa variante é analisada, a ênclise é majoritária. A posição só se altera para próclise em início de frase nos dados de Cyrino (1993), exclusivamente nos da peça teatral de 1981, quando então é categórica a ocorrência de pronome oblíquo em início de frase.

Na Tabela 5, observamos ainda a predominância da *posição proclítica ao segundo verbo* em locuções verbais, tanto na V1, com 69%, como na V2, com 74%. Mesmo

assim, os pesos relativos são, respectivamente, 0,47 e 0,49, um pouco abaixo do ponto neutro (0,50). Nestes dados, provavelmente, este fato aparece combinado com outros e não se destaca como favorecedor de próclise. De qualquer modo, próclises em tal contexto sintático são um traço inovador do PB em relação ao PE (Teyssier, 1997), inovação que já tinha sido apontada por Nascentes (1946) e por Luft (1989). Nos dados de Pagotto (1993) – lembramos, cartas e documentos oficiais brasileiros dos séculos XVI a XX – a posição proclítica ao segundo verbo passa a ser majoritária apenas nos dados do século XX. Também em Cyrino (1993) – cujo *corpus* são peças teatrais brasileiras – temos a próclise ao segundo verbo como categórica somente nos dados do século XX.

À semelhança do que relatamos sobre ênclise com gerúndio e infinitivo nos dados da Tabela 3, os 69% de ocorrências de próclise ao segundo verbo na V1 e de 74% na V2 de *A Viúva Pitorra* – escrita na última década do século XIX – refletem o traço inovador da posição pronominal em locuções verbais no texto teatral simoniano: a próclise ao segundo verbo somente se consolida nos textos escritos mais tarde, conforme indicado por Pagotto e Cyrino. Este dado reforça o que vimos anteriormente, com relação à fala da criança e de *Homens e Mulheres*: a sensibilidade lingüística de Simões Lopes Neto atua de forma a legitimar a linguagem em uso, registrando-a na escrita meio século antes do que é indicado nos artigos resenhados.

As ocorrências de próclise com *atratores* indicadas no grupo de fatores *Motivação sintática* são convergentes ao relatado por Pagotto (1993). As ocorrências de próclises em presença de atratores (advérbios, locuções adverbiais e atratores *qu*, categorias analíticas amalgamadas por não apresentarem diferença estatisticamente significativa) obtiveram os seguintes percentuais: 92% na V1 e 96% na V2. Tal predominância se aproxima do estatuto quase categórico da ordem *negação clítico verbo* nos dados de Pagotto (op. cit.): 21/23 dos dados ou, de outra forma, em três dos quatro últimos períodos analisados – as quatro metades dos séculos XIX e XX.

A posição do pronome na ordem *advérbio clítico verbo* é categórica já a partir da segunda metade do século XVII. Para os dois contextos analisados por Pagotto, temos na peça de Simões Lopes Neto não só o predomínio da próclise, como também a confirmação do favorecimento desta ordem nos pesos relativos altíssimos de 0,89 e de 0,93, respectivamente para V1 e V2.

Conforme Pagotto (1993), se a questão da posição pronominal no PB é uma mudança acabada, não se pode dizer o mesmo sobre a permanência dos pronomes oblíquos átonos no sistema. Vejamos: Pagotto (1993), a partir de dados obtidos no *corpus* de cartas e documentos oficiais brasileiros, destaca que entre os pronomes, restaram mais fortemente no sistema os que são neutros em relação à concordância. Por sua vez, Cyrino (1993), a partir de dados obtidos no *corpus* de

peças teatrais brasileiras, indica a permanência, embora em proporção reduzida, dos clíticos *me* e *te* no PB⁶³. Com relação ao *lhe*, ele aparece nos dados de 1857 com quase 60% de ocorrências, percentual que cai para apenas 4% nos dados de 1973. Com relação ao clítico *o*, a autora indica que é o primeiro a desaparecer: menos de 15% nos dados até o século XVII e em 1891, apenas 3% de ocorrências. Meio século depois, não há ocorrências de *o* nas peças teatrais estudadas por Cyrino (op. cit.), que desaparece por completo dos dados do século XX.

Tabela 6

Ocorrência de próclise no grupo *pronomes*, selecionado como significativo para V1 e para V2 (N, % e peso relativo)

Pronomes*	V1			V2		
	N/Total	%	Peso	N/Total	%	Peso
me	73/102	72	0,66	62/80	77	0,72
@	43/86	50	0,33	35/69	51	0,34
#	25/41	61	0,46	12/20	60	0,17

*As amalgamações entre os pronomes foram realizadas em função de apresentarem percentuais e/ou pesos relativos muito parecidos entre si, mas incidindo em pronomes diferentes em cada rodada. Assim, temos @ [V1 *lhe*, *te*, *o*, *a* / V2 *lhe*, *te*, *se*] e # [V1 *nos*, *se* / V2 *o*, *a*]. Registramos ainda que o pronome *nos* foi excluído na rodada de V2, em função de N=4.

Podemos dizer que nos dados referentes ao *Pronome*, na Tabela 6, acima, vemos reproduzida a instabilidade do sistema. A única exceção é o pronome *me*, o mais produtivo de todos e, em ambas as versões da peça, o que mais favorece a próclise, favorecimento indicado pelos pesos relativos apenas para o pronome *me*. Com relação aos demais, há um desequilíbrio nos números e na distribuição percentual a cada versão, tal como indicamos na Tabela 6.1, a seguir. Foi exatamente esta

⁶³ Ver nota 57 na seção 4.3.2.

distribuição desequilibrada que nos levou a fazer amalgamações distintas em cada uma delas.

Tabela 6.1
Resultado da primeira rodada com o grupo *pronomes* na posição proclítica para V1 e V2

Pronomes	V1		V2	
	N/Total	%	N/Total	%
me	73/102	72	63/81	78
te	11/23	48	8/18	44
nos	5/6	83	4/4	100
o/a lo/la (e plurais)	15/32	47	12/22	54
lhe	17/33	34	11/22	50

Tal instabilidade pode ser indicadora de que no século XIX – como ainda contemporaneamente – está em curso a mudança que definirá sobre a permanência ou não dos clíticos na gramática do PB. Lembramos aqui da comparação entre as duas cartas – uma de 1725 e a outra de 1850– a partir da qual Tarallo (1990) encontra o que ele chamou de “resíduos históricos”, que permanecem – ou melhor dizendo, resistem no sistema em função da coerção da norma gramatical conservadora, que se centra na língua escrita.

O fato recorrente na nossa análise, concreto e sustentado estatisticamente, de que Simões Lopes Neto é extremamente sensível aos fatos da língua, no uso concreto dos falantes de seu tempo, e também às constrações da tradição gramatical que atuam nas formas lingüísticas em uso, evoca o termo “linguagem verossímil” para caracterizar a linguagem teatral do autor gaúcho.

Ao colocar o texto na boca de seus personagens, o faz em duas direções: a primeira, utilizando uma forma lingüística cujo uso se consolidaria décadas mais tarde – no caso de próclise ao segundo verbo e redução de ênclise com gerúndio e infinitivo nos textos de cartas, documentos e peças de teatro, *corpora* de Pagotto e Cyrino, respectivamente. Na segunda direção, no sentido de se antecipar a um dos princípios configurados pela sociolingüística: o valor social que homens e mulheres atribuem às formas lingüísticas, aqui o caso da próclise ser despreferida por homens e preferida pelas mulheres. Lembremos do peso relativo de 0,41 para a fala de Homens e de 0,66 para a fala de Mulheres (Tabela 4): a diferença entre os dois pesos, conforme já comentamos, é bem superior à que é muitas vezes encontrada em análises que envolvem os gêneros. Por isso, tomamos essa diferença como evidência da sensibilidade lingüística de Simões Lopes Neto em representar as mulheres como usuárias mais típicas do PB, talvez pudéssemos dizer, como líderes dessa mudança na colocação pronominal.

Temos ainda a sensibilidade lingüística de Simões Lopes Neto para as coerções da tradição gramatical, que estigmatiza, por exemplo, a próclise em início de frase, apesar de esta posição pronominal já aparecer no texto constitucional do Império (Pagotto, 1998) e ser característica no PB falado desde o início do século XX, se considerarmos a incisiva proscrição da próclise em início de frase nas gramáticas de Ribeiro (1884) e de Ribeiro (1911), consolidada pela anotação de Nascentes

(1946) e Teyssier (1997) nas referências à colocação de clíticos pronominais à brasileira.

A coerção da norma parece atuar parcialmente também nas escolhas do recurso referencial com pronome oblíquo, tal como vimos na análise dos pronomes pessoais átonos, entre os quais apenas o *me* favorece fortemente a próclise (média entre V1 e V2: 74% ou 0,69 de peso relativo). Entre os demais, a falta de uma tendência clara de uso provavelmente esteja refletindo a instabilidade própria do processo de mudança lingüística relativamente à permanência ou não deles na gramática, à época – e ainda hoje, ainda em curso.

Além disso, as formas de *sujeito expesso x sujeito nulo*, grupo de fatores selecionado tanto em V1 como em V2 (Tabela 7, a seguir), demandam a realização de pesquisas que investiguem a relação entre pronome complemento e tipos de sujeito, associação relacionada à mudança lingüística em cadeia (Tarallo, 1993).

Tabela 7

Ocorrência de próclise no grupo *sujeito expesso x nulo*, selecionado como significativo para V1 e para V2 (N, % e peso relativo)

	V1			V2		
	N/Total	%	Peso	N/Total	%	Peso
S expesso x nulo						
Nulo	64/133	48	0,37	55/103	53	0,32
Pronome pessoal reto	55/65	85	0,76	43/48	90	0,85
Sintagma nominal e forma de tratamento	23/30	77	0,49	16/22	73	0,44

Tanto em V1 quanto em V2, temos em média⁶⁴ 30% a mais de preenchimento de sujeito, cujas estratégias favorecem a próclise. Reiteramos, colocação que diferencia o PB do PE e que converge para a fixação da ordem Sujeito Verbo na variedade brasileira.

Talvez esta seja a mudança que primeiro terá que se consolidar na gramática brasileira, para, no processo de encaixamento da mudança lingüística, favorecer então as condições para o apagamento do objeto pronominal, cuja posição já é predominantemente proclítica. A partir desse segundo nível de mudança, poderíamos ver estabilizada a gramática brasileira no que se refere à permanência ou não dos pronomes oblíquos átonos. Sua produtividade, residual na escrita mais do que na fala, implicará também que a questão da ordem da colocação pronominal deixe de ser relevante para a caracterização da variedade brasileira, e definitivamente contrastante com o PE, a ponto de podermos nos referir a uma mudança paramétrica entre as duas variedades do português.

4.3.4 O gênero textual: a colocação pronominal na comédia, no drama e no conto

No Capítulo 2, ao resenharmos as publicações sobre a obra teatral de João Simões Lopes Neto, deixamos em suspenso a alegada unidade e coerência entre a

⁶⁴ A média foi calculada somando e dividindo por dois os percentuais de Pronome pessoal reto e de Sintagma nominal e forma de tratamento.

produção teatral e a dos contos, apontada pela crítica. Retomamos aqui, não para resolver, mas para trazer dois elementos que podem ser considerados pela crítica ao se referir à linguagem simoniana. Estamos nos referindo à colocação pronominal no drama *Nossos Filhos* e também aos arranjos de ênclises e próclises em duas versões do conto *O Negro Bonifácio*, ambas autorizadas pelo autor.

Do conjunto da obra teatral de João Simões Lopes Neto, o único drama é a peça *Nossos Filhos*, cujo primeiro ato está extraviado; temos publicados pelo IEL o ato intermediário e o final, com cerca de 16 páginas digitadas em cada bloco de texto.

Nossos Filhos compõe a estampa de um drama de crítica ao moralismo hipócrita e burguês. A falta da parte inicial não impede nem a compreensão dos fatos nem o interesse da narrativa e nem o significado das colocações. (...) O repúdio à hipocrisia da moral burguesa empresta especial categoria a esse conflito de posturas éticas. De um lado, a rigidez de preconceitos inflexíveis. Do outro, o rechaço consistente e crítico às convenções desumanas e irrealistas (Heemann, 1990:17-18).

O mote do conflito é a gravidez da filha solteira, que provoca reações que propõem ou o exílio da moça ou um casamento arranjado, a fim de preservar as aparências. A contra-voz é o pai dela, que tem questionada sua sanidade mental por defender a permanência da moça na família, apesar da gravidez. Esse é o enredo da peça sobre cuja linguagem Heemann (1990) assim se posiciona:

O diálogo chama a atenção pela fluência, clareza e elegância da linguagem. Bem oposto à descontração coloquial e apressada das composições cômicas. Revela um senso apropriado de estilo

no linguajar culto e educado. A postura erudita faz contraste com a liberdade popular observada nas comédias (id.:18).

Vemos no quadro abaixo indícios lingüísticos da apreciação de Heemann, no que se refere à colocação pronominal.

Próclise, ênclise e mesóclise na peça dramática *Nossos Filhos*

<i>Posição</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
Próclise	164	46
Ênclise	167	47
Mesóclise	26	7
Total	357	

A partir desse levantamento meramente quantitativo da colocação pronominal no texto de *Nossos Filhos*, vemos um equilíbrio entre próclise e ênclise – que contrasta com os percentuais de próclise na V1 e na V2, respectivamente 62 e 66% – e uma certa produtividade do uso de mesóclise, ao contrário da única ocorrência (*estrangular-se-ia*) da primeira versão de *A Viúva Pitorra*, alterada para próclise na segunda versão da peça.

Além disso, temos que considerar também que entre as próclises, estão consideravelmente presentes os resquícios do sistema de colocação pronominal típico do PE, conforme vemos nos exemplos abaixo.

a) (...) melhor fora que o não houvesse cobrado.

[clítico-negação-verbo]

b) Que queriam? Que me não importasse?

[clítico-negação-verbo]

c) É um absurdo. Vocês não se devem deixar sacrificar.

[próclise ao primeiro verbo/ regra de atratores]

d) [Que quer dizer, Eduardo?] Que se não querem, que se não quiseram nunca.

[clítico- negação-verbo/regra de atratores]

É provável que uma análise detalhada desse *corpus*, comparativamente ao que apresentamos em relação à peça *A Viúva Pitorra*, tornaria ainda mais contundente a já apontada necessidade de parcimônia em tomar o texto teatral como *corpus* para pesquisa de variação lingüística, pois aqui a relação drama *x* comédia configura gramáticas diferenciadas. Tal como apontado por Cyrino em nota no final de seu artigo (1993), ao fazer a ressalva do enviesamento dos dados em função de uma peça dramática no seu *corpus* predominantemente formado de comédias, também aqui a ressalva seria apropriada.

Mas mais do que isso, mais do que o contraste lingüístico entre drama *x* comédia, os desdobramentos analíticos demandam um olhar menos tácito à questão do *oral* e do *coloquial* como argumento para justificar a formação dos *corpora*, pelo fato de o texto teatral supostamente refletir ou se aproximar mais da linguagem em uso de

uma determinada época. Crucial, nestes casos, parece ser a conjugação dos olhares tanto da crítica literária quanto da lingüística.

Em outras palavras: imaginemos uma comédia cujo conflito se articule em torno da decadência burguesa, para cujos personagens – falidos e destituídos dos valores burgueses mais salientes – só tivesse sobrado um desempenho lingüístico aos moldes do preciosismo barroco. Ou num outro extremo, imaginemos um drama cujo conflito se articule em torno da ética entre os marginais, por exemplo: sob essa perspectiva, é provável que as escolhas por uma determinada variedade lingüística se dariam em caminhos diferentes. Mas em ambos os casos, os resultados serviriam para revelar e produzir efeitos da avaliação social das formas lingüísticas e a variação estilística.

Embora tenhamos clareza de que essas reflexões não resolvem o problema da precariedade em justificar o texto teatral como fonte para pesquisa variacionista pelo eixo do oral e do coloquial, entendemos que elas podem contribuir para indicar a necessidade de configurar um campo conceitual que se proponha a relacionar teoricamente epistemes que se constituem pela linguagem do objeto em estudo. Esse campo conceitual terá que considerar a precariedade dos termos oral e coloquial, e poderá incorporar o que nomeamos como uma *linguagem verossímil*, isto é, naquele gênero, para aquele enredo, para determinado conflito, para cada personagem, para uma dada situação social e contexto histórico, é *verossímil* que

determinado personagem fale de determinada forma, configuração lingüística que pode refletir a linguagem em uso. Ou ainda em outras palavras, que pode refletir o vernáculo e/ou sua relação com outras variedades coexistentes no sistema sociolingüístico da comunidade em questão.

Se aceitamos a argumentação até agora apresentada, o que dizer então quando tomamos a alegada unidade e coerência da obra simoniana, a do teatro e a dos contos? Se temos duas gramáticas diferenciadas a reger a comédia e o drama de Simões Lopes Neto, o que podemos dizer se incluirmos um conto nesta perspectiva analítica? Vejamos os dados a seguir.

**Arranjos de próclise e ênclise em duas versões⁶⁵ do conto
*O Negro Bonifácio***

<i>Posição</i>	<i>manutenção</i>		<i>inclusão</i>	<i>exclusão</i>
	<i>N</i>	<i>%</i>		
Próclise	21	48	-	2
Ênclise	23	52	3	1
Total	44			

Diferentemente do que vimos em relação à reescrita da peça *A Viúva Pitorra*, temos aqui um equilíbrio entre a posição pronominal enclítica e proclítica, além do fato de os arranjos de uma versão a outra excluïrem duas próclises e uma ênclise, e incluïrem três formas enclíticas. Esses dados vão na direção contrária do que se

⁶⁵ Primeira edição em livro (Livraria Universal, Pelotas, setembro de 1912) e a publicada na Revista da ABLRGS (Porto Alegre, dezembro de 1911 a abril de 1912) (conforme Antunes, 2003:13). Entendemos que a incoerência entre a seqüência indicada e a data das publicações se deve provavelmente a uma edição “atrasada” da Revista.

disse sobre a colocação pronominal nas duas versões da peça, no sentido de refletirem a variedade do PB em oposição ao PE, e além disso, no sentido de os dados da comédia de 1896 só encontrarem comparação nos dados da segunda metade do século seguinte, nos *corpora* dos artigos resenhados (ver particularmente o quadro da seção 4.3.2).

Além disso, os resultados de próclise e ênclise nos três textos – comédia e drama teatrais e o conto – em termos percentuais, são muito diferentes. Na tabela que segue, vemos que a média de ocorrências de próclise na comédia apresenta 17% *a mais* em relação ao drama e ao conto. Já a ênclise representa a média de 17% *a menos* de ocorrências em relação ao drama e ao conto (tomadas as mesóclises como ênclises).

Tabela 8
Posição pronominal (N/%) na comédia (V1 e V2), no drama e no conto

	V1	V2	<i>Nossos</i>	<i>O Negro</i>
	<i>Viúva Pitorra</i>	<i>Viúva Pitorra</i>	<i>Filhos</i>	<i>Bonifácio</i>
próclise	142 62%	114 66%	164 46%	21 48%
	(média 128 - 64%)			
ênclise	88 38%	60 34%	167 47%	23 52%
	(média 74 - 36%)			
mesóclise	1	0	26 7%	0

Isso sinaliza, no mínimo, a precocidade em aceitarmos a alegada unidade e coerência da obra de Simões Lopes Neto, tomando a colocação pronominal do teatro em relação aos contos. Dito de outra forma: a especificidade estética dos dois tipos de texto indica a inadequação em analisar a linguagem pela perspectiva da oralidade como elemento constituidor da linguagem simoniana, tal como está proposto pela crítica literária e teatral, que generaliza o caráter oral nesses textos. Pelo menos no que se refere a ênclises e próclises, a “oralidade” do teatro é diferente na comédia e no drama e é diferente também da “oralidade” dos contos; se isso é válido para a colocação pronominal, então o termo é inadequado para referir a linguagem que constitui esses textos.

Ao oferecermos a expressão *linguagem verossímil* pensamos poder contribuir para que pelo menos os acordos tácitos da crítica literária e teatral em torno da linguagem sejam revistos e substituídos por uma interface com os estudos da lingüística.

5 CONCLUSÕES

Terteão era um velho que, na cabeça daquele menino genial, devia ser horroroso. O autor de *Os Sertões* foi saudado na Academia Brasileira de Letras como um bom colocador de idéias, e não de pronomes. O pesquisador teve interdidas pela revisão suas próclises num texto sobre a mudança na posição dos clíticos. Um outro foi chamado de “deslumbrado” pelos puristas de plantão; será que algum deles leu o *Dramática*? A colega agora já mestra me confessa: escreveu ênclise onde disse próclise pela consciência da diferença entre fala e escrita; no xerox da esquina, o “não aceita-se cartão para pagar cópias” reproduz a posição pronominal no Correio do Povo. E o corretor automático do computador, indiferente a tudo que foi dito até aqui, indica o erro sublinhando ele em verde.

Os resultados da análise realizada no capítulo anterior vão ao encontro das hipóteses que nortearam nosso trabalho. Tanto a geral como as específicas, reproduzidas abaixo, motivarão uma leitura pontual dos principais resultados, aos quais atribuímos o favorecimento geral das hipóteses.

Na seqüência disso, propomos alguns tópicos que retomam a discussão teórica proposta no Capítulo 2, de forma a apreciá-la à luz dos resultados. Em seguida, indicamos os limites do trabalho e outras questões suscitadas no percurso da pesquisa.

Hipótese geral

Os arranjos promovidos na colocação pronominal da V2 podem refletir a) uma reescrita orientada para a língua falada e b) a sensibilidade lingüística do autor não só para a linguagem em uso, mas também para a força coercitiva da norma cultuada.

Hipóteses específicas

- 1) a ocorrência de próclise e ênclise na peça *A Viúva Pitorra* reflete as características do PB falado;
- 2) sobre as formas enclíticas remanescentes atua fortemente a coerção da norma cultuada.

Resultados gerais

Próclise na V1 e V2: percentual de 62% e 66%; *input* de 0,62 e 0,66; teste qui-quadrado não indicou significância estatística.

Arranjos na V2

Pronomes excluídos: ênclise é 12% maior do que próclise;

Pronomes incluídos: o percentual de próclise é 62% superior ao de ênclise;

Posição pronominal mantida: o percentual de próclises é 30% maior que o de ênclises;

Posição pronominal substituída: o percentual de ênclises é 34% maior do que o de próclises.

Fatores *sem* significância estatística

Os percentuais indicam o aumento de ocorrência de próclise nos dois contextos:

a) **Forma verbal:** os percentuais de ênclise com gerúndio e infinitivo são equivalentes àqueles encontrados no *corpus* de Cyrino (1999) no século seguinte.

b) **Fala da e para a criança:** a próclise categórica na fala de Tônico, falante menos exposto à norma cultuada, indica a gramática do sistema lingüístico em uso. Na fala *para* o guri, observamos uma redução de 21% de ocorrência de próclise, que atribuímos ao fato de as formas enclíticas serem percebidas pelos usuários da língua como as mais adequadas para expressar imposição (promessa, ordem, repreensão).

Fatores selecionados *com* significância estatística

Gênero do personagem (para V1): os percentuais e pesos relativos de próclise na fala de Homens (54% e 0,41) e na fala de Mulheres (72% e 0,66) indicam a adesão delas e a resistência deles à linguagem em uso, não por uma escolha de gênero, mas sim em função do papel social desempenhado por eles e elas na comunidade em questão. O status social dos personagens também parece estar associado ao uso de próclise e ênclise, sugerindo um estudo detalhado de outros fatores sociais e das díades de interação entre os personagens.

Motivação sintática (para V1 e V2): destacamos o contexto locução verbal – próclise ao segundo verbo; um dos traços diferenciadores do PB em relação ao PE, apresenta percentuais próximos de 70%, ainda que os pesos relativos se aproximem do ponto neutro. Destacamos ainda que esse contexto sintático só vai ser majoritário no século XX, nos *corpora* de Pagotto (1993), e categórico nos dados de Cyrino (1993).

Pronomes (para V1 e V2): os dados indicam apenas *me* como favorecedor da próclise, tanto em V1 como em V2; a instabilidade de uso dos demais pronomes foi associada à própria instabilidade deles no sistema, com relação à sua permanência e/ou ao seu desaparecimento. Isso indica, ainda contemporaneamente, uma mudança em curso que definirá a permanência ou não dos clíticos na gramática do PB.

Sujeito expresso x sujeito nulo (para V1 e V2): as estratégias de sujeito preenchido em média 30% superiores à de sujeito nulo indicam uma forte relação entre próclise e preenchimento do sujeito, fatores imbricados na mudança lingüística em cadeia que já fixou a próclise e tem indicado a fixação da ordem sujeito verbo no PB.

O hibridismo lingüístico da linguagem teatral: entre a fala e a escrita

Os resultados da análise da colocação pronominal indicam que a segunda versão de *A Viúva Pitorra* não converge para um texto reescrito para ser publicado, finalidade que implicaria provavelmente em um menor número de traços da língua falada no texto escrito. Por um lado, se entendemos não ter sido reescrito para ser publicado, por outro, entendemos que está publicado porque está escrito. Assim, a publicação de um texto, condicionada ao registro escrito, agrega ainda mais complexidade à questão, pois é necessário relacioná-la à história social da escrita e aos agentes sociais atuantes nesse processo.

O texto teatral, a pesquisa variacionista e a crítica teatral

A análise da colocação dos pronomes oblíquos átonos em *A Viúva Pitorra* – também tomada por Borges (em preparação) como fonte para estudos variacionistas – acrescenta mais um fato lingüístico em análise n’*A Viúva Pitorra*: conforme vimos no item 2.2, ao resenharmos os trabalhos que têm por base textos de peças teatrais, a peça de Simões Lopes Neto é também analisada por Berlinck (2003) para investigar o objeto indireto no português brasileiro do século XIX. Esses três fatos lingüísticos – o uso de “a gente”, a “realização do objeto indireto” e a “colocação pronominal” –, colocados sob uma perspectiva variacionista, nos dão

evidências de que a peça teatral em análise apresenta um conjunto de traços associados à mudança lingüística na direção do PB.

Com os resultados relativos à colocação pronominal convergentes com os de Borges e Berlinck – no sentido do registro da variação lingüística – podemos dizer que temos em *A Viúva Pitorra* – em particular – a justificativa para um estudo sistemático de vários outros traços lingüísticos associados à mudança.

Dizemos “em particular” porque entendemos que a possibilidade de comparar duas diferentes versões é um componente importante para mapear, nas alterações promovidas entre as duas versões, os traços lingüísticos da variação. Importante porque fornece *a priori* duas fontes nas quais se podem identificar aqueles traços lingüísticos – registrados nas alterações promovidas de uma versão a outra – cuja inovação e conservadorismo entram em jogo na avaliação social que o autor e os falantes fazem sobre a linguagem em uso.

À maneira de uma interlocução

No teatro, colocam-se os personagens numa situação que forja a interação face a face, e nesse sentido, é uma aproximação evidente com o uso central da fala: a conversa cotidiana, o uso primário da linguagem. Encerramos o Capítulo 2

propondo uma solução *a priori*: o texto teatral é o que mais se aproximaria da fala. Vimos, entretanto, que se no geral, a solução é boa, na prática é preciso ter mais critérios, devendo ser definidos conforme o objetivo do estudo. Um mesmo texto pode ser inovador num aspecto lingüístico mas não noutra. Em *A Viúva Pitorra*, temos uma referência disso, por exemplo, nas próclises majoritárias ao segundo verbo em locuções verbais; próclise em início de frase na fala da criança mas majoritariamente em posição enclítica na fala dos demais personagens. Isso sugere fortemente o estudo sistemático de um conjunto de vários traços lingüísticos para fazer afirmações mais seguras.

Além disso, a decisão pela escolha de uma ou outra versões da peça para estudos de variação lingüística deverá ser orientada por uma conjugação entre os resultados gerais e os arranjos promovidos na segunda versão. De qualquer forma, nos parece que o fato de *A Viúva Pitorra* apresentar tendências claras quanto ao favorecimento de formas vernaculares em três fenômenos variáveis (objeto indireto, uso de “a gente” e colocação pronominal) pode ser considerado como um aval fundamentado para pesquisa de outras variáveis lingüísticas (por exemplo, a associação da colocação pronominal e tempos verbais; a variante “você” em relação a “tu”).

A linguagem verossímil, o gênero literário e a estética simoniana

Escrito para ser falado, o texto teatral, ao reproduzir as diferenças mapeadas no plano lingüístico dos personagens, nos faz considerar que a linguagem que propomos “verossímil” é que dá vazão ao aparecimento da forma lingüística vernacular, ou seja, aquela na qual, em primeira instância, se dão os processos de variação e mudança lingüística.

Vimos que no trabalho de Cyrino (1993), uma das duas peças de teatro foi separada do que deveria ser o *corpus* do século XX por se tratar de um drama, favorecedor da linguagem formal e portanto, de uma maior ocorrência de ênclises, que poderia enviesar os resultados da autora. Na nossa análise, fizemos um quadro geral da colocação dos pronomes em *Nossos Filhos*, tentando deixar claro que é inadequada também a oposição entre drama e comédia teatrais, pois em termos lingüísticos, tal oposição extrapola o eixo *oral* e *coloquial*. Reiteramos que a distinção entre comédia e drama no texto teatral também não é suficiente, pois um drama cujo conflito se desse com personagens marginais numa sociedade de classes provavelmente teria mais próclise do que ênclise.

O oral, em oposição ao escrito, e o coloquial em oposição ao formal na linguagem do teatro mostram-se inadequados como argumentos que orientam a crítica teatral e que justificam o estudo de mudança e/ou variação lingüística no texto de teatro.

Estão em jogo as relações contextuais entre conflito, personagens – a associação deles com questões de gênero, classe social, escolaridade, papéis sociais desempenhados no grupo. Se podemos aceitar isso, podemos aceitar também o fato de que a lingüística variacionista pode fundamentar solidamente as posturas críticas impressionistas da crítica sobre a linguagem no teatro.

Em *Nossos Filhos*, por exemplo, temos um quadro comportamental dos personagens que, a despeito do que possa nos parecer, leitores de 2004, é antes de tudo *verossímil*, pois naquele contexto a formalidade lingüística é o registro mais adequado; em outras palavras, o registro lingüístico de uma família burguesa sobre a qual a gravidez da filha solteira faz detonar os acordos tácitos em torno do que não deve vir a público, do que não deve sair da esfera doméstica, sob o risco de soterrar os valores morais da burguesia. Como vimos nos exemplos e no uso produtivo de ênclises e mesóclises, a própria linguagem parece operar no sentido de configurar o conflito exposto pela barriga que cresce.

A verossimilhança da linguagem teatral

O termo que oferecemos se mostra tanto mais adequado para a análise lingüística do texto teatral ao pensarmos na possibilidade de o drama *Nossos Filhos* ser deslocado para a atualidade: aquilo que no século XIX é uma tragédia familiar e

social, na contramão dos valores morais de uma época, hoje soaria certamente como uma comédia caricaturesca sobre os valores burgueses, e o pesquisador teria que ver na formalidade lingüística da peça teatral um índice de comicidade, de ironia, ou seja, da língua carregada de intencionalidades, de efeitos de sentido, e não só o registro de uma variedade a indicar o estado lingüístico de um dado tempo.

Mais do que uma linguagem coloquial, oral, familiar, distensa, formal, informal, a linguagem teatral seria mais apropriadamente nomeada como uma *linguagem verossímil: semelhante à verdade* da língua em uso, *semelhante à verdade* do valor social a ela atribuída por seus usuários, *semelhante à verdade* dos efeitos discursivos que produz na interação verbal representada. Verossímil por não contestável naquilo que à língua não se pode negar: sua contingência histórica e social, sua heterogeneidade e vitalidade. E seu devir.

Limites do trabalho

a) A falta de um aporte conceitual sobre *oral* x *coloquial* na crítica teatral e a insuficiência do que é oferecido pela lingüística – cujas (in)especificidades foram indicadas – que demandam a interlocução entre os campos epistemológicos e sua ampliação, buscando fundamentos conceituais também na sociologia da escrita e da leitura. O fato de termos assim uma perspectiva não-lingüística *stricto sensu*

implica que o campo de análise deixa de ser exclusivamente lingüístico, não inscrito no material sintático e lexical do texto teatral, o que acrescenta complexidade ainda maior na definição do termo, demandando, portanto, um desdobramento do material lingüístico para as formas sociais de escrita e leitura.

b) A dificuldade de estabelecer as relações entre a escrita literária como fonte de abonações das regras gramaticais e o conservadorismo normativo daí derivado, em função das restrições temáticas desta dissertação.

c) A relação de próclise e ênclise com as díades de interação na peça teatral, tal como colocado na Metodologia, se restringiu ao gênero do falante, sem considerar o ouvinte, ou se era um à parte ou um monólogo. Se realizado, este estudo poderá dialogar com as recentes linhas de análise da conversa, apresentando as situações sociais e o contexto da interlocução – forjadas na peça teatral – como os fatores de licenciamento e/ou a interdição à variação lingüística.

Outras questões suscitadas pela pesquisa

a) A relação entre próclise e ênclise e tempos verbais, em função da redução do paradigma verbal ser o mote gerador da mudança lingüística no português brasileiro.

b) A investigação da autoria das versões manuscritas da peça *A Viúva Pitorra*, tendo em vista principalmente as alterações que não encontram correspondência entre as diferentes versões (p. ex., o caso de *logo m'as manda* [versão impressa] / *logo me as manda* [V1], versões que no geral, são correspondentes).

c) A relação entre os registros da língua falada no texto teatral de Simões Lopes Neto e a instituição da norma gramatical brasileira.

d) As condições sociais da produção da peça teatral, aqui meramente sugeridas em função do enredo e do breve histórico sobre a cidade de Pelotas; em outras palavras, investigar em que medida as condições sociais de produção estão relacionadas à interdição ou ao licenciamento do vernáculo no texto teatral, principalmente porque os estudos lingüísticos chamam a atenção para o fato de que a mudança lingüística é diferente para sociedades industrializadas, com estratificação social demarcada, como é o caso de Pelotas no final do século XIX.

e) O texto teatral simoniano como o lastro lingüístico para a criação de Blau, a partir do qual o universo da fala invade o da escrita, numa síntese estilística que renova a tradição literária. Aproximar as epistemes e transdisciplinarizar a teoria é condição para qualificar a discussão que pode direcionar a Simões Lopes Neto a brasilidade lingüística que configurou a bandeira programática modernista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Flávio. *Os homens precários - inovação e convenção na dramaturgia de Qorpo Santo*. Porto Alegre, A Nação/IEL, 1975.

ALI, Said. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo, Melhoramentos, 1969, 8ª ed. (revista e comentada de acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira pelo Prof. Evanildo Bechara).

AMARAL, Luís I. C. *Varbwin: Varbrul através do windows*. Pelotas, UFPEL, 2001. (programa de computador).

_____. A concordância verbal de segunda pessoa do singular em Pelotas e suas implicações lingüísticas e sociais. Porto Alegre, UFRGS, 2003. *Tese* (Doutorado em Letras) mimeo.

ANTUNES, Cláudia R. D. *A poética do conto de Simões Lopes Neto - o exemplo de "O negro Bonifácio"*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2003. Col. Memória das Letras, 14.

APPEL, Myrna Bier. *Idéias encenadas: o teatro de Alencar*. Porto Alegre, Movimento, 1986.

BAGNO, Marcos. *Dramática da Língua Portuguesa - Tradição Gramatical, Mídia & Exclusão Social*. São Paulo, Edições Loyola, 2000.

_____. *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo, Parábola Editorial, 2001.

_____. (org.). *Lingüística da Norma*. São Paulo, Edições Loyola, 2002. Col. Humanística, 6.

BERLINCK, Rosane de A. A Construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, Fernando (org.). *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas, SP, Pontes/Ed. da Unicamp, 1989.

_____. O objeto indireto no português brasileiro do século XIX. <http://www.filologia.org.br> 28 mar 2003.

BERRETINI, Célia. *O teatro ontem e hoje*. São Paulo, Perspectiva, 1980.

BORGES, Paulo R. S. O uso de *a gente* no português do Brasil: análise histórico-social-lingüística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas. UFRGS, abril, 2003. [qualificação para defesa de tese]

- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1994.
- CALDAS AULETE. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*: Edição Brasileira. Rio de Janeiro, Delta, 1958, 4ªed.
- CANDIDO, A. e J. A., CASTELLO. *Presença da Literatura Brasileira - do Romantismo ao Simbolismo*. Rio de Janeiro/São Paulo, DIFEL, 1978.
- CARDOSO, Wilton e CUNHA, Celso. *Estilística e Gramática Histórica - português através de textos*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.
- CARONE, Flávia de B. *Morfossintaxe*. São Paulo, Ática, 1986.
- CASTILHO, Ataliba. O Português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo, Ática, 1992.
- CHARTIER, Roger. *Do palco à página - publicar teatro e ler romances na época moderna - séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *Simões Lopes Neto: Regionalismo e Literatura*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- CHIAPPINI, Ligia. *No entretanto dos tempos*. Literatura e História em João Simões Lopes Neto. São Paulo, Martins Fontes, 1988.
- CYRINO, Sonia Maria L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian e KATO, Mary A. *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*. Campinas, SP, Ed. da Unicamp, 1993.
- CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, 2 ed.
- CUNHA, J. Alcides. *Colocação do pronome pessoal complemento - estudo do infinito - galicismos dispensáveis*. Porto Alegre, RS, Livraria Americana - J. O. Rentsch & Cia., 1927.
- DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.
- DUARTE, Maria E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian e KATO, Mary A. *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*. Campinas, SP, Ed. da Unicamp, 1993.
- FARACO, Carlos A. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo, Ática, 1998.

_____. Salmos na linguagem de hoje: indícios de diacronia? *Atas do I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística*. Salvador, BA, ABRALIN:FINEP:UFBA, 1996, v.1.

_____. A questão da língua: revisitando Alencar, Machado de Assis e cercanias. In: *Revista Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas, SP, Unicamp/Pontes, 1997.

GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP, Ed. da Unicamp, 2001.

HEEMANN, Cláudio. O Teatro de Simões Lopes Neto. In: SIMÕES LOPES NETO, João. *Teatro*. Porto Alegre, IEL, 1990.

Hessel, Lothar Francisco. O teatro no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1999.

HESSEL, Lothar e RAEDERS, Georges. *O teatro no Brasil - sob D. Pedro II*. Porto Alegre, UFRGS/IEL, 1979.

HOHLFELDT, Antônio. *Simões Lopes Neto: Capitão de indústria. Jornalista. Dramaturgo. Escritor. Primeiro e maior regionalista. Pai da literatura gaúcha*. Porto Alegre, Tchê!RBS, 1985.

_____. Procedimentos dramáticos nas comédias de João Simões. In: CRUZ, Cláudio (org.). *Simões Lopes Neto*. Porto Alegre, UE/PMPA, 1999. *Cadernos Porto & Vírgula*, nº 17, p. 63-77.

IHU *On-Line*. João Simões Lopes Neto: força na literatura brasileira e latino-americana. *Boletim do Instituto Humanitas Unisinos*. Ano 3, nº 73, 1º de setembro de 2003.

LAJOLO, Marisa. Oralidade, um passaporte para a cidadania literária brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni P. (orgs.) *Língua e Cidadania - o Português no Brasil*. Campinas, SP, Pontes, 1996:107-123.

LOBO, Tânia. Variantes Nacionais do português - sobre a questão da definição do português do Brasil. In: *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. dez. 1994, nº 12.

LOPES NETO, J. *Simões Contos Gauchescos e Lendas do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1957. Prefácio de Augusto Meyer; Introdução de Aurélio Buarque de Hollanda; Posfácio de Carlos Reverbel. ed. crítica.

LUFT, Celso P. *Moderna Gramática Brasileira*. Porto Alegre, Globo, 1989.

LUFT, Celso P. *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo, Ática, 1999.

MAMBRINI, Ester. O texto teatral como fonte para estudos variacionistas: as duas versões da peça 'A Viúva Pitorra', de Simões Lopes Neto. UFRGS/PPG/LET, 2003. mimeo.

MARIANI, Bethânia S. C. As Academias do Século XVIII - um certo discurso sobre a história e sobre a língua no Brasil. In: GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni P. (orgs.) *Língua e Cidadania - o Português no Brasil*. Campinas, SP, Pontes, 1996, 95-100.

MASSOT, Ivete Simões Lopes B. *Simões Lopes Neto na intimidade*. Porto Alegre, BELS/IEL, Secretaria da Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, 1974, 184p.

MATTOSO CÂMARA JR., J. *Ensaio Machadianos*. Rio de Janeiro, Brasília, Ao Livro Técnico/INL, 1977.

MOREL PINTO, Rolando. *História da Língua Portuguesa - IV. século XVIII*. São Paulo, Ática, 1988.

MOURA NEVES, Maria H. A questão da ordem na gramática tradicional. In: CASTILHO, Ataliba T. (org.) *Gramática do português falado*. Vol. I - a ordem. Campinas, SP, Unicamp/Fapesp, 1990.

NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1946.

NEVES, Maria H. de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo, Unesp, 2000.

PAGOTTO, Emílio G. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, I. e KATO, M. *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas, SP, 1993:185-206.

_____. Norma e condescendência; ciência e pureza. In: Revista *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas, SP, Pontes, nº 2, jul-dez/1998:49-68.

_____. Gramatização e normatização: entre o discurso polêmico e o científico. In: ORLANDI, Eni P. (org.) *História das idéias lingüísticas - construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. A distribuição dos pronomes de segunda pessoa do singular na fala carioca ao longo do século XX. <http://www.filologia.org.br> 28 mar 2003.

PINTO, Edite P. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos 1-1820/1920, fontes para a teoria e a história*. São Paulo, EDUSP, 1978.

_____. *A língua escrita no Brasil*. São Paulo, Ática, 1986.

_____. *História da Língua Portuguesa – Vol. VI – Século XX*. São Paulo, Ática, 1988.

PINTZUK, Susan. *Varbrul* version 2.5, 1988.

PRIMEIRO Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro. Salvador, UFBA, 1956. *Anais*.

REVERBEL, Carlos. *Um capitão da guarda nacional: vida e obra de João Simões Lopes Neto*. Porto Alegre, Martins Livreiro/UCS, 1981.

RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro, 1911, 16ª ed.

RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo, 1900, 6ª ed.

SCHLEE, Aldyr G. Cronologia de Simões Lopes Neto. In: CRUZ, Cláudio (org.). Simões Lopes Neto. Porto Alegre, UE/PMPA, 1999. *Cadernos Porto & Vírgula*, nº 17, p. 63-77.

SILVA NETO, Serafim. *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1970, 2ª ed.

SIMÕES LOPES NETO, João. *Teatro*. Pesquisa e estabelecimento do texto Cláudio Heemann. Porto Alegre, IEL, 1990.

TARALLO, Fernando. *Tempos Lingüísticos – itinerário histórico da língua Portuguesa*. São Paulo, Ática, 1990. Cap. 1.

_____. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I. e KATO, M. *Português Brasileiro – uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1993:69-102.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo, Cortez, 1997.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Ortografia Oficial. Organizado por Estevão Cruz segundo as bases do acordo realizado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa. Porto Alegre, Globo, 1933.

ZILBERMAN, Regina. História Literária Romântica e o Nacionalismo enquanto Cânone. 5º Congresso ABRALIC. Cânones e Contextos - Vol. 1. *Anais*. Rio de Janeiro, ABRALIC, 1997.

ANEXO A

Relação de peças teatrais integrantes dos *corpora* citados na revisão da literatura**BERLINCK, Rosane de A.** *O objeto indireto no português brasileiro do século XIX*

Corpus: peças teatrais do século XIX: Martins Pena (1845) e Simões Lopes Neto (1896), segundo bibliografia abaixo relacionada:

DAMASCENO, D. (ed.) (1956) *Teatro de Martins Pena*. Vol. 1: comédias. Rio de Janeiro: INL.

LOPES Neto, S. (1990) *O Teatro de Simões Lopes Neto*. Vol. 1. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro.

CYRINO, Sonia Maria L. *Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos*

1ª metade

século XVI Autos

Gil Vicente

2ª metade

século XVI Comédias

Camões

Século XVII Obras completas

Gregório de Matos

1ª metade

século XVIII Obras completas

Antonio José da Silva (O Judeu)

2ª metade

século XVIII Viola de Lereno

Caldas Barbosa

1838-1844 O Juiz de Paz na Roça

O Judas no Sábado de Aleluia

Martins Pena

1857 O Demônio Familiar

José de Alencar

1891 O tribofe

Arthur Azevedo

1940 Rua Alegre, 12

Marques Rebelo

1960 O pagador de promessas

Dias Gomes

1973 Um grito parado no ar

Gianfrancesco Guarnieri

DUARTE, Maria Eugênia L. *Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil*

Corpus: peças teatrais

1845	O Noviço	Martins Pena
1882	Como se fazia um deputado	França Jr.
1918	O simpático Jeremias	Gastão Tojeiro
1937	O hóspede do quarto nº 2	Armando Gonzaga
1955	Um elefante no caos	Millôr Fernandes
1975	A mulher integral	Carlos E. Novaes
1992	No coração do Brasil	Miguel Falabella

A estes textos de peças teatrais, foram acrescentados na análise os dados obtidos da gravação da peça de 1992, em uma de suas apresentações.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. *A distribuição dos pronomes de segunda pessoa do singular na fala carioca ao longo do século XX*

Corpus: peças teatrais - séculos XIX e XX

1844	O namorado	Martins Pena
1845	Quem casa quer casa	Martins Pena
1871	Maldita parentela	França Júnior
1882	Casa de orates	Aluisio Azevedo
1887	As doutoras	França Júnior
1907	O dote	Artur Azevedo
1922	Onde canta o sabiá	Gastão Tojeiro
1938	O tenente era o porteiro	Gastão Tojeiro
1938	A vida tem três andares	Humberto Cunha
1949	A garçonnière de meu marido	Silveira Sampaio
1954	A falecida	Nélson Rodrigues
1957	Pedro Mico	Antonio Callado
1959	Gimba	Gianfrancesco Guarnieri
1960	Um elefante no caos	Millor Fernandes
1974	Rasga coração	Oduvaldo Vianna F ^o
1975	Gota d'água	P. Pontes/Chico Buarque
1980	O último carro	João das Neves
1992	No coração do Brasil	Miguel Fallabela

ANEXO B

Quadros sinóticos da revisão teórica: a colocação pronominal

Quadro 1

Referência aos clíticos segundo os autores citados

fato lingüístico autor	PB	PE
posição dos clíticos em locuções verbais		
Nascentes (1946)	próclise segundo verbo	ênclise primeiro verbo
posição dos clíticos com verbo em início de frase		
Ribeiro (1911)	próclise	ênclise
Ribeiro (1884)	próclise	ênclise
Teyssier (1997)	próclise	ênclise
conservadorismo x inovadorismo do PB		
	PB conservador	PB inovador
Teyssier (1997) [estabilização do sistema de vogais ocorrido no PE, por volta de 1800]	não seguiu ou seguiu só parcialmente as inovações do PE	- realiza transformações fonéticas desconhecidas no PE - aceita naturalmente o pronome átono em início absoluto de frase - próclise segundo verbo
Castilho (in Ilari, 1992)	reflete o falar quinhentista trazido pelos colonizadores	se afasta do falar quinhentista trazido pelos colonizadores
Nascentes (1946) (1937)		- não combina clíticos - próclise segundo verbo
Luft (1989)		próclise segundo verbo
Pagotto (1993)		próclise segundo verbo
Cyrino (1993)		desaparecimento de <i>o, lhe</i>

Quadro 2

Posição predominante dos clíticos pronominais PB x PE em cartas e documentos oficiais brasileiros: séculos XVI a XX (Pagotto, 1993)

Contexto sintático	PB	PE
sentenças com verbos simples	próclise	ênclise
locuções verbais	próclise segundo verbo	ênclise primeiro verbo

Quadro 3

Posição predominante dos clíticos pronominais: séculos 16 a 20*, por contexto sintático e período (Pagotto, 1992, apud Pagotto, 1993; Cyrino, 1993)

contexto sintático, autor e período	posição predominante
-------------------------------------	----------------------

locuções verbais

Pagotto (<i>corpus</i> : cartas e documentos oficiais brasileiros - 16 a 20)	
16 a 18	próclise 1º verbo
20	próclise 2º verbo
Cyrino (<i>corpus</i> : peças teatrais brasileiras - 18a a 20b (2)**)	
18a (exclusivamente)	não ocorre próclise 2º verbo
20b (exclusivamente)	não ocorre ênclise 1º verbo
20	próclise 2º verbo

ordem clítico com negação

Pagotto	
até final 18	clítico negação verbo
19 a 20	negação clítico verbo quase categórica 21/23 dados; 3/4 períodos

ordem clítico com advérbio

Pagotto	
até 17a	clítico advérbio verbo
a partir de 17b	advérbio clítico verbo categórica

verbo em início de frase

Pagotto	
três períodos: 20, 19 e 16 a 18	ênclise
Cyrino	
20b (2)	próclise

*Para facilitar a leitura dos dados, convencionamos que XVIII1 equivale a 18a, ou seja, primeira metade do século XVIII; assim, XVI2 equivale a 16b, ou seja, segunda metade do século XVI e assim por diante. No caso de não aparecer a ou b, o dado ocorreu durante todo o século em questão. Em itálico, constam exemplos de cada contexto sintático.

** A segunda metade do século XX foi subdividida em (1) e (2), pois (1) é um drama, cujo conflito favorece a formalidade (para critérios detalhados, ver nota 2: Cyrino, 1993:177).

